



Università
Ca'Foscari
Venezia

Corso di Laurea magistrale

in Lingue e Letterature europee, americane e postcoloniali
ordinamento ex D.M. 270/2004

Tesi di Laurea

Prisão, exílio e literatura em Luandino Vieira:

uma leitura crítica de
'Papéis da prisão'

Relatore

Ch. Prof. Vanessa Castagna

Correlatore

Ch. Prof. Carla Valeria de Souza Faria

Laureando

Mattia Golin

Matricola 848254

Anno Accademico

2017 / 2018

ABSTRACT

Esta dissertação quer enfrentar a vida do escritor angolano José Luandino Vieira que cumpriu, como preso político e culpado de ser um terrorista por causa do seu laço com o Movimento pela Libertação de Angola na altura do regime salazarista, quase doze anos de prisão, de 1961 até 1972, nas cadeias de Angola e no Campo de Trabalho de Chão Bom no Tarrafal, em Cabo Verde. Para isso se tornar possível, utilizou-se como ponto focal do trabalho uma obra, *Papéis da prisão*, de 2015, que graças a dois anos de trabalho da equipe composta por Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva e Roberto Vecchi foi possível reunir todos os fragmentos e as cartas compostos pelo autor e afortunadamente conservados. Depois ter introduzido os factos históricos daquela época, tanto em Portugal quanto em Angola e ter apresentado o autor e sua obra, o trabalho analisará em detalhe os dois tempos da prisão do autor. O primeiro refere-se à época de Luanda, com o autor que apesar de se encontrar preso pelo menos ficava na sua cidade, junto com a família dele. O segundo ocupar-se-á dos anos em Cabo Verde, aqui afastado dos seus familiares e da sua terra. A intenção é ver como os dois contextos diferentes tiveram influência no homem Luandino e também na sua produção literária.

PALAVRAS-CHAVES: Angola, prisão, língua, exílio

This dissertation aims to face the life of the Angolan writer José Luandino Vieira, who spent, as a political prisoner for the accusations of being a terrorist due to his link with the Movimento pela Libertação de Angola during the Salazar's regime, almost twelve years in prison, from 1961 to 1972, in the jails of Angola and in the Campo de Trabalho de Chão Bom of Tarrafal, Cape Verde. To make this work possible, it has been used, as main resource, the 2015 book *Papéis da Prisão*, the product of a two-year long team work composed by Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva and Roberto Vecchi. They have been able to collect all the fragments and the letters written by the author that were luckily preserved. Following the introduction of historical events occurred during that period, both in Portugal and Angola, and the description of the writer and his opus, this dissertation will examine in detail the two times the author was held in prison. The first one refers to the time in Luanda, where the writer was imprisoned in his hometown, close to his family. The second one will analyze the years he spent in Cape Verde, far from his family and his homeland. The goal is to see how the two different contexts influenced the writer Luandino and his literary work.

KEYWORDS: Angola, prison, language, exile

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>p. 7</u>
--------------------------	--------------------

<u>CAPÍTULO I – Contextualização histórica</u>	<u>p. 11</u>
---	---------------------

<u>I.1 – Da República ao Salazarismo</u>	<u>p. 11</u>
---	---------------------

<u>I.2 – O Estado Novo e a situação colonial em África</u>	<u>p. 17</u>
---	---------------------

<u>I.3 - O fim do regime em Portugal e a independência das ex-colónias</u>	<u>p. 23</u>
---	---------------------

<u>I.4 – A conflitualidade interna angolana na descolonização</u>	<u>p. 28</u>
--	---------------------

<u>CAPÍTULO II - Entre Portugal e Angola: vida e a obra de Luandino Vieira</u>	<u>p. 31</u>
---	---------------------

<u>II.1 – No musseque, na vida. A criação de Luandino Vieira como angolano</u>	<u>p. 31</u>
---	---------------------

<u>II.2 – O contexto da literatura angolana</u>	<u>p. 35</u>
--	---------------------

<u>II.3 – A obra de Luandino</u>	<u>p. 41</u>
---	---------------------

<u>II.3.1 – A escrita literária antes do cárcere</u>	<u>p. 41</u>
---	---------------------

<u>II.3.2 – Escrita do cárcere. A obra de Luandino composta no tempo prisional</u>	<u>p. 45</u>
---	---------------------

<u>II.4 - Um novo português desobediente: a questão da língua em Luandino Vieira</u>	<u>p. 50</u>
---	---------------------

<u>II.5 – Tópicos da obra de Luandino</u>	<u>p. 53</u>
--	---------------------

CAPÍTULO III – “O Tarrafal é a prisão em mim”: os *Papéis da prisão* p. 56

III.1 – *Os Papéis da Prisão* p. 56

III.2 – A prisão e o campo p. 60

III.3 – O Tarrafal, ou o campo da morte lenta p. 65

III.4 – Luandino, o preso político exilado p. 79

III.5 – O processo de escrita nos anos de reclusão p. 90

III.6 – A reflexão sobre a língua p. 97

CONCLUSÃO p. 100

BIBLIOGRAFIA p. 103

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu do interesse em continuar a trabalhar sobre a obra de José Luandino Vieira e o contexto da literatura angolana, após ter traduzido para italiano alguns contos contidos em *A cidade e a infância*, a primeira obra do autor, datada de 1960. Neste trabalho tratar-se-á, pelo contrário, da sua última obra publicada, os *Papéis da prisão* (2015). O livro, imenso tanto pelo tamanho quanto pelo conteúdo, representa algo diferente dos textos habituais de Vieira, divididos sobretudo entre romances e contos ou novelas, pois neste caso a definição dos *Papéis* se aproxima mais de um diário, mesmo não sendo apenas isso. A obra em análise está disponível graças ao trabalho intenso de uma equipa de investigação que se debruçou no acervo impressionante de fragmentos escritos por Vieira.

O trabalho estrutura-se em três capítulos. O primeiro aborda os eventos históricos ocorridos a partir do início de século XX, entre Portugal e Angola, partindo da Primeira República, após o fim da monarquia, e englobando toda a época do Salazarismo e do governo Estado Novo. O governo de António de Oliveira Salazar trouxe profundas mudanças à sociedade portuguesa, a partir da marcada centralização dos poderes e, simultaneamente, uma forte repressão contra qualquer tipo de oposição. Surgiram sistemas para vigiar e controlar os cidadãos, a censura tornou-se fundamental para limitar à nascença qualquer tentativa de rebelião, a imprensa ficou vigiada e a divulgação, sob qualquer forma, de ideais liberais e modernos ficou proibida e foi instituída uma nova polícia especial, a PIDE, verdadeiro órgão de controlo do país, responsável de torturas e encarcerações de dissidentes e adversários políticos que frequentemente acabavam em campos de concentração. Durante o Estado Novo, seguindo o modelo da Juventude hitlerista da Alemanha e da Operação Nacional Balilla da Itália fascista, em Portugal foi fundada a Mocidade Portuguesa, de modo que o estado conseguisse influenciar e controlar as crianças e os jovens, enquanto os estudantes universitários fundaram as *Casas dos estudantes do Império*, que na verdade se tornaram órgãos opositores ao governo. A tudo isso juntava uma forte propaganda pró-regime bastante eficaz, fundada também nos lemas *tudo pela nação, nada contra a nação e Deus, Pátria, Família*.

Com respeito às colónias, o Estado Novo em 1930 elaborou o Acto Colonial, e novamente em 1951 uma nova Constituição sob as pressões de descolonização impostas

pela recém-criada ONU. Salazar promulgou a nova constituição que previa que os territórios coloniais passassem a ser províncias ultramarinas, porém em 1961 eclodiu o conflito armado entre Angola e Portugal, oficialmente no dia 4 de fevereiro com o ataque conduzido pelos rebeldes angolanos contra alguns pontos estratégicos da capital angolana. A luta continuou, envolvendo cada vez mais participantes, todos a combaterem um contra o outro: havia do lado angolano o MPLA e a UPA/FNLA, as forças portuguesas e por fim, também do lado angolano, a UNITA.

A partir de 1968, o regime começou a enfraquecer-se porque Salazar teve de abandonar o cargo e o novo presidente, Marcelo Caetano, virou-se para valores mais liberais. Enquanto os movimentos revolucionários ganhavam cada vez mais poder e influência, o governo central já não conseguia retomar o controle que tinha na altura de Salazar tanto que se chegou em breve ao fim da época ditatorial, em seguida ao golpe realizado pelos oficiais do Movimento das Forças Armadas, que levou à chamada Revolução do Cravos de 25 de abril de 1974. A revolução conduziu em poucos meses ao definitivo processo descolonizador. Em Angola, em particular, após um ano de lutas internas entre os três movimentos, o MPLA resultou vencedor e, a 10 de novembro de 1975, o primeiro presidente, Agostinho Neto, proclamou a independência de Angola.

O segundo capítulo foca-se na figura do escritor José Luandino Vieira, na sua vida e na sua obra, acompanhando a sua mudança de Portugal para a colónia africana enquanto criança, a vida nos bairros populares da capital que, de alguma maneira, introduziram o autor no mundo dos musseques que se tornaria fundamental dentro da sua obra.

Além disso, as amizades travadas já na altura da infância e adolescência com intelectuais e a experiência do cineclube levaram-no cada vez mais concretamente para o caminho da literatura, que começou a explorar ativamente ainda na altura da escola, com os jornais. Teve de adaptar-se a fazer trabalhos manuais, mas persistiu o seu laço com o mundo literário, colaborando com jornais e boletins culturais e obtendo a carteira num jornal. Acabou ainda jovem por frequentar intelectuais ligados à militância independentista do MPLA, tornando-se ele mesmo membro do movimento e acabando preso em 1959, altura em que a PIDE começou a apanhar os rebeldes na tentativa de reprimir os ideais liberais em oposição ao Estado Novo. Foi novamente preso em 1961 em Portugal, após uma tentativa de fuga para Inglaterra, tendo de sair de Lisboa para Luanda primeiro e mais tarde para Cabo Verde, onde ficou detido até 1972. Nesse ano

saiu do Campo do Tarrafal em liberdade vigiada para concluir a sua pena instalando-se em Lisboa. Antes de se encontrar encarcerado, Luandino Vieira conseguiu escrever e fazer publicar *A cidade e infância* e *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, enquanto todo o resto da sua obra remonta à altura dos espaços prisionais angolanos e cabo-verdianos e, portanto, só veio a lume após o fim do regime totalitário português.

A sua escrita, todavia, aproveitou o tempo de reclusão para se desenvolver a favor de um certo estilo, fundado num novo conceito linguístico, capaz de refletir totalmente o contexto angolano e afastando-se do português de matriz europeia. Desta forma, Vieira, acaba por construir uma linguagem que tem origem na língua falada pelos moradores dos musseques luandenses, um português que sofreu a influência das línguas bantus, em particular o kimbundu, falado na área da capital angolana. Por isso, o escritor é reconhecido como o correspondente angolano do brasileiro João Guimarães Rosa, escritor e moldador da língua portuguesa para a “brasileiridade”, compartilhando a alcunha de logoteta com o colega brasileiro.

A época da detenção não teve efeitos somente na língua mas em geral na obra do autor, pois é no cativeiro que Luandino escreveu quase toda a sua obra e, para além de *Luuanda* que remonta à época da prisão luandense, a restante tomou forma enquanto ficou no campo de detenção cabo-verdiano, podendo-se datar de entre 1964 e 1972. Todavia, devido à situação política do país, os seus escritos puderam ser publicados somente a partir da sua instalação em Lisboa, depois de 1972. Até os anos 2000, de facto, o que saiu para publicação eram ainda textos escritos há anos, enquanto a partir da viragem de século Vieira voltou a escrever e publicar textos novos, a partir da trilogia de *Rios Velhos e Guerrilheiros*.

O terceiro capítulo concentra-se concretamente na obra *Papéis da prisão* de José Luandino Vieira, a última publicada até hoje. O livro é a suma de todo o tempo passado dentro das cadeias de Luanda e do Campo do Tarrafal e é composto pelos fragmentos que o escritor anotou durante o cativeiro, divididos em cadernos. A obra desenrola-se como um diário, de dia para dia, em que o autor anota o que se passa e o que pensa, comenta os seus propósitos de escrita de obras futuras. Através da análise dos fragmentos, tenta-se mostrar a diferença que os dois espaços prisionais implicam, apresentando os traços marcantes e distintivos de cada um, a partir da descrição física dos elementos presentes, a sua função e as suas particularidades. Tenta-se ainda evidenciar em que medida o

Tarrafal, o Campo da Morte Lenta, teve um papel especialmente, pois foi o que marcou mais o autor, sendo um lugar para quem era irrecuperável, sem distinções de raças ou de nacionalidade, já que bastava ser opositor do governo colonial, de modo que foi o primeiro e talvez o único espaço em que todos os angolanos se uniram na sua luta pela independência. Além disso, Cabo Verde não é Angola, não é a terra de Vieira, pelo que o escritor lá se sentia apenas um preso, longe de tudo, mas tornou-se também um exilado, sofrendo uma condição que influenciou fortemente na sua pessoa.

CAPÍTULO I

Contextualização histórica

I.1 - Da República ao Salazarismo

Portugal na época em que os *Papéis* começaram a surgir estava a ser governado por António de Oliveira Salazar, que em 1928 assumiu o papel de Ministro das Finanças. Mais tarde o regime instaurado pelo Estado Novo (1933), manteve o país numa ditadura até à revolução de 1974 que pôs fim ao regime e ao colonialismo português.

Desde o fim da monarquia em 1910 com a revolução de outubro e o surgimento de uma nova constituição datada de 1911 que deu oficialmente início à República, Portugal nunca se encontrou numa situação de estabilidade: infelizmente o recém-criado governo não teve muito sucesso e, marcado por uma falta de controle político, não conseguiu dar origem ao processo de industrialização dum país, na quase totalidade, rural, ao contrário do resto da Europa central que já tinha começado este processo. Além disso, naquela altura um governo republicano era algo ainda estranho e bastante precursor, pois a maioria das repúblicas surgiram somente depois do fim da Primeira Guerra Mundial. Mesmo tendo este carácter precursor, o governo republicano nunca teve o favor popular e a eclosão da guerra fez com que o sofrimento da população não acabasse de aumentar: primeiramente, em 1914, Portugal afirmou a própria não beligerância e em seguida, em 1916, depois do pedido da Inglaterra para que o governo lusitano bloqueasse uns navios alemães atracados nos seus portos, Portugal entrou de facto em guerra e a Alemanha, depois da operação conjunta entre os dois aliados, declarou guerra mesmo contra Portugal. Para manter o exército, a economia do país sofreu uma grande crise que levou a uma falta de géneros alimentícios aumentando assim o mal-estar da população e o descontentamento para com o governo. Foi nesse contexto que se impôs a figura de Sidónio Pais que, em final de 1917, conseguiu tomar o poder, instalar-se primeiro como ditador, destituindo o então presidente Bernardino Machado, e ser eleito, em abril de 1918, presidente da República.

Em dezembro do mesmo ano foi assassinado em Lisboa, concluindo-se assim a experiência da República Nova; houve uma última tentativa de voltar à República Velha

mas não resultou, durando apenas poucos anos, até 1926, quando teve lugar a revolução de 28 de maio onde os militares acabaram com a república, para dar nova vida ao país, sem porém voltar à monarquia: de facto, o golpe foi apoiado também pelos monarquistas mas no fim, mesmo com o Estado Novo, manteve-se uma aparência de república.

António de Oliveira Salazar assumiu a carga de Ministro das Finanças em 1928 e em 1932 foi nomeado Presidente do Conselho dos Ministros; no ano seguinte entrou em vigor a nova constituição que vigorou até 1974. O Estado Novo, apesar de não ser um governo militar, foi uma ditadura: na prática, proibiu os partidos políticos, limitou as liberdades pessoais e proibiu as greves, entre outras medidas de opressão. Em 1933 criou a polícia secreta do estado, inicialmente chamada PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), para depois se tornar, em 1945, PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). A PIDE refletia a Gestapo e Polícia secreta soviética, mas em escala maneira, menos violenta e organizada; todavia tratava-se de um órgão importante e poderoso: matou e prendeu milhares de pessoas durante o regime, tinha um forte enfoque nas torturas quer físicas quer psicológicas e era conhecida pela maneira em que utilizava os campos de concentração, como o do Tarrafal em Cabo Verde, para desumanizar e tirar da luta os presos.

Em 1956 houve em Portugal a introdução de especiais “medidas de segurança” que, de facto, eram uma maneira para que um suspeito, alguém achado perigoso, pudesse ficar preso sem limites de tempo. Além disso, a PIDE tinha a possibilidade de encarcerar qualquer cidadão por seis meses sem ele ter alguma culpa comprovada. O preso ficava meses na cadeia, isolado, sem a possibilidade de falar com ninguém, alimentando-se com comida intragável e não podia ler, receber visitas ou cartas. Tudo isso para o fazer súcubo à polícia e obter informações e confissões mesmo que não tivesse realmente conhecimento sobre as acusações. A censura foi outro elemento muito importante da política autoritária do Estado Novo: instituída a partir de 1926 e mantida até ao fim do regime, afetava os meios de comunicação de massa: “em todos os casos, nenhuma palavra ou imagem podia ser publicada [...] sem prévia aprovação dos censores” (Oliveira Marques, 1986, p. 438), porém o artigo sobre a censura presente na Constituição não previa a rigidez que foi, de facto, aplicada, resultando na teoria muito mais leve do que foi na prática:

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que o desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade. (Artigo 3º da Constituição de 1933)

O governo do Estado Novo, por causa da sua política, não conseguiu atrair o mundo dos intelectuais, ao contrário de outros regimes ditatoriais da Europa. Com efeito, a maioria dos intelectuais optaram por apoiar a oposição, o que obrigou muitos deles a viver exilados, quer forçados quer voluntários, como aconteceu, por exemplo, a muitos professores universitários que fugiram para o estrangeiro (Oliveira Marques, 1986, p. 499).

Relativamente aos estudantes, o governo fez fechar as organizações estudantis e aquelas que permaneceram acabaram por ser vigiadas e controladas e, mesmo assim, o plano de atingir o mundo estudantil através da Mocidade Portuguesa fracassou, pois o Estado Novo não conseguiu aliciar os estudantes, os quais sempre foram uma das partes mais rebeldes da sociedade portuguesa (Oliveira Marques, 1986, p. 505). Mas foi o próprio governo, através da Mocidade Portuguesa, que durante a década de 40 quis contribuir para a criação da Casa dos Estudantes de Angola (CEA), por iniciativa de alguns estudantes angolanos localizados em Lisboa.

Em seguida nasceram mais Casas de Estudantes das outras colónias, o que levou à instituição de uma única Casa, e, como o governo não gostava desta fragmentação, foi instituída então em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Embora fosse uma ideia do governo para controlar os jovens e manter o ideal colonialista neles, segundo os princípios da Mocidade Portuguesa, a maioria dos membros acabou por fazer parte das listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD). (Pinto Oliveira, 2015, pp 666-667) Logo na CEI entraram, para fazerem parte, intelectuais angolanos, como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara e aquele lugar se tornou um ponto fundamental para eles se reunirem e manterem as amizades, o lugar em que os estudantes vindos de Angola podiam confiar para não se sentirem demasiado afastados da terra nativa e, durante os vinte anos em que a CEI existiu, permitiu o encontro de estudantes

de todo o mundo e de todas as crenças. Esses intelectuais começaram a levantar a voz graças ao Movimento dos Novos Intelectuais (MNIA) através do slogan “Vamos descobrir Angola!” de 1948, frase criada por um jovem Viriato da Cruz que se tornará depois figura chave do Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e com a revista *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola* fundada no ano de 1951. O movimento, como disse Viriato da Cruz mesmo,

incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através de um trabalho colectivo e organizado; exortava a produzir-se para o povo; [...]; exigia a expressão dos interesses populares e da autêntica natureza africana [...]. Tudo deveria basear-se no senso estético, na inteligência, na vontade e na razão africanas. (Ervedosa 1979, p. 102)

A palavra “descobrir” então, segundo Rita Chaves, tinha um sentido de afastamento, “tratava-se, pois, de uma depuração, buscando destacar o que seria genuinamente angolano, ou seja, o que lá estava antes da contaminação imposta pela sociedade colonial” (Chaves, 2005, p. 46). E no primeiro boletim havia o manifesto do que *Mensagem* se propunha fazer, “a mensagem da *Mensagem*”:

sai hoje, para a rua, a cumprir a sua missão, levando em si, para vós, para o Mundo, uma mão-cheia de esperança; um cacho de mocidade sedenta de Verdade, de Justiça e de Paz. É a mocidade de Angola, que abraça com *Mensagem* os seus irmãos do Mundo; são os jovens, generosos como a própria generosidade, confiantes da missão que cada um tem a cumprir [...]. (Ervedosa 1979, p. 106)

O professor e antropólogo Carlos Serrano, para sublinhar a importância que o movimento teve para o país, numa entrevista afirmou que

esta geração [para mim], parece ser exactamente a geração de ruptura. Primeiro por serem jovens, e não compactuar mais, não que os mais velhos compactuassem, mas tinham algum receio, penso que estes jovens tiveram este voluntarismo, esta vontade de superar esta geração, daí marca esta

ruptura, que se faz primeiro a nível deste discurso cultural. [...]. Mas foi para mim o grupo mais representativo, fez um Jornal à *Mensagem* que já estava a pensar nisso, a *Mensagem*, é uma Revista, onde as pessoas falavam de Angola, dos valores culturais angolanos, bem, então esta é uma primeira ruptura, aí não se vê explícita em nenhum momento da publicação alguma coisa que se refere a Portugal, ou que se refere algo assim, e há intenções (Fortuna).¹

A intenção cultural era, provavelmente, a única maneira para difundir o ideal independentista; é impossível considerar todo o trabalho daqueles jovens só num contexto cultural, porque os fins políticos já estavam claramente nas entrelinhas: os mesmos Viriato da Cruz e António Jacinto, naquela época, tinham começado a abandonar um léxico puramente português em favor de algo mais híbrido, com a utilização de palavras kimbundu. Já isso era luta e já isso era cada vez menos só literatura: numa entrevista entre Jacinto e Michel Laban, o militante afirmou que

já eram mais posições políticas do que verdadeiramente literárias. Até porque na altura, eu e outros nos considerávamos escritores muitos medíocres, poetas medíocres, mesmo, principiantes... o que era preciso era dar uma mensagem política. Os meios? O que era acessível era a poesia: então, pois, seria poesia. Se houvesse outra possibilidade, seria outra... através do conto, da poesia, a preocupação era de ordem política. (Laban, 1991, p. 149)

O movimento então rejeitava o passado, a cultura nacional portuguesa e fomentava o nacionalismo angolano. Novamente em 1948 a CEI publica o seu boletim, também intitulado *Mensagem*, que continha trabalhos feitos pelos estudantes angolanos grandemente influenciados pelo neorrealismo e pela recente descoberta da *negritude* dos norte-americanos, que levaria à composição em 1953 da primeira antologia de *Poesia negra de expressão portuguesa* editada por Mário Pinto de Andrade e José Tenreiro. Em 1951 também foi fundado *O Jornal de Angola*, que continuou a sair até 1967. Nesta época houve um grande amadurecimento progressista de tipo cultural, social e político, com base nos intelectuais ligados à esquerda, pois começou-se a ter mais consciência e

¹ Artigo de União dos Escritores Angolanos. Disponível online: <http://www.ueangola.com/index.php/entrevistas/item/891-viriato-da-cruz-foio-ide%C3%B3logo-da-angolanidade-diz-acad%C3%A3mico-carlos-serrano.html>

identidade nacional, sempre ficando dentro de contextos de clandestinidade. Isso não foi algo próprio somente de Angola, mas também ocorreu nos outros países africanos de língua portuguesa, os quais tinham todos a mesma finalidade, a independência, e o mesmo inimigo, o salazarismo.

Nesta altura a PIDE veio instalar-se em Angola e iniciou a vigiar todos os que estavam unidos a estes ambientes; o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola encontrou-se a ser alvo da política, a *Mensagem* interrompeu a publicação após o segundo número e o Movimento teve que se dissolver, mas deixou uma marca profunda, pois aqueles jovens não acabaram com a luta. Em 1942 tinha tido fundada a Sociedade Cultural de Angola (SCA), de que o mesmo Luandino Vieira fez parte, por parte de professores portugueses progressistas que tinham fugido de Portugal para não terem problemas com a ditadura sendo de ideologia comunista. O grupo da SCA conseguiu também publicar, entre 1957 e 1960, ano em que a PIDE encerrou o jornal, doze números da revista *Cultura*, a qual saiu mesmo “com uma página ou duas folhas, com o título só, sem matéria, para não perdermos a licença, e já com toda a gente nas cadeias” (Laban, 1980, p. 46) e a SCA foi encerrada no ano de 1965 pelo governador Silvério Marques. No primeiro número de *Cultura*, a vontade do editorial era de facto continuar o que a *Mensagem* começara:

não é apenas de hoje a necessidade de um jornal cultural em Angola. Noutras épocas, outros homens realizaram a mesma tarefa. [...]. No entanto, os problemas continuaram a sua marcha inexorável e os homens continuam presentes, portadores, já agora, de novas necessidades, novos anseios e novas coragens. Também maiores em número, consequentemente em qualidade. Mais conscientes, mais aptos e mais responsáveis. (Ervedosa 1979, pp. 129–30)

O crescimento literário sem precedentes devido a todas estas associações e movimentos culturais e às suas publicações e aos jornais, no início da década de 60 em Angola, fez com que surgissem as condições para se realizar o primeiro congresso dos escritores angolanos, apoiado pelo jornal *ABC – Diário de Angola*. O congresso teve lugar de 19 a 27 de janeiro de 1963 no Lubango, mas acabou por ser um fracasso porque naquela altura a maioria dos escritores estavam presos ou exilados, ou então ativos nas milícias a lutar: no fim só participaram trinta e seis escritores.

I.2 - O Estado Novo e a situação colonial em África

Relativamente à política das colónias, com o advento da ditadura militar primeiramente, e logo depois com o Estado Novo, ocorreu uma nova centralização entre Portugal e as colónias na tentativa de acabar com gastos e má gestão das finanças, corrupção e obviamente para ter maior controlo e impedir o surgimento de movimentos independentistas, limitando portanto a autonomia dos territórios ultramarinos. Desta forma, em 1930, Salazar, que naqueles meses era Ministro da Colónias, elaborou o Acto Colonial, uma espécie de constituição para os territórios ultramarinos, imbuída de nacionalismo português, na qual se afirmava que:

é da essência orgânica da Nação portuguesa desempenhar a missão histórica de possuir e colonizar territórios ultramarinos, e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. (Artigo 2º do Acto Colonial de 1930)

Logo depois da segunda Guerra Mundial o anticolonialismo começou a ter um papel relevante, com as recém-surgidas Nações Unidas, as quais pressionavam para que os países permitissem às colónias tornar-se independentes: a resposta de Portugal foi a de editar a Constituição em 1951 mudando as palavras que davam aparência de império e tudo o que não era Portugal continental estivesse dependente da metrópole: as palavras “colónia” e “colonial” foram trocadas por “província ultramarina” e “ultramarino”, alimentando a ideia de um “Portugal do Minho a Timor”.

Em janeiro de 1960 teve lugar em Tunes a segunda *All African Peoples Conference* (AAPC), onde, durante o último dia da conferência, nasceu oficialmente o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) graças às assinaturas de Viriato da Cruz e Lúcio Lara. Na verdade, já se falava de MPLA havia 4 anos, por iniciativa do mesmo Viriato da Cruz, tanto que em 1959 com o “Processo dos 50” a PIDE prendera cinco dezenas de militantes ligados aos ambientes culturais de oposição ao regime e afiliados então com o MPLA “primordial”. Os presos eram portugueses e angolanos e

foram acusados de atuarem contra o Estado e de conspirarem pela independência de Angola; Luandino Vieira também foi preso pela primeira vez nesse ano, mas não fazia parte “dos 50” e como não havia nada para o inculpar, acabou por ser libertado logo depois. O mesmo Viriato da Cruz compusera o Manifesto do MPLA em que convidava os angolanos à luta pela Independência, mas que não chegou provavelmente de nenhuma forma aos outros nacionalistas e companheiros antes de 1960:

Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. É por isso que o povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. [...]. Desde modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançara a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, através portanto do mais amplo Movimento Popular de Libertação de Angola. (Manifesto do MPLA, Viriato da Cruz, 1956)

Depois da fundação oficial do movimento, Viriato mudou-se para Conakry e daí começou a dirigir o partido com o apoio do presidente Ahmed Sékou Touré. Além do Manifesto, foi sempre o mesmo Viriato da Cruz que desenhou o símbolo do Movimento e que redigiu o estatuto, o qual previa que ele fosse o Secretário-geral junto com Mário Pinto de Andrade na carga de Presidente em Exercício e com Agostinho Neto como Presidente da Honra. Este último num primeiro momento recusou o cargo porque acreditava que o MPLA para ter sucesso não deveria ficar no exterior; posteriormente veio a aceitar o cargo, nomeadamente quando o movimento veio a instalar-se em Angola mantendo todavia o órgão representante em Conakry.

O ano de 1961 foi um dos mais importantes para a história de Angola, o ano da viragem, do começo efetivo da luta pela Independência. O ano começou de forma violenta com a Revolta da Baixa de Kasanje (ou Cassange) na província de Malanje, no norte de Angola, onde, mais de cento e cinquenta mil pessoas trabalhavam nas cultivações de algodão para a empresa Cotonang. Os trabalhadores não tinham nenhum direito e eram obrigados a vender toda a apanha por um preço baixo que Portugal tinha escolhido, sendo na prática explorados. É possível que os do MPLA tenham chegado a Malange e difundido a propaganda anticolonial do grupo; mais certamente, chegou a propaganda da

União das Populações Africanas e do Parti de la Solidarité Africaine congolês. A 4 de janeiro ocorreu a primeira revolta dos lavradores que se negaram a trabalhar e a pagar os impostos e pelo resto do mês outros protestos tiveram lugar na região, acabando com a violentíssima resposta portuguesa numa cachina, com execuções e bombardeamentos com napalm que resultaram em mais de cinco mil vítimas, mas algumas estimativas apontam para até dez mil mortos; contudo as revoltas terminaram somente em março quando o autodesignado líder, António Mariano, foi preso, evento que marcou o fracasso definitivo da operação.

Ainda em janeiro, no dia 22, houve uma tentativa de ataque com a intenção de bombardear Luanda de surpresa, mas esta também fracassou: tratou-se da chamada “Operação Dulcineia”, liderada por Henrique Galvão, um militar português declaradamente antissalazarista que se apossou do paquete português *Santa Maria*, que estava a dirigir-se para Miami, mudando-lhe de rumo para a África. O plano fracassou porque Portugal tomou conhecimento da operação antes que o ataque de surpresa pudesse sequer começar, de modo que o *Santa Maria* voltou a mudar de rumo e a 2 de fevereiro não em Angola, mas em Recife onde Galvão pediu asilo político.

Na noite entre 3 e 4 de fevereiro, com o propósito de libertar os presos do “Processo dos 50” dezenas de pessoas tentaram vários assaltos, todos sem sucesso: armados só de facas e catanas contra as pistolas e os fuzis dos militares portugueses, atacaram seis pontos estratégicos de Luanda, nomeadamente a Cadeia da Administração de São Paulo, a Casa de Reclusão de Luanda, o Aeroporto Craveiro Lopes, a Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública (PSP), a Estação dos Correios, Telégrafos e Telefones, a Companhia Indígena. Morreram sete policiais portugueses e do lado dos assaltantes muitos acabaram presos e depois torturados; o chefe da operação, Neves Bendinha, foi um destes. No dia seguinte o MPLA reivindicou, de Conakry, a paternidade dos seis assaltos sucedidos havia poucas horas, o governo português para responder às revoltas começou a criar esquadrões de milícias civis compostas por brancos, os quais em dois dias mataram cerca de mil pessoas que viviam nos musseques: no dia 5 durante um funeral oficial para os soldados e os polícias falecidos na revolta, houve um massacre de africanos, de modo que a situação tinha definitivamente degenerado.

Apesar da reivindicação do MPLA sobre os ataques, quem planejou a insurreição foi o cónego Manuel das Neves, militante da UPA, que ficou preso pela PIDE e foi

transferido para Portugal (Justino, 2009)². Uma semana depois, no dia 10, cerca de 70 homens atacaram outra vez a Cadeia da Administração de São Paulo, o que deu origem a outro massacre. O clima era então de terror seja entre os negros seja entre os brancos: os africanos nem tentavam ir para as zonas dos brancos pelo medo de serem presos e muitos fugiram para áreas rurais e o interior, enquanto quem podia pagar a passagem foi para Portugal deixando aí só os pobres.

A 15 de março tiveram lugar outras revoltas no norte do país, onde a UPA, chefiada por Holden Roberto, assaltou fazendas de café de donos portugueses. A UPA, que era dirigida por bacongos e tinha o apoio sobretudo dos membros da mesma etnia, matou brancos e negros, na maioria de etnia ovimbundo, sem distinções, resultando em quase cinco mil vítimas. Esta cachina perpetrada à toa teria provavelmente a ver com o tribalismo em que se baseava a União e o rancor contra o colonialismo e contra a elite africana. A mensagem da UPA era bem clara: mesmo sendo um grupo que visava à independência de Angola, não se importava de matar angolanos de outros grupos étnicos.

No mesmo dia 15, tiveram lugar ataques nas proximidades da fronteira entre Angola e Congo-Léopoldville para permitir aos da UPA passarem sem problemas enquanto a situação no centro e no sul do país se apresentava tranquila. No dia 13 de abril, falhou a tentativa de golpe comandada pelo general Botelho Moniz e no mesmo dia Salazar, em resposta ao ataque, assumiu a pasta da Defesa Nacional e proferiu o discurso que marcava o começo oficial, para Portugal, da Guerra Colonial: “andar rapidamente e em força [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação” (Nogueira, 1984 apud Rodrigues, 2013, p. 39).

Em setembro desse ano, a representativa no exterior do MPLA mudou-se para Léopoldville e conseguiu instalar-se através do Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR). Entre os dois grupos surgiram logo problemas de convivência, pois os refugiados angolanos presentes no Congo eram sobretudo para a Aliança dos Zombos (ALIAZO), que no ano seguinte mudaria de nome para Partido Democrático de Angola (PDA) e se juntaria com a UPA para constituir a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

² Artigo de ClubK. Disponível online: https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=2118:uma-homenagem-a-um-angolano--o-co-manuel-joaquim-mendes-das-neves&catid=17&Itemid=124&lang=pt (atualizado em 08/02/2009)

Em agosto de 1962 Viriato da Cruz tentou instaurar uma aliança entre o MPLA e a FNLA, mas Agostinho Neto opôs-se por ser Holden Roberto apoiado pelos Estados Unidos de América e, ao mesmo tempo, porque Neto queria que o próprio partido se aproximasse mais da União Soviética e de Cuba. Viriato no ano seguinte, desiludido pelo MPLA, deixou-o e entrou a fazer parte da FLNA, só que não se deu bem com Holden Roberto e acabou com a Frente também. Viriato da Cruz desistiu assim da vida política angolana e, depois de ter passado um tempo em Argel e em Paris, fixou-se definitivamente em Pequim.

O MPLA teve de mudar novamente a própria sede fora de Angola em 1963, pois fora expulso de Léopoldville; mudou-se então para o outro Congo e instalou-se em Brazzaville. No ano seguinte, com a guerra que ainda se limitava ao norte do país, surgiu o terceiro movimento pró-independência: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), chefiada por Jonas Savimbi. A luta então estabeleceu-se em novas frentes, no leste e em Cabinda, onde porém o MPLA encontrou dificuldades em medrar porque lá no Enclave já havia um movimento que lutava contra os portugueses desde o ano precedente, ou seja, a Frente Nacional para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Além disso, o MPLA encontrava-se a combater contra vários inimigos simultaneamente: o exército português, as milícias da FNLA que tinha o apoio do Congo-Léopoldville de Mobuto Sese Seko (cunhado de Holden Roberto), e a UNITA de Savimbi³.

Em 1969 o exército português contra o MPLA, em Moxico, tomou exemplo das táticas militares dos EUA e levou o combate para o nível psicológico, através do medo, com ações que visavam a afetar as populações e os próprios meios de sustentação. Isso levou à “Revolta de Jibóia” dentro do MPLA: um militar, tal Jibóia, queixou-se com Agostinho Neto da redução do fornecimento das armas por parte da URSS. Tudo isto deixaria fraturas dentro do partido, tanto que mais tarde surgiu outra crise interna ao MPLA, a “Revolta Activa”, que pôs em discussão a maneira de Neto liderar o movimento.

³ Desde 1971 começou a cooperar com os portugueses na luta na frente do leste enquanto o MPLA contava com o apoio da Zâmbia, desde 1964, de Cuba e da União Soviética; no mesmo período uma coluna da OMA (Organização da Mulher Angolana), movimento que tinha sido fundado em 1962, composta por cinco elementos, sendo um deles Deolinda Rodrigues de Almeida, foi apanhada na tentativa de atravessar clandestinamente a fronteira com o Congo-Léopoldville e entregue à FNLA que matou violentamente as cinco mulheres, incluindo Deolinda que se tornará símbolo da luta e mártir do país.

Em setembro de 1968, Salazar lesionou-se caindo de uma cadeira e esse acidente obrigou o então presidente da República, Américo Tomaz, a formar um novo governo. Em seguida, a 27 de setembro, Marcelo Caetano assumiu a carga de Presidente do Conselho dos Ministros. O novo Presidente inicialmente manteve os ministros de Salazar, mas após uns meses substituiu vários, antecipando assim as mudanças internas que fez, o que constituiu um sinal com que começou a abrir mão do rigor dos órgãos do regime salazarista, colocando homens mais próximos com a suas intenções políticas; além disso, transformou a União Nacional (UN) em Ação Popular Nacional (ANP) e a PIDE em Direção-Geral de Segurança (DGS), enfraquecendo-lhe o poder censório. Marcelo Caetano deu então a ilusão de que o governo estava a abrir-se a uma maior democraticidade. Na verdade, Caetano resolveu ceder às pressões da direita extrema e a DGS continuou a repressão política já atuada pela PIDE, como também não houve a criação de um partido de oposição que o Presidente, num primeiro momento, pareceu querer permitir. Em todo o caso, a mudança que o sucessor de Salazar esperava trazer falhou e, junto com a crise económica mundial causada pelo petróleo, Portugal sofreu um período de grande instabilidade.

Quanto às colónias, Marcelo Caetano visava permitir a sua independência, pelo menos nos casos de Angola e Moçambique; tratar-se-ia de uma independência “controlada” onde o governo central de Lisboa tinha ainda o poder enquanto deixava às elites brancas, coadjuvadas pelos mulatos pelos negros, serem os protagonistas para a criação de um país rico e desenvolvido. O resultado esperado era, portanto, permitir que estes países se tornassem independentes e que ao mesmo tempo mantivessem a sua *portuguesidade*, uma “*Nova Lusitânia*” africana, e continuassem portanto bem ligados à pátria, num modelo similar ao Commonwealth britânico, de forma que o centro económico e político continuasse a ser Lisboa.

A 2 de dezembro de 1970 o governo português apresentou a proposta para uma nova Constituição que continha também uma parte sobre o Ultramar, o que fez com que os mais conservadores se opusessem fortemente: a manobra teve de ser editada várias vezes antes de obter a aprovação, quase um ano depois, enquanto para ter uma nova Lei orgânica do Ultramar foi necessário mais um ano. Esta Lei previa a denominação para Angola e Moçambique de “estados” e com os restantes territórios que se tornariam “regiões autónomas de Portugal” a exceção de Macau. A nova Lei, porém, não produziu

as mudanças que as colónias esperavam e no caso de Angola o governador-geral continuou a ser nomeado por Lisboa de maneira que o poder continuasse a ficar fora de Angola. A economia do estado angolano, mesmo estando em constante desenvolvimento, tal como a política, dependia de Portugal: a elite composta pelos colonos brancos não gostava desta submissão económica do país à metrópole, que era especialmente evidente no caso do petróleo angolano: como Portugal não se preocupava com melhorar o sistema de refinação nacional, Angola estava obrigada a comprar produtos derivados e refinados por um preço maior, pois não podia refinar a matéria-prima dentro dos limites nacionais (Tavares Pimenta, 2011, p. 182).

No começo de 1974 os negros e os mulatos da classe média e a burguesia branca decidiram para uma secessão do país na esperança de acabar com o controlo português da economia angolana e iniciaram a planejar um golpe para assumir o controlo do país. As contradições do sistema marcelista estavam bem evidentes: de um lado, permitia aos colonos ter um maior controlo na administração mas, do outro, “bloqueava” o país, em prol das necessidades dos interesses portugueses e estrangeiros. Marcelo Caetano tão-pouco conseguiu resolver o problema da guerra colonial e não fez nada para mediar com os movimentos independentistas, além do caso da UNITA de Savimbi que se juntou aos portugueses para lutar contra o MPLA a partir de 1971 (Tavares Pimenta 2011, p. 184).

I.3 - O fim do regime em Portugal e a independência das ex-colónias

A revolução, ou golpe, de 25 de abril de 1974 foi atuado por oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) insatisfeitos com os eventos da guerra colonial, que afastaram o Presidente da República, Américo Tomaz, e o Presidente do Conselho, Marcelo Caetano. Depois de treze anos de guerra colonial, o exército português estava a ponto de fracassar, pois na Guiné o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral tinha proclamado a independência em setembro de 1973; em Moçambique a FRELIMO estava a ganhar contra os portugueses, os quais só em Angola ainda tinham o controlo da situação, visto que as várias milícias angolanas estavam espalhadas e enfraquecidas, como resultado das divisões e das diferenças que os

movimentos angolanos tinham entre eles. Em Angola, de facto, havia a luta pela Independência e paralelamente a guerra civil que via o MPLA contra a FNLA e a UNITA.

Era claro que o presidente Marcelo Caetano não conseguia retomar controlo da situação nas colónias e, com o piorar da situação, entre 1973 e 74, o general da extrema direita e ex-governador de Moçambique, Kaúlza de Arriaga, tentou um golpe de estado com uma visão política que apontava para o velho Estado Novo de Salazar, porque a política marcelista era considerada demasiado fraca e liberal. Esta tentativa de golpe falhou, Caetano viu-se bloqueado, sem mais partidários e com os militares que começavam a murmurar sobre a possibilidade de acabar com a ditadura porque já percebiam a inutilidade da guerra e a necessidade que parasse.

A 25 de abril de 1974, depois de ter falhado uma primeira tentativa de golpe em março, os militares revolucionários portugueses conseguiram obter o controlo do país sem derramamento sangue: foram ocupadas as sedes dos meios de comunicação, o aeroporto e as ruas principais de Lisboa; os militares pela rádio anunciaram as intenções, aconselhando a população a que não saísse pelas ruas. Ao contrário, o povo, que apoiava firmemente o fim do regime, veio às ruas para apoiar e festejar o momento e as mulheres começaram a oferecer flores, cravos sobretudo, para os soldados que os colocavam dentro dos canos das suas espingardas, num ato simbólico que originou o nome de Revolução dos Cravos. Às 17h30 o presidente Caetano devolveu formalmente o poder ao general Spínola, terminando assim a ditadura do Estado Novo; a partir do dia seguinte, caíram também os restantes símbolos do regime como a PIDE/DGS, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa e os membros do ex-governo foram presos e depois exilados no Brasil, enquanto os presos políticos foram imediatamente libertados. O poder foi tomado por uma comissão de militares chamada Junta de Salvação Nacional (JNS), formada por sete oficiais das forças armadas e a presidência foi tomada por Spínola, que na noite de 25 de abril proferiu um discurso, em que afirmou:

Em obediência ao mandato que acaba de lhes ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de: garantir a

sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental; promover, desde já, a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do Presidente da República; garantir a liberdade de expressão e pensamento; abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional; pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos; respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados; dinamizar as suas tarefas em ordem em que no mais curto prazo o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha; devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções.⁴

Quanto às colónias, graças à Revolução a independência começava a aproximar-se. A descolonização concebida por Spínola seguia uma linha conservadora, parecida com a de Marcelo Caetano, ou seja, a criação de uma federação de países de língua portuguesa, um *Commonwealth* lusitano, mas esta chocava com a linha mais revolucionária, apoiada pela maioria do movimento militar, que queria a independência imediata entregando directamente o poder aos movimentos independentistas. A proposta de Spínola foi abandonada e foi forçado a entregar o poder ao PAIGC na Guiné e à FRELIMO em Moçambique: com o Acordo de Argel, a 26 de agosto de 1974, Portugal reconhecia a independência da Guiné-Bissau; para Moçambique foram assinados os Acordos de Lusaka a 7 de setembro do mesmo ano entre Portugal e FRELIMO, que tiveram efeito a partir de 25 de junho de 1975; Cabo Verde e São Tomé e Príncipe obtiveram a independência respetivamente a 5 e 12 de julho de 1975. Para Angola o processo foi mais complicado e demorou mais tempo para ser atuado pelo facto de não conseguir achar um

⁴ Proclamação ao País lida por Spínola. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa3>

acordo entre as três forças independentistas que ao contrário propendiam para a luta para somente uma se tornar legítima ao poder. Spínola propôs a criação de um governo provisório que representasse os três movimentos mais os grupos étnicos do país para alcançar a completa independência em três anos; entretanto, era necessário o cessar-fogo entre os mesmos movimentos, tudo sob a vigilância das Nações Unidas.

Dessa forma, Spínola esperava que o processo de descolonização angolano se resolvesse de maneira pacífica, mas o plano foi rejeitado quer pelos partidos quer pela ala esquerda da junta militar. No dia 30 de setembro Spínola deixou a presidência na sequência da tentativa gorada de golpe tentado pela parte de extrema direita, tendo como sucessor o general Costa Gomes. Depois disso, Portugal visava resolver a independência angolana da maneira mais rápida, mediando com os três movimentos, e acabou por excluir todas as forças políticas que não pertenciam aos três grupos, inclusive boa parte da população branca que antigamente era a mais influente. Em dezembro houve uma cimeira em Alvor entre representantes da FLNA, da UNITA, do MPLA e do estado português com o objetivo de se prepararem para a transição e no dia 15 foi assinado o Acordo de Alvor, que reconhecia os movimentos como os únicos representantes do povo angolano, deslegitimando todos os outros grupos. Em particular, estabelecia-se um governo de transição dirigido igualmente por representantes das três forças políticas e com o presidente que devia alternar-se entre um partido e outro; previam-se também novas eleições para outubro de 1975, sendo a data oficial para a independência marcada para o dia 11 do mesmo mês, e a instituição do exército nacional composto por membros de todos os movimentos. De facto, como nenhum dos movimentos tencionava dividir o poder com os outros, o que Portugal fez foi dar um pretexto para uma guerra civil: era claro que depois anos de guerra um contra o outro, todos os atritos não podiam desaparecer de um dia para o outro; além disso, nenhum movimento sozinho tinha a força e a influência para poder governar e o tempo concedido para que os grupos se tornassem partidos políticos era demasiado pouco. Limitando a escolha política aos três partidos existentes, gerou-se um clima de forte descontentamento; tanto os brancos como os cabindenses, por exemplo, não se sentiam representados por nenhum dos três grupos, o que levou a maioria dos brancos a fugir do país e a tornar a guerra civil inevitável. Com a intenção de impedir o começo da luta entre os três partidos, o Quênia organizou uma conferência em junho entre os dias 15 e 21, na cidade de Nakuru, na tentativa de chegar

a um acordo para que o processo de transição para a independência acontecesse de maneira pacífica. A partir do verão começou a grande fuga dos portugueses e das elites brancas que se foram embora de Angola após o fracasso de Marcelo Caetano, a maioria rumo a Portugal. Entre julho e agosto o MPLA conseguiu obter o controle da capital graças a um violento conflito com a FNLA, resultando assim na conclusão prematura dos acordos de Nakuru e Alvor.

Entre agosto e novembro o conflito concentrou-se no objetivo de tirar o controle da capital do MPLA para o impedir de, no fim, declarar a Independência no dia preestabelecido, e foi assim que a guerra civil adquiriu uma dimensão internacional: a União Soviética, através de Cuba, apoiava o MPLA; o Zaire do ditador Mobuto estava do lado e Holden Roberto e da FNLA, enquanto os militares sul-africanos, estimulados pelos EUA, estavam com a UNITA e a FNLA. No dia 10 de novembro, na véspera da esperada independência, o exército do MPLA infligiu uma grave derrota ao da FNLA. No mesmo dia a bandeira portuguesa foi tirada dos seus estandartes; como afirmou o contra-almirante Leonel Cardoso português:

Assim, Portugal entrega Angola aos angolanos depois de quase 500 anos de presença, durante os quais se foram cimentando amizades e caldeando culturas, com ingredientes que nada poderá destruir. Os homens desapareceram mas a sua obra fica.⁵

Portugal deixava “um país de que se orgulha e de que os angolanos podem orgulhar-se”⁶. À meia noite, Agostinho Neto proclamava “solenemente perante a África e o Mundo” a Independência de Angola⁷ pedindo também um minuto de silêncio para os “heróis tombados pela Independência da Pátria”⁸ e daí foi desfraldada pela primeira vez a bandeira de Angola, negra, vermelha e amarela. Em seguida, Lúcio Lara nomeou oficialmente Agostinho Neto Presidente da República de Angola. Terminava então,

⁵ O dia em que Angola se tornou independente. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/48997/o-dia-em-que-angola-se-tornou-independente> (atualizado em 11/11/2015)

⁶ Ibidem

⁷ Discurso do Presidente Agostinho Neto na proclamação da Independência de Angola http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola

⁸ Ibidem.

definitivamente o colonialismo português, o Império, que durava desde 1822 e que agora mantinha só o domínio de Macau, pois a Indonésia tinha ocupado Timor-Leste precisamente em novembro de 1975.

Angola foi, portanto, o último país africano a tornar-se independente e Portugal foi mesmo o último estado europeu a acabar com o colonialismo e a atuar a descolonização. A 10 de dezembro de 1975, no mesmo dia do décimo nono aniversário da fundação do MPLA, trinta e dois escritores que naquela altura estavam ou tinham regressado a Luanda, reuniram-se e proclamaram a fundação da União dos Escritores Angolanos e Agostinho Neto foi nomeado primeiro presidente da União.

I.4 – A conflitualidade interna angolana na descolonização

A dificultosa Independência obtida por Angola não acabou com os problemas do país, pois logo a seguir eclodiu uma nova guerra civil que durou quase 27 anos, terminando só em 2002 com a vitória do MPLA.

Talvez a própria independência do país se pudesse processar de uma forma menos violenta e sangrenta, se todos os movimentos independentistas não tivessem estado constantemente ocupados na luta contra eles mesmos, em vez de lutarem unidos contra os portugueses. A fragmentação poderá ter sido o problema principal, mas é bom mencionar que, quase certamente, sem os movimentos o processo de descolonização teria sido muito mais lento. Como observa Pélissier, “os dois principais movimentos pareciam gastar mais tempo opondo-se um ao outro do que a lutar contra os portugueses no campo de batalha” (Wheeler e Pélissier 2016, 286). As causas das desavenças entre os grupos tinham a ver sobretudo com as etnias que os representavam, denotando então uma sorte de racismo entre os grupos étnicos do país: a base étnica que os três partidos representavam não tinha a ver somente com a etnia dos seus militantes, que era sim indiscutível, mas devia-se a razões mais profundas, ou seja, os movimentos eram prolongamentos dos três grandes antigos Reinos do Congo: o Reino do Dongo, o do Bailundo e o da Matamba.

Entre 1963 e 1965 a UPA era o movimento que dominava e que os portugueses temiam mais; os da União eram quase todos bacongos e controlavam a zona norte, perto

da fronteira com o Congo, numa posição estratégica também para limitar o suporte que o MPLA enviava aos companheiros das zonas de Nambuangongo e dos Dembos, áreas no norte de Angola, controladas pela UPA. O MPLA, por sua vez, depois de ter quase desaparecido em redor de 1963, teve uma notável renascença graças ao apoio da União Soviética e de Cuba e, no fim, com a mudança para Brazzaville que permitiu escapar aos ataques da UPA e à vigilância da PIDE.

Um dos problemas do MPLA residia na diferença entre os seus líderes e o povo: os primeiros eram na maioria intelectuais de fé fortemente marxista enquanto o povo era analfabeto e não se importava tanto com o nível cultural dos seus líderes quanto com a etnia deles – o mesmo, aliás, acontecia com a UPA –, tornando o Movimento também um partido etnonacionalista apesar de se achar pan-angolano. No ano de 1961, nas revoltas dos bacongos, o MPLA ficou praticamente parado, na zona norte não tinha apoiantes pois era a UPA a ter o favor das populações do Dembo e de Nambuangongo e também porque, nessa altura, a liderança do MPLA, instalada em Léopoldville, não agia e ficava passiva. A inaptidão devia-se ao facto de não ter naquele momento um verdadeiro líder à frente do Movimento, uma vez que Agostinho Neto se encontrava preso, Lúcio Lara em exílio em Conakry e Mário Pinto de Andrade, exilado também, em Paris.

Em dezembro de 1962 teve lugar a primeira conferência do MPLA na tentativa de ser voltar a ser um elemento ativo na luta pela Independência. Nessa ocasião, Agostinho Neto tornou-se presidente, Mário de Andrade presidente para os negócios estrangeiros, enquanto Viriato da Cruz foi afastado. Na altura de 1965 o MPLA estava a passar por uma crise pois a influência tinha ido enfraquecendo e o partido declaradamente comunista agora tinha só cerca de 15 mil afiliados de etnia kimbundu que não se importavam com as teorias marxistas, mas por causa da religião, o metodismo, e o reverendo Domingos da Silva e outros pastores. Em Cabinda, o MPLA era vítima da FLEC e da UPA que no enclave se tinha aliado com os portugueses para enfrentar o Movimento. Os problemas eram devidos também pelas faíscas entre a China, apoiada por Viriato da Cruz, e União Soviética mais próximo ao resto do MPLA. Jonas Savimbi, do grupo étnico ovimbundo, teve contactos primeiro com o MPLA, acabou por se juntar à UPA que abandonou em 1964 com a intenção de voltar ao Movimento, mudança que não foi concedida. Decidiu então fundar o próprio grupo, junto com ovimbundos ex-militantes da UPA e formou-o em março de 1966 no Moxico, com o nome de União Nacional para a Independência

Total de Angola (UNITA) e há notícias do fato que os primeiros membros se treinaram na China, causando, se calhar, os contrastes com os soviéticos aliados com o MPLA. Este partido também se apresentava como os outros dois, por ser defensor de uma certa etnia, ovimbundo, e pelo que diz respeito a luta armada e ficou conhecido pelos ataques terroristas contra a população civil, violentos e sem organização.

CAPÍTULO II

Entre Portugal e Angola: vida e a obra de Luandino Vieira

II.1 – No musseque, na vida. A criação de Luandino Vieira como angolano

José Luandino Vieira, nascido José Vieira Mateus da Graça, é talvez o mais importante escritor de Angola. Nasceu de pais portugueses em Lagoa do Furadouro, perto de Ourém, em 1935. Entre 1937 e 1939, com a família, mudou-se para Luanda, a capital de Angola. O pai, Joaquim Mateus, partiu primeiro e em seguida foi a vez da mãe, Maria Alice, com os dois filhos. Chegados à capital, inicialmente transferiram-se frequentemente: no começo no musseque Ingombota, depois Maculusso e Quinaxixe, para se instalarem definitivamente no musseque Braga, hoje bairro do Café e de Alvalade. Voltaria à “terra nativa” pela primeira vez só aos vinte e cinco anos de idade, mas a sua *portuguesidade*, como ele mesmo afirmou, não o influenciou “nada do ponto de vista nem negativo, nem positivo” (Laban, 1980, p. 13).

Foi criado nos bairros populares da capital angolana, onde com o amigo António Cardoso começou a sua formação; em 1942 entrou na Escola Primária N.º 8 de Emílio Monteverde; a partir da terceira classe frequentou o Colégio Nun’Alvares, onde conheceu Arnaldo Santos, que se tornaria escritor e militante para a independência. Realizou os estudos secundários no Liceu Nacional Salvador Correia. Luandino terminou o quinto ano do Liceu em 1952 e foi trabalhar na secção marítima da empresa Robert Hudson.

Posteriormente muda para a Solana e acaba trabalhar no porto para a Volvo como mecânico de camiões inicialmente até se tornar diretor da empresa. Aqui fica por onze anos mas mantendo-se sempre ligado ao jornal *O Estudante*. De 1956 a 1958 teve que cumprir o serviço militar, sendo mandado para Nova Lisboa (Huambo) onde trabalhou como formador para os soldados analfabetos. Quando pôde voltar a Luanda trabalhou numa biblioteca e começou a estudar francês, inglês e alemão. Sempre no fim dos anos 50 ele juntou-se à Sociedade Cultural de Angola (SCA); nesse contexto, com outros

intelectuais em 1957 começaram a publicar o boletim *Cultura*, o qual saiu doze vezes até 1960 quando a PIDE proibirá tudo isso.

Nesses mesmos anos, apaixonou-se pelo cinema, tanto que o mesmo Luandino afirmou em 1957 ou 58 chegou a ver mais de trezentos filmes, ou seja mais de um filme por dia (Vieira, 2015, p. 1044). Nessa mesma época obteve uma carteira no jornal, *Província de Angola* ou *ABC*, como crítico de cinema e de futebol. O ponto provavelmente mais importante para a formação luandina foi o facto de ficar em sempre no mesmo sítio, como ocorreu à maioria dos seus amigos de infância que chegavam à capital angolana. Foi graças a essa dinâmica que conheceu em 1946 António Jacinto, talvez a maior influência do autor na adolescência, uma figura fundamental para a cultura luandense dos anos pré-independência, tanto que Manuel Ferreira chegou a comentar que

não haverá movimento ou surto literário, iniciativa de carácter político de vulto em Angola, desde que lá de longe a ideia de libertação começou por germinar, onde este homem não tivesse intervindo (Jacinto, 1979, p. 9).

Graças a Jacinto⁹, Luandino Vieira conheceu Mário António¹⁰ e Viriato da Cruz e é mesmo nesse período que a política começou a fazer parte da vida de Luandino, que entrou a fazer parte da Anangola, da Sociedade Cultural, do Cine Clube até chegar à fundação do MPLA. Jacinto terá influência também no amigo Cardoso, que fundou jornais, inclusivamente com o apoio do próprio Luandino, como o *Àscascas*, *A voz da Quinta* e o *Gaiato*.

Luandino foi preso pela primeira vez em 1959, na Páscoa, pela suspeita ligação que o escritor tinha com os independentistas, num processo paralelo ao “dos 50”, na altura em que a PIDE prendeu a maior parte dos militantes do MPLA e os que estavam ligados

⁹ António Jacinto nasceu no Golungo Alto, no norte de Angola, em 1924. Como contista utilizou também o nome Orlando Távora. Junto com Viriato da Cruz fundou o Partido Comunista Angolano, que teve vida breve, mas contribuiu para a criação do futuro MPLA. Também fez parte do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, o grupo de “Vamos descobrir Angola”, da revista Mensagem. Chegou a ser preso e condenado a 14 anos que foram passados no Tarrafal de Cabo Verde. Após o fim da guerra, com a Independência de Angola, assumiu várias cargas políticas, sendo Ministro de Educação Nacional e Secretário do Conselho Nacional de Cultura. Entre 1945 e 1948, na altura de Vamos descobrir Angola, Jacinto abriu a sua coleção de livros para meninos como Vieira, dando-lhes acesso a autores naturalistas, russos e franceses, portugueses, à literatura brasileira do Nordeste de anos 30 e aos norte-americanos. Foi ele, portanto, que iniciou Luandino à literatura.

¹⁰ Artigo de União dos Escritores Angolanos. Disponível online: <https://www.ueangola.com/bio-quem/item/828-m%C3%A1rio-ant%C3%B3nio>

ao grupo. Vieira foi a tribunal para o processo mas o juiz, sem material suficiente para o culpar, não se pôde pronunciar e não chegou a ser condenado, ao contrário dos 50.

Entre 1959 e 1961 trabalhou para a companhia norte-americana EIMCO na construção de uma barragem em Cambembe no rio Quanza, o mesmo lugar onde se passa *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Na altura em que trabalhava na província de Uíge, em 1960, casou-se com Ermelinda da Conceição Oliveira Cunha e um ano depois, enquanto colaborava com o boletim da CDEDI de Lisboa, *Mensagem* e com o *Jornal de Angola*, nasceu o seu filho António Alexandre (Xexe).

Em fevereiro de 1961, quando começou a luta armada, como já estava cadastrado, tentou sair do país para continuar a luta no exterior como muitos dos seus companheiros estavam a fazer. Em agosto chegou a Portugal, onde obteve o passaporte e de onde conseguiu embarcar-se num avião para Londres para receber formação para outra barragem planejada entre a fronteira do Gana e do atual Burkina Faso mas a PIDE prendeu-o no Porto antes que pudesse ir embora. Tiraram-lhe o passaporte e obrigaram-no a voltar a Lisboa, onde ficou por uns meses e terminou de escrever a novela *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Entretanto chega a Portugal a notícia que prenderam António Cardoso. Luandino naquele mesmo momento, era um sábado, estava a almoçar na cantina da CEI com o amigo Carlos Ervedosa, o mesmo amigo que durante os anos de prisão de Vieira, fingira de ser o primo do escritor para que houvesse a autorização para se trocarem cartas.

Ficou na caserna da PIDE até, logo depois, ser transferido para o PPPIDE (Pavilhão Prisional da PIDE) de Luanda onde já estavam presos Cardoso e Jacinto. Os três estavam culpados de fazerem parte de uma rede ligada ao MPLA. Em 1963 houve o julgamento: Vieira foi culpado de “crime contra a segurança externa do Estado” a 14 anos mais as medidas de segurança (para um total máximo possível de 25 anos).

Entre 1961 e 1964 Luandino Vieira, junto com António Jacinto e António Cardoso mudaram-se várias vezes para as cadeias luandenses, prisões criadas para presos comuns que desde a altura dos anos 50 se tornaram lugares de reclusão para presos políticos. A 31 de julho de 1964 os três, de navio, viajaram para Cabo Verde, com destino final o Campo de Chão Bom em Tarrafal, onde chegaram a 13 de agosto e pelo mês inteiro ficaram separados do resto dos detidos. A partir do ano seguinte, com a ajuda da esposa Linda tentaram várias vezes pedir que Vieira fosse transferido, mas nunca conseguiram

e, pelo contrário, houve um maior isolamento do campo em relação à troca de correspondência, que ficava limitada a duas vezes por mês. Na altura em que chegaram, no Tarrafal, havia muitos presos que iniciaram a sair, sobretudo os do Processo dos 50.

Luandino, no primeiro momento da sua estadia em Cabo Verde, só recebeu a autorização de levar três obras: a Bíblia, um dicionário kimbundu-português e uma coleção em inglês das obras de Shakespeare, para além dos manuais e cadernos de línguas estrangeiras. Esse período de fraco acesso a obras literárias terminou quando, em 1967, a Fundação Gulbenkian doou à prisão mais de 400 volumes, sobretudo de literatura portuguesa moderna que escritor acabou por ler todos (Vieira, 2015, p. 1062).

Esse ano foi, no entanto, especialmente duro para Luandino Vieira, porque a PIDE estava a vigiar de forma muito oprimente a esposa Linda, tanto que o casal teve de deixar de comunicar por carta e limitar-se aos telegramas. Essa situação teve um reflexo também nos fragmentos diários que Luandino escrevia, que diminuíram na frequência. O Autor comenta sobre isso:

desapareciam muitas cartas... não chegavam as cartas, cartas com dinheiro desapareciam, foi uma ofensiva exterior ao tudo para a prender [Linda]. Não conseguiram um motivo plausível para isso e durante muito, muito tempo, mantiveram esse tipo de comportamento em relação a tudo quanto enviava. E eu disse: «Pronto, então se é assim não escrevo mais, a mim não me custa nada!». (Vieira, 2015, p. 1061)

Na primavera de 1969 Linda foi ao Campo de Chão Bom pela segunda vez, de 7 até 26 de maio, desta vez com o filho Xexe de oito anos, e no mesmo ano, Vieira começou a trabalhar dentro do campo como bibliotecário e professor para os outros presos. Durante a época do Natal conseguiu fazer sair do campo alguns manuscritos inéditos, que continham *Velhas Estórias*, *Nós, os do Makulusu*, *No antigamente, na vida* e *João Vêncio*, graças à ajuda da Ana Tchumtchum, uma senhora que se ocupava da venda de produtos alimentares dentro do campo, que escondendo os manuscritos num balaio enchido de milho conseguiu levá-los para fora do campo.

Os *Papéis*, que abrangem o espaço temporal do cativo e vão de 1962 até 1971, terminam embora o Luandino tivesse saído somente no ano seguinte e, sob liberdade condicional, juntamente com António Jacinto, volta a Portugal, em Linda-a-Velha,

Lisboa, onde se instala com residência fixa por cinco anos sem a oportunidade de sair de lá. Enquanto em Lisboa, arranjou emprego na Edições 70 junto com Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário, e como necessitava dinheiro, o editor, propôs-lhe traduzir um livro de inglês para português, o livro de Burgess, *Laranja mecânica*, cuja tradução será publicada em 1974, sendo a única tentativa de tradução por parte do Autor. Na sequência da revolução, Luandino Vieira pôde finalmente regressar a Luanda em janeiro de 1975; em março entrou a fazer parte do conselho de administração da Rádio Televisão Portuguesa de Angola (RTPA) e a 10 de dezembro do mesmo ano assinou a Proclamação da União de Escritores Angolanos.

No dia 19 de maio de 2006, o Ministério da Cultura proclamou Vieira vencedor daquele ano do Prémio Camões, o galardão mais literário para a língua portuguesa, instituído em 1988 com o apoio conjunto dos governos de Portugal e do Brasil. Luandino, porém recusou o prémio, por “razões pessoais, íntimas”, sendo a primeira e a única vez que alguém rejeitou esse reconhecimento. Uns tempos depois, na apresentação do primeiro livro da trilogia *De Rios Velhos e Guerrilheiros, O livro dos rios*, Luandino explicou à Agência Lusa as razões da sua recusa: “teria sido uma grande injustiça para os escritores que estavam a editar regularmente”¹¹ e em seguida adicionou

quando me vêm atribuir o prémio eu estava há 30 anos sem escrever um livro e essa minha escolha tem um preço... Considerei que era uma injustiça para com os colegas que trabalharam e se esforçaram ao longo desses anos.¹²

II.2 – O contexto da literatura angolana

A literatura angolana de língua portuguesa tem uma origem antecedente à vinda dos intelectuais, dos vários grupos de intelectuais, da geração da *Mensagem*, de *Vamos descobrir Angola*: de facto, o primeiro poeta africano de língua portuguesa foi José da Silva Maia Ferreira, que em 1850 publicou *Esportaneidades da minha alma*, um volume

¹¹ Artigo de RTP notícias. Disponível online: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/luandino-vieira-recusou-premio-camoes-por-ja-nao-escrever-ha-muito-tempo_n160185 (atualizado em 03/03/2007)

¹² Artigo de Sapo notícias. Disponível online: <https://noticias.sapo.ao/actualidade/artigos/luandino-vieira-admite-que-recusou-premio-camoes-2006-por-ter-estado-30-anos-sem-escrever-um-livro-e-nao-gostar-de-dinheiro> (atualizado em 01/11/2009)

de poesia, em que já se pressentia os ideais nacionalistas do século sucessivo. Todavia a poesia do século XIX no país sofre sobretudo do Romantismo e do Arcadismo, com referência a outros autores, como Alfredo Troni e Cordeiro da Matta.

No século XX, o número de europeus instalados na capital foi aumentando e o sofrimento da sociedade numa convivência forçada põe as bases para uma literatura moderna, a partir dos anos 30, com António de Assis Júnior, Tomaz Vieira da Cruz e Castro Soromenho, em cuja obra há uma busca das raízes e dos costumes verdadeiramente angolanos, tendo em conta a influência portuguesa que naquela altura já tinha um papel bastante significativo. Assis Júnior, em particular, apresenta um forte protesto contra o trabalho forçado e os abusos perpetrados pela administração colonial, representando, porém, aquela parte da sociedade angolana composta pelos *assimilados* sendo ele mesmo um mestiço.

Em 1935 é publicado *O segredo da morta* de António de Assis Júnior, romance de costumes angolanos e “situável entre o melodrama de aventuras localizadas em Luanda e regiões periféricas, o relato de costumes e o discurso proverbial em quimbundo” (Laranjeira et al., 1995, p. 50).

Castro Soromenho é igualmente interessante por ter nascido em Moçambique de pais portugueses mas crescido em Angola, sendo portanto branco, “um branco que compreendia a alma do negro e um homem que mais do que ninguém da sua época entendia e denunciava os males do sistema colonial português” (Hamilton, 1975, pp. 59-60). Ele dedicou-se a lendas e canções e foi o primeiro romancista neorrealista de África, na sua trilogia composta por *Terra morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A chaga* (1970).

Outro nome importante é Vieira da Cruz, que desembarcou em Luanda em 1924; oito anos depois saiu a sua primeira coletânea de poesias, *Quissange – Saudade Negra*, caracterizada por uma mistura de vocabulário kimbundu e influências luso-tropicalistas.

Em 1948, surge o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, que marcará a literatura angolana de maneira definitiva; o movimento procurava uma identidade totalmente angolana, longe do que o colonialismo propunha, como sugere o mote “Vamos descobrir Angola!”, uma geração que visava a valorização do que era realmente Angola, remarcando a sua distância do que era o ideal salazarista e de um Portugal-além-mar. É daí que parte a luta, tanto física como cultural, sendo o ideal independentista o seu ponto focal. O tema símbolo da escrita é o da infância contada através da memória, para além

do sofrimento do negro, da sua exploração, da humanização do oprimido e da terra que se vê poetizada, como no caso de *Viagem à Terra Natal* de Mário António. Há, portanto, uma tentativa, através da poesia, de um retorno às origens graças à invocação à terra natal, à Mãe-África ou à Mãe-Negra, por obras como a *Mamã Negra* de Viriato da Cruz e com a viragem para uma poesia mais de resistência. Não acontece somente na poesia, mas a mesma passa a ter um valor de imediação devido ao momento histórico, devendo emocionar e agitar; o poeta, agora militante, “ciente da sua missão, também tem de aceitar que a sua arte serve um fim imediato” (Hamilton, 1975, p. 116). Além de Viriato da Cruz, vale a pena mencionar os outros autores do grupo, inclusive os amigos de Luandino Vieira, ou seja, António Jacinto e António Cardoso, Mário Pinto de Andrade, Mário António e, por fim, Agostinho Neto com os poemas recolhidos na *Sagrada Esperança*.

Enquanto em Angola os intelectuais começavam a tomar voz, em Lisboa fundava-se a Casa dos Estudantes do Império, devido também ao facto que muitos angolanos, saíam da sua terra para Portugal em busca de uma formação universitária. A universidade torna-se, aliás, num lugar com um papel importante para os vindos das colónias e permite-lhes escrever e difundir os seus sentimentos de revolta graças ao próprio editorial, *Cultura*, a continuação espiritual da *Mensagem*, destinando-se também a uma breve vida devido a muitos dos afiliados acabarem presos por serem independentistas. Ao grupo, em relação à *Mensagem*, juntaram-se novos membros, entre os quais Luandino, Carlos Ervedosa, Tomás Jorge e Manuel dos Santos Lima, que se destacou por ser o primeiro da geração a publicar um romance, *As sementes da Liberdade*, que saiu no Brasil em 1965; trata-se, aliás, do único romance angolano escrito durante os anos 60 depois de *A vida verdadeira de Domingos Xavier* escrita por Luandino Vieira.

Nos últimos anos do regime, vinte anos depois das primeiras revistas culturais angolanas, surgiram *Convivium* e *Vector*. A situação política estava tinha mudado substancialmente em vinte anos: nos anos 50 a ideologia era toda para a independência, com os escritores que tomavam uma posição fortemente polémica em defesa da nação e da angolanidade; pelo contrário, os intelectuais angolanos de 70, entre os quais se destacam Cochat Osório, João Abel e David Mestre, eram “principalmente europeus que se responsabilizavam pelo ressurgimento literário” (Hamilton, 1975, p. 150) e propunham obras em que a língua não era um instrumento inovador, mas antes um português que anulava as fronteiras entre países, neutralizando a angolanidade que fora uma das marcas

distintivas que os intelectuais da geração anterior tinham enfatizado. Vale a pena referir que, após a independência, os escritores que colaboraram nestas revistas, foram quase todos embora.

A cena literária do início de 70 não estava constituída somente por portugueses localizados em Angola. Uma figura relevante é Domingos Van-Dúnem, o qual visava a defender as velhas tradições condenando os influxos culturais ocidentais, como o futebol, réus de destruir um certo tipo de cultura, e contestava a alienação cultural dos centros urbanos de Angola, tentando por seu lado divulgar os valores crioulo-kimbundu desde sempre desprezados pelos colonizadores. Para a sua reivindicação cultural compôs uma peça teatral, *Auto de Natal*, em 1972 e publicada bilingue, português-kimbundu, peça sobre a história da Natividade que na verdade era um pretexto para defender instituições e valores éticos africanos.

Tirando as publicações de Van-Dúnem, de Jorge Macedo ou Jofre Rocha, os primeiros tempos da década de 70 pareciam mais um “horror de silêncio” (Hamilton, 1975, p. 154), como o próprio Rocha afirmou. Nesses anos todavia surgiu como uma revelação Uanhenga Xitu que, depois de sair do Tarrafal, estreou-se com *Mestre Tamoda* em 1974, o mesmo ano em que a Revolução eclodiu.

A revolução teve repercussões com respeito à liberdade de expressão, tanto que permitiu uma grande vaga de reedições de obras angolanas. Enquanto em Portugal os críticos antigamente alheios ao que se passava na literatura de Angola começaram a escrever em favor de autores, como Luandino, surgiam também tentativas para um reagrupamento dos escritores angolanos sob a mesma linha. O resultado foi, em dezembro do mesmo ano, a revista *Ngoma: Revista Angolense*, publicada num único número, graças à participação de onze escritores entre os quais o próprio Luandino, Jorge Macedo, Jofre Rocha, Domingos Van-Dúnem e Arnaldo Santos, sendo por isso importante para o desenvolvimento posterior da literatura de Angola:

Mais do que simples revista, *Ngoma* pretende corporizar um novo movimento adentro da literatura angolense, ao propor, por um lado e sem abandono das posições oportunamente conquistadas pela “negritude”, uma mais funda consciencialização face ao devir histórico, encaminhando-se, por outro, no sentido de urgente revitalização dos meios expressivos, fiel a ideário que inscrito numa visão órfico-mágica, conjugue, por concreção verbal, elementos

enraizados no animismo, no evemerismo, no magismo, no totemismo, no xamanismo e manismo. (Hamilton, 1975, p.158)

Este editorial, portanto, fica o manifesto do novo movimento literário e cultural de Angola pós-golpe, a promessa de não abandonar os resultados que catorze anos de luta tinham produzido, uma nova consciência nacional, a reafricanização do país. No fim do ano seguinte, apenas um mês após a independência, no dia 10 de dezembro teve lugar a proclamação da União dos Escritores Angolanos, que, num clima ainda tenso, testemunhava a importância e o papel da literatura para a nova sociedade angolana.

A União, a partir de janeiro de 1979, lançou a sua própria revista, uma gazeta mensal sobre arte e literatura, *Lavra & Oficina*. No primeiro número, encontra-se um artigo do poeta Rui Bueti (pseudónimo de Rui Pacheco) que coloca uma pergunta bastante forte se considerarmos o momento, “para onde vai a literatura angolana?”, ou seja, “para onde deve ir a literatura angolana?”. A pergunta é realmente interessante porque naquela altura, a situação da literatura angolana não estava bem definida. Bueti responde à sua mesma pergunta citando a fragmentação, de qualquer modo necessária, vista a história recente do país:

No entanto não podemos esquecer a existência de diversas dificuldades. Os escritores integrados em massa no processo de Reconstrução Nacional, têm pouco tempo para dedicar aos problemas específicos de literatura. Por outro lado, estamos mal informados sobre os estudos que se fazem pelo mundo fora, sobre a nossa literatura... Como resultado desta situação, não sabemos ao certo qual é o ponto da situação da nossa literatura. (Hamilton, 1975, p. 172)

Por fim, não se pode terminar este roteiro essencial sem mencionar um dos autores mais importantes de Angola juntamente com Luandino Vieira, ou seja, Pepetela. Ele também foi militante do MPLA e depois da independência cumpriu cargas do governo, sobretudo no campo da cultura, sendo vice-ministro da Educação, além de ter feito parte da Comissão Diretiva da União dos Escritores Angolanos. O início da sua obra remonta ao fim dos anos 60 para ser publicada definitivamente a partir de 1969. O seu primeiro romance, *Mayombe*, veio à luz em 1980, demarcado pelo contexto da Primeira Guerra de Libertação na região de Cabinda. O romance aprofunda a psicologia da guerra nos

temores, medos e dúvidas dos combatentes e apresenta uma riqueza alegórica dada pelos nomes dos personagens como Sem Medo, Teoria e Mundo Novo. Depois do primeiro lustro após a independência, novos autores publicaram a partir da década de 80, sendo chamados “novíssima geração”, da qual se destacam José Luís Mendonça, Ana de Santana e Paula Tavares, até chegar a José Eduardo Agualusa, que começou a publicar a partir de 1989 com o romance *A conjura*.

II.3 – A obra de Luandino

II.3.1 – A escrita literária antes do cárcere

A obra de Luandino Vieira portanto pode-se incluir no ciclo da Geração dos escritores dos anos 50, com os do Movimento de dos Novos Intelectuais de Angola, marcando o florescimento literário angolano ligado então ao valor político da escrita. A partir de 1945, então, começa a colaboração com Cardoso que levará ao surgimento de jornais manuscritos os quais, já na época, continham temáticas nacionalistas e políticas: Vieira e Jacinto, mais António Carpinteiro, realizaram um pequeno jornal manuscrito, um só papel de cinquenta linhas e uma única cópia, escrito totalmente à mão por Mateus da Graça, pois era o menino com a grafia melhor dos três, o qual fazia também os desenhos que foram a primeira obra dele a serem assinalados por “Luandino”:

aos onze anos, eu tinha um jornalzinho manuscrito, e neste jornal eu era o redactor e era o tipógrafo: a minha caligrafia é que constituía o tipo. Eu fazia também uns desenhos para ilustrar as crónicas de futebol, e nestes desenhos eu assinava como Luandino. E também, porque me chamavam de Luandino, devido a minha mania de defender a cidade de Luanda acima de tudo.
(Guimarães, 2008, p. 3)

A primeira obra de Luandino é um conto intitulado *Mendigo*, escrito em 1947 e publicado no jornal do liceu *A Voz da Quinta*. Este conto era um melodrama que segundo o autor pretendia ser à moda do Eça de Queiroz, situado no Porto (onde o autor ainda não

tinha estado) e a propósito de um mendigo, ou seja, uma figura sobre que o jovem escritor não tinha conhecimento nenhum. Mas se não considerarmos este conto juvenil, a primeira narrativa de Luandino remonta a 1954, com o título *Inglês à hora*.

Na altura do Liceu já havia outro jornal, *O estudante*, no qual foi publicado outro conto do Luandino, *O cartaz*.

Quanto à formação pessoal de JLV, ele sente-se totalmente angolano, ainda que com valores que pertencem à Europa por causa da sua origem portuguesa, influenciados por uma educação de tipo colonial. A sociedade angolana da época era marcada pelo colonialismo branco, que o regime português defendia e alimentava, tanto que o número de brancos que chegavam às colónias ia subindo de ano para ano. Luandino viveu isso em primeira pessoa através do seu pai, que criado numa sociedade colonial, era o espelho disso: por exemplo, um professor negro de Luandino costumava ir almoçar junto com a família do aluno e os diálogos entre os dois adultos resultavam “perfeitamente eivados, cheios de preconceitos raciais e de classe” por parte do pai (Laban, 1980, p. 13) no qual dominava um sentimento de superioridade por ser branco que empatava com o sentimento oposto, o da inferioridade, por ele ser quase analfabeto. O pai de Luandino era sapateiro e até 1967 teve uma sapataria em Luanda, conseguindo ter também uma fábrica artesanal de sapatos: aí também se evidenciavam elementos racistas da sociedade. Tudo isso, reforçado pelas amizades que teve durante a adolescência, fez com que Luandino adquirisse valores angolanos e africanos em geral, apesar de ser ele mesmo um homem branco, que permitiram formar o autor no plano da cultura como depois da política.

A literatura angolana foi, de alguma forma, a maneira para superar o papel de colónia: a luta baseava-se nisto, a literatura e cultura estavam presentes nas campanhas libertadoras e foi o modo em que um povo conseguiu levantar a voz contra o domínio colonial. A literatura que estava a surgir naquela altura refletia o laço entre o homem e a natureza, a que se adicionavam temáticas como a alienação cultural, social e política, a exploração económica, a miséria e a degradação social e a repressão. No caso da literatura moderna, Angola viveu entre duas tendências: fixada na oralidade para ser totalmente africana a primeira, enquanto a segunda visava sobretudo à mensagem de luta anticolonial; esses dois elementos combinados constituem a *angolanidade*, de que Vieira se tornou um dos maiores representantes, juntamente com Agostinho Neto.

Se falarmos de obra de Luandino escrita já em adulto, a lista deve começar com *A cidade e a infância* de 1960, uma coleção de dez estórias escritas entre 1954 e 1957, época do serviço militar. Inicialmente, contudo, era apenas um caderninho que continha quatro estórias e de que o autor resolveu fazer umas cópias pela tipografia Globo, das quais uma foi dada a António Cardoso e outra a António Simões Júnior, um português exilado em Buenos Aires. Quando o escritor voltou para pegar o resto dos exemplares impressos, soube que as autoridades tinham apreendido tudo da tipografia. Em 1959, enquanto Luandino se encontrava a Portugal, a Casa dos Estudantes do Império tinha começado a publicar, na Coleção dos Autores Ultramarinos, d *A cidade e a infância*, a primeira obra publicada do autor. Hoje, a consideração do autor por esta obra não é totalmente positiva, tanto que chegou a afirmar que não a deveria ter publicado, reconhecendo algo que já não coincide com o que era a sua ideia de literatura, sobretudo pelo que diz respeito ao projeto linguístico, “ainda quando sofria a influência dos brasileiros” (Vieira, 2015, p. 868), na época em que tinha 17 e 18 anos, enquanto hoje o autor pensa que “não devia ter publicado obviamente aquilo” (Chaves e Kaczorowski, 2015, p. 184) e a distância, sobretudo linguística, com as obras sucessivas é bem marcada.

É possível então dividir a obra de Luandino em duas partes, pondo *Luuanda* de 1964 como ponto de viragem entre as duas, pois representa o verdadeiro ponto de rotura da sua obra. Tomando como exemplo a primeira obra dele, *A cidade e a infância*, há uma significativa mudança de estilo entre os dois momentos que levou o autor a refletir sobre qual caminho tomar. Em particular, *A cidade e a infância* apresenta uma linguagem muito mais próxima do português de Portugal do que à língua angolana que o autor explorará. Os africanismos estão presentes, mas limitam-se a poucas palavras ou frases, enquanto nas obras sucessivas o influxo bantu estará muito mais presente até na maneira de construir as frases. Pode-se dizer que se no começo era um escritor português que tentava adicionar elementos de africanidade, em seguida se torna um escritor totalmente angolano que toma elementos, ou seja, palavras e estruturas dos dois mundos que lhe pertencem, precisamente na obra que marcará um processo de autoafastamento do neorrealismo presente nas primeiras obras. O africanista Patrick Chabal está de acordo com o profundo afastamento linguístico que ocorre entre as obras do Luandino, pois para ele também:

there is a clear linguistic evolution between the early, pre-*Luuanda*, stories and those published afterwards. In the first, the author is adapting “standard” Portuguese to the speech patterns, lexical specificities and grammatical structures of the *musseque* dwellers. The language is still recognizably Portuguese even if the orality of the text makes it immediately distinct from other Angolan short stories. [...]. In other words, the author is fashioning the very linguistic instrument with which he re-creates the world he is seeking to capture in his memory. (Chabal, 1995, p. 28)

Luuanda, a obra-prima do autor, na verdade nem se devia chamar assim em origem e devia conter sete estórias, algumas das quais ficaram incluídas em *A cidade e a infância*, enquanto *Bebiana* e outras, como *Muadié Gil*, *o Sobral e o barril*, entram em *Velhas estórias*. A ideia original, de facto, previa uma obra de sete contos com o título de *Vadiagem* mas no fim o autor acabou por escolher o nome e o desenho da capa (Laban, 1980, p. 154) que ele mesmo desenhou. Como os contos contidos no livro foram escritos na prisão, para as folhas saírem dali foi necessário um estratagema:

as fichas saíram, nas suas versões originais, nas fraldas do Xexe. Porque o Xexe tinha 3 ou 4 meses; [...] uma das maneiras para afastar o guarda, que estava ali ao lado nas visitas, era trocar a fralda da criança. O guarda afastava-se, porque não queria ver o que estava a ver, e então [eu] levava já 4 ou 5 folhas dobradas já do tamanho de bolacha, aquelas bolachas. Uma vez foi assim que [eu] as fiz sair... eles faziam a vistoria de tudo o que vinha de casa e abriam, então o pacote de bolachas já vinha fechado no celofane, tudo, e não mexiam. [...]. A Linda foi tirando umas folhas, de uma maneira ou de outra, e tinha o original com ela. (Chaves e Kaczorowski, 2015, p. 190)

Foi também graças à esposa Linda que o livro conseguiu ser publicado pelo jornal *ABC*, de orientação liberal-democrata. A obra conseguiu chegar a Portugal graças a Rute Magalhães, a esposa do escritor Rui Duarte De Carvalho, a qual entregou o texto à CEI de Lisboa. Em *Luuanda*, o conto *Vavó Xíxi* da primeira versão estava escrito de forma diferente das outras obras, pois somente os diálogos eram parecidos, e foi também graças a António Jacinto, com quem o autor discutiu mesmo sobre a questão linguística, que o texto foi reformulado e o caminho a trilhar ficou decidido:

sei que em determinada altura pensei: «a nossa independência política tem uma base cultural porque nós temos uma diferença cultural que justifica uma independência política porque se argumentava muito que era a língua de Eça que usávamos». Então eu discuti-a com o Jacinto e o Jacinto não aceitava. E foi assim que eu peguei na «*Vavó Xíxi*», reformulei, li e escrevi. Depois foi «*O ladrão e o papagaio*» e aí pensei: «É possível». (Vieira, 2015, p. 1053).

II.3.2 – Escrita do cárcere. A obra de Luandino composta no tempo prisional

A vida verdadeira de Domingos Xavier foi completada no dia 10 de novembro de 1961, em Lisboa, na casa onde Luandino vivia antes de ser preso dez dias depois. O livro foi escrito já num ar de clandestinidade, a luta armada da guerra colonial tinha começado há alguns meses, e por isso já não havia um clima favorável para uma obra como *A vida verdadeira de Domingos Xavier* sair nem em Angola nem em Portugal, porque a censura estava a ser amplamente utilizada e o romance estava cheio de referências independentistas e nacionalistas. Além disso, na altura do romance, Vieira ainda não tinha aperfeiçoado o seu projeto linguístico, portanto o registo resulta ser mais “claro” e comunicativo, longe da “angolanidade” dos anos sucessivos, mais próximo de *A cidade e a infância*.

O texto foi enviado para França, para Mário Pinto de Andrade, que o traduziu para francês e o fez sair na revista *Présence Africaine* assinando-o como Mundele ua Kwanza (literalmente, “Branco do Kwanza”) e só depois de Luandino ser julgado Mário Pinto mudou a indicação do nome do autor colocando Luandino Vieira. Afirma Luandino que, partir daquele ano de 61, “todo o trabalho literário era um trabalho em que [eu] já estava encarcerado, porque não havia possibilidade de o publicar” (Vieira, 2015, p. 1042).

O romance acabou por ser editado só em 1974, mas a história chegou ao público na forma cinematográfica, pelo filme de Sarah Maldoror, cineasta de origem guadalupense e esposa de Mário Pinto de Andrade. O filme estreou em 1972 com o título de *Sambizanga*, como o musseque luandense, e ganhou o Tanit de ouro do mesmo ano no festival *Journées cinématographiques de Carthage*. Este trabalho da cineasta, na verdade,

não foi o único baseado na obra de Vieira, pois em 1968 a mesma realizou uma curta-metragem sob o título *Monangambé* baseado no conto *O fato completo de Lucas Matesso* contido em *Vidas Novas*. Tanto *A vida verdadeira* quanto *Sambizanga* “expõem a brutalidade do colonialismo em cenas de interrogatórios e tortura, sendo o objectivo principal uma declaração sobre a necessidade de resistir” (Hamilton, 1975, p. 139).

O ano de 1962 é o ano de *Vidas Novas*, escrito já na prisão da PIDE de São Paulo de Luanda, que ganhará o prémio do júri do João Dias da CEI, enquanto a partir do ano seguinte começou a escrever os contos que confluíram em *Luuanda*. Usando o pseudónimo Vinteito, dois dos três contos da obra foram enviados para o Concurso Literário da Anangola, onde as estórias do Luandino ganharam o primeiro e o segundo Prémio de Ficção. De maneira clandestina a esposa do escritor conseguiu entregar a o livro numa versão datilografada para o concurso Mota Veiga de Luanda, onde ganhou novamente o primeiro prémio.

No ano seguinte, a 15 de maio *Luuanda* recebe outro galardão, naquela altura o mais importante para a literatura portuguesa, ou seja, o Grande Prémio da Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores, um dos poucos órgãos ainda em vida da resistência e da luta ao fascismo. Cinco dias depois, durante a entrega do prémio, chegou à atenção geral um telegrama da Agência Nacional de Informação que anunciava a verdadeira identidade de Luandino Vieira (que tinha utilizado o pseudónimo Mateus da Graça), ou seja, um homem culpado por ser terrorista em Angola. A campanha manipulatória contra o autor e a atribuição do prémio, por parte do regime, foi imediata: mulheres vestidas de preto foram à televisão para chorar os mortos ocorridos por causa do terrorista galardoado, o autor tornou-se um canibal e foi associado aos crimes que a UPA-FNLA tinha cometido no norte de Angola contra a população branca. O júri, por seu lado, sofreu uma grande repressão, originando as demissões do presidente, a prisão para os membros da SPE e atos vandálicos na sede da associação, que foi fechada a 21 de maio, facto que obrigou à momentânea suspensão do prémio.

Os acontecimentos ocorridos em Portugal tiveram consequências também em Angola, onde o governo fechou a Anangola, a Sociedade Cultural de Angola e o Cine Club e o livro foi proibido pelo Secretariado Nacional de Informação, mas continuou a circular clandestinamente em Portugal. Curiosamente, Luandino só teve conhecimento da

atribuição do galardão em 1965 por um telegrama do amigo Alberto Rui Pereira, a quem presta muita atenção:

Telegrama do Alberto Rui Pereira anunciando que Luanda ganhou o 1.º prémio da S[ociedade] P[ortuguesa de] E[scritores]. Para além da surpresa inicial, não pensei mais nisso. Será que, no fundo, duvido assim tanto de mim mesmo? (12-5-1965) (Vieira, 2015, p. 659)

Do livro existe também uma chamada edição brasileira pois, na capa, como lugar indicava a cidade de Belo Horizonte, só que na verdade não é realmente brasileira: a edição “brasileira” resulta todavia ser o trabalho ilegal feito, sem nem envolver o escritor no projeto, por dois agentes da PIDE localizados em Portugal, os quais utilizaram uma tipografia local para a impressão do livro e Vieira comentou assim a anedota:

with all the scandal, which included the destruction of the Portuguese Writers Association, the book was in great demand. These two agents made the book in Braga and distributed it, earning a packet out of it. My lawyer wanted to file a law suit straight away, and this led to another incredible episode. To cut a long story short, I lost the case, because nothing could be proved—despite the fact that every-thing was totally obvious. The printworks were really easy to identify by the type of paper used. Worst of all, I had to pay all the court costs. (Calafate Ribeiro, 2006, p. 33)

Em 1972, o chefe das Edições 70, Joaquim Soares da Costa, publica a segunda edição revista de *Luuanda* que levou a editora a ser multada pela SNI (Secretariado Nacional de Informação) mas, apesar disto, todas as 3 525 cópias desta edição foram vendidas. É de salientar que, após este episódio, nenhuma editora portuguesa esteve autorizada a publicar obras do escritor angolano, até à Revolução de 25 de abril.

Durante os primeiros anos de permanência no Tarrafal, nomeadamente entre 1964 e 1967, não há nenhuma obra, nada de escrito, foi tempo de aclimação ao campo, passado a meditar, a refletir sobre a escrita das obras e sobre se devia mesmo continuar o tipo de escrita de *Luuanda*. Afirma Luandino:

presentia que para trás não podia voltar mas que para a frente, no caminho de *Luuanda*, eu ia dar ou a um registo naturalista que um gravador daria muito melhor do que eu, ou a um hermetismo experimentalista que não tinha nenhuma razão de ser. (Laban, 1980, p. 52)

E acrescenta:

voltar ao estilo da «*Cidade e infância*» é impossível, o rio não corre para a nascente. Eu sei bem os defeitos do «*Luuanda*» mas não consigo ainda fazer o que queria. [...] acho que «*Vidas Novas*» quanto a estilo ainda é melhor para mim. Portanto, talvez uma síntese, digamos, da «*Cidade*» com o «*Luanda*». (Laban, 1980, p. 98)

Escrito em 1967 em apenas uma semana, *Nós, os do Makulusu*, é um romance, escrito na altura do campo, que originalmente previa como título “A: amar, amor, a morte”. O tema, atual naquela época, retrata Angola enquanto durante a luta pela independência, com a cena que se desenrola na capital angolana e os personagens que bem idealizam a sociedade angolana do momento, com pretos, mulatos e brancos que acabam na militância e na guerrilha. Desde o ano seguinte até o fim da estadia no campo surgirão: *No antigamente, na vida*, coleção de contos escritos entre 1969 e 1971; *Macandumba*, outra coletânea de conto e enfim *Lourentinho Dona Antónia de Sousa Neto & Eu*, última coletânea prisional do autor.

Sempre no Tarrafal então escreveu um outro romance, na altura de 1968, *João Vêncio: os seus amores*. Resultado fruto das estórias que um outro preso tinha contado a Luandino ainda em Luanda, em particular a história dos três amores dele. Luandino conseguiu escrever a obra toda em menos de uma semana, entre 27 de junho e 1 de julho de 1968¹³, logo depois da invasão da Checoslováquia¹⁴. Lembra o próprio autor:

ele tinha sido marinheiro e portanto utilizava uma linguagem fabulosa: sabia um bocado de espanhol, falava mal português, misturava com quimbundo e era, digamos em língua comum, um pervertido... mas contava, tinha um tal

¹³ Martinho F., *Prefácio*, dentro Luandino Vieira J., *João Vêncio: os seus amores, estórias*, p. 12.

¹⁴ Artigo de Publico: Disponível online: <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921> (atualizado em 01/05/2009)

poder de evocação poética que tudo quanto ele contava, ganhava na boca dele um tom poético extraordinário (Laban, 1980, p. 54).

As obras de Luandino Vieira que continuaram a ser publicadas até aos anos 90 eram na verdade textos já escritos na época do cárcere, ou seja, obras que tinham sido escritas até 1972, último ano que passou no Campo de Chão Bom em Cabo Verde. Só nos anos dois mil o autor voltou a publicar obras inéditas. Luandino Vieira não chegou a comentar as razões desse prolongado silêncio criativo e, para Chabal, a esse respeito só se pode especular:

the close proximity between imprisonment and literary creation is certainly a key factor. Another is the realization that in independent Angola there is very little place for the type of ‘experimental’ literature he writes. Finally, it may be that the political climate of post-colonial Angola was one in which Vieira felt it was not appropriate to publish. (Chabal, 1995, p. 30)

Apesar disto, na primeira década do novo milénio chegou finalmente material novo, escrito em liberdade, sendo apresentada uma trilogia de romances intitulada *De rios velhos e guerrilheiros* da qual saíram os dois primeiros volumes: *O livro dos rios* em 2006 e *O livro dos guerrilheiros* em 2009. O terceiro ainda não saiu e não tem data certa para publicação.

Em 2006, Luandino também começou a publicar livros para crianças, nomeadamente *missosso* ilustradas por ele mesmo. Todas provêm da cultura popular angolana e a primeira foi *A guerra dos fazedores de chuva com os caçadores de nuvens* (2006), uma estória sobre a guerra, as suas motivações e as suas consequências, em que o autor analisa e recria os conflitos que marcam a história africana, os seus habitantes, crianças e adultos. Saíram em seguida *Kaxinjengele e o poder* (2007), *Kiombokiadimuka e a liberdade* (2008), *Puku Kambundu e a sabedoria* (2009), *Kaputu Kinjila e o sócio dele Kambaxi Kiaxi* (2010), *Ngola Mukongo e a justiça* (2011), *Xingandele, o corvo de colarinho branco* (2012) e *Dimandondo, o morcego dos três nomes* (2013).

A última obra disponível de Luandino Vieira foi publicada em 2015 e é precisamente *Papéis da prisão, Apontamentos, Diário, Correspondência (1962-1971)*, fruto do trabalho conjunto entre o autor e uma equipa de estudiosos. Trata-se de uma

espécie de diário, constituído por fragmentos, que o mesmo autor escreveu durante os anos de cárcere entre Angola e o Campo de Tarrafal em Cabo Verde. O volume conta com mais de 2 000 folhas datadas entre 1962 e 1971, minuciosamente conservadas pelo escritor, recolhidas e coletadas numa obra imensa e do grande valor literário, histórico e biográfico.

II.4 - Um novo português desobediente: a questão da língua em Luandino Vieira

A língua literária em Vieira é algo profundamente marcante na sua obra, colocando-se ao mesmo nível da história contada, dos personagens, dos espaços onde decorre a narrativa, é resultado de um profundo estudo e de muito trabalho, tanto prático quanto teórico. Para poder chegar ao nível atual foram necessários anos e, obviamente, material, portanto outras obras, que delineassem o caminho.

O desenvolvimento pessoal de Luandino Vieira como escritor começou quando ainda jovem, leituras de que se destacam os já mencionados naturalistas, Eça de Queiroz, o neorrealista Alves Redol, Carlos de Oliveira, Fernando Namora, os brasileiros Jorge Amado, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos; com respeito aos escritores norte-americanos, o já referido Steinbeck, os autores do Renascimento de Harlem, como Claude McKay e Langston Hughes; os russos Gogol, Górkki, Tchekhov, Turguêniev, Dostoievski e Tolstoi.

Marcantes foram também durante a reclusão *O delfim* de José Cardoso Pires, *El siglo de las luces* de Carpentier mas sobretudo João Guimarães Rosa: enquanto estava na cadeia chegou *Sagarana*, livro que lhe foi entregue pelo camarada Eugénio Ferreira¹⁵ e que será uma das marcas da escrita de Vieira:

eu tinha escrito *Luuanda*, [...]. Eu estava a passar a para um caderno a última versão da “Estória do Papagaio”. E na visita desse dia, a família trouxe-me este livro [...]. Era o *Sagarana* de João Guimarães Rosa, que eu li uns meses mais tarde. E aquilo foi para mim uma revelação. Eu já sentia que era necessário aproveitar literariamente o instrumento falado dos personagens,

¹⁵ Artigo de Jornal Cultura de Sapo. Disponível online: <http://jornalcultura.sapo.ao/eco-de-angola/eugenio-ferreira-orgulhosamente-angolano/fotos> (atualizado em 24/06/1016)

que eram aqueles que eu conhecia, que me interessavam, que reflectiam, os verdadeiros personagens a pôr na literatura angolana. (Laban, 1980, p. 27)

Já depois de ter lido o livro, acrescenta ainda: “«estou mais que justificado. Se eu souber, posso tentar criar uma linguagem literária que seja homóloga da linguagem popular»” (Vieira, 2015, p. 1053). A obra do escritor brasileiro chegou então para países que estavam a enfrentar problemáticas sociais semelhantes, culturais e identitárias e o autor conseguiu reinventar a linguagem de uma narrativa, a sua, híbrida, que misturava prosa, poesia e mitologia. Guimarães Rosa cria, portanto, um léxico original e próprio que representasse a fala dos sertanejos, os que viviam na área nordestina do Brasil, os do que ele conta e alcança este objetivo graças a neologismo e à invenção e recriação de palavras. Pelo contrário, a influência da literatura africana veio sobretudo em seguida, nos anos do serviço militar, à altura dos vinte e um anos, além de *Oiro africano* de Julião Quintinha que resume à adolescência: Óscar Bento Ribas, conhecido como Uanga, Henrique Galvão, Assis Júnior e o Castro Soromenho.

A partir de *Luuanda*, como se aludiu acima, pode-se encontrar a desobediência do autor face às regras do português europeu e é nesse momento que surge para ele o apelativo de *logoteta*, invenção de Barthes. A língua forjada por Luandino Vieira é o resultado de uma reflexão e de uma transgressão raciocinada do idioma luso, tanto que José Martins Garcia afirma que “a linguagem de *Luuanda* era uma reivindicação de autonomia” (Laban, 1980, p. 240).

É provável que o problema com o prémio atribuído a *Luuanda* pela Sociedade Portuguesa de Escritores tenha a ver não somente com o facto de Luandino se encontrar detido naquela altura, mas também com a linguagem da obra: a língua é um dos fatores identitários de um povo, de uma nação, e tratá-la da maneira em que Luandino fez significava abalar uma das estruturas do nacionalismo português. Então galardoar alguém que visava a uma independência tanto territorial quanto linguística significava apoiar a visão de um mundo descolonizado. A época em que começou a escrever Vieira, no panorama da literatura angola, representa de resto o início de uma *nova era*.

João Guimarães Rosa constitui um antecedente inspirador, como o próprio Luandino reconhece:

foi isso que João Guimarães Rosa me ensinou, é que um escritor tem a liberdade de criar uma linguagem que não seja a que os seus personagens utilizam: um homólogo desse personagens, dessa linguagem deles. (Laban, 1980, p. 30)

Para Chabal há uma evidente mudança na escrita de Luandino naquela que define como a segunda fase da sua produção:

Vieira becomes more interested in the process of writing itself, in the act of literary and linguistic creation. This is most apparent in *Nós, os do Makulusu*, *João Vêncio: os seus amores* and *No antigamente, na Vida*, three books in which the writer explores various ways of crafting a language adapted to the retrieval of memory. [...]. All three books provide examples not just of a new Angolan language but also of the literary gift of a man who never stopped looking for the language best suited to embody the world of his memory. (Laban, 1980, p. 30)

Num processo que é típico das realidades exoglóssicas, o português de Angola sofre a influência das línguas africanas autóctones, que o autor explora, tomando como exemplo criativo de Guimarães Rosa. Não se trata, na verdade, de um caso isolado na literatura angolana, pois há pelo menos outro escritor contemporâneo de Luandino, Uanhenga Xitu, cuja obra contém elementos da angolanidade parecidos, para Salvato Trigo “a língua literária destes dois escritores, ainda que tributária do português, sobretudo ao nível de significante, já não é genuinamente portuguesa, ou, dito com maior rigor, nada tem a ver com a língua literária portuguesa” (Trigo, 1981, p. 106).

Vieira não visava alcançar uma linguagem totalmente naturalista, mas uma linguagem que se adequasse na perfeição ao que queria contar, partindo do modo em que o povo constrói a língua e mudando-a segundo as próprias necessidades. Os fenómenos de variação típicos do português angolano aparecem eficazmente na obra de Luandino e é o mesmo autor a explicar que os *erros* que se encontram na escrita não são de facto erros, mas algo diferente, ou seja, marcas do kimbundu: numa frase como “tinha horas como assim”, só para dar um exemplo, o “como assim” neste caso vem do kimbundu “*kala kiki*” só que “*kiki*” significa também “estes”.

A questão da língua da escrita reflete a situação linguística em Angola: o país, como a quase totalidade dos estados africanos, apresenta uma situação de forte multilinguismo, devido à presença de vários grupos étnicos. O que chega ao leitor é o encontro de várias línguas, num novo português descolonizado, vulgarmente chamado também de “pretoguês”, que é autêntico e reflete a realidade da vida da capital e que Luandino define como “[...] língua síntese de português e dos dialectos bantu de Angola” (11-1-63) (Vieira, 2015, p. 94).

O escritor consegue dar forma à língua que os angolanos comuns falam, englobando as mudanças feitas pelos usuários da língua, os mesmo que se tornam personagens da sua escrita. Dessa forma, os sujeitos da obra alcançam a liberdade através da sua linguagem, destruindo o modelo já existente do português, e libertam a língua, o que significa:

apropriar-se dela e moldá-la de forma que ela possa ser a expressão desse universo pleno de marcas, valores, símbolos, medidas, crenças anteriores à sua própria chegada. Esse património misturado é a expressão de um mundo quase às avessas [...]. Nesse movimento que é também de nacionalização da língua, o autor segue em duas direções: lança mão de modificações presentes na variante angolana do português, incorporando usos que os falantes da terra criaram e dá as asas ao seu próprio processo criativo, inventando caminhos para fazer que a língua exprima o universo de seus personagens. (Chaves, 2000 p. 96)

Rita Chaves, pelo que diz respeito à linguagem luandina, fala de “desobediência” contra a norma padrão do português, que é violada por interferências das línguas bantu:

a desobediência traduz-se na adoção de procedimentos que envolvem o campo lexical, morfológico e sintático, valendo-se de neologismos, de empréstimo das línguas bantu e de tudo mais que considere válido para conferir uma feição africana à linguagem. (Chaves, 2000, p. 250)

Todo este processo criativo em relação à língua resulta na apropriação do idioma imposto, dando origem a uma língua que já não é a dos colonizadores e também não é,

de facto, uma mera tradução do kimbundu para português. Para conseguir isso, o autor teve de aprofundar o próprio conhecimento da língua kimbundu, até chegar à sua variedade escrita:

com os meus colegas, naqueles largos anos do Campo de Concentração, o Mendes Carvalho e os mais velhos, percebi que era, continuo a pensar assim, uma linha correta do desenvolvimento de uma linguagem literária angolana e que o que eu tinha que fazer era assumir isso e fazer isso com o máximo de conhecimento que eu pudesse obter [...]. Depois, deu uma certa tranquilidade ver escritores que faziam isso sem ser pela via erudita, como o Uanhenga Xitu (o Uanhenga Xitu é aquilo mesmo); e ainda outros escritores que, sendo de língua materna kimbundu, seguiram a mesma via, o Jofre Rocha, o Boaventura Cardoso e outros. (Chaves & Kaczorowski, 2015, p. 189)

O *pretoguês*, à partida, liga-se portanto à denúncia do colonialismo e, partindo como língua pertencente aos negros, símbolo do desprezo e do racismo dos colonizadores para os colonizados, consegue tornar-se língua literária e de prestígio.

II.5 – Tópicos essenciais da obra de Luandino

Na obra de Luandino, um dos grandes protagonistas é Luanda, que se torna algo vivo, toma vida e se personifica. A cidade na escrita do autor difere do que a história do século passado apresentava: a cidade, fundada em 1576 como vila de São Paulo da Assunção de Loanda pelo capitão Paulo Dias de Novais e apesar da localização geográfica desfavorável, encontrava-se afastada dos rios, carecida de vegetação e com um clima tropical; apesar de tudo isso tornou-se o centro principal do país. O seu crescimento durante o século XX procedeu sem obstáculos e o facto de não ter planos urbanísticos para planejar o desenvolvimento da cidade não comprometeu o fascínio que a cidade tinha, tanto que se tornou no destino para muitos que do interior de Angola procuravam condições mais favoráveis e, por causa dos colonos brancos vindos de Portugal, transformou-se ainda numa cidade multirracial e multilinguística. Luandino morou na

capital do seu país: ficou ali de 1975 até 1992, anos em que exerceu várias cargas para os órgãos culturais do país. Depois disso, acabou por frequentar a cidade só de vez em quando, pois há anos que se instalou em Portugal.

A escrita do Luandino está sempre fixada no mesmo pano de fundo físico: o *musseque* de Luanda, que constitui provavelmente o exemplo mais concreto da contradição do colonialismo português e o símbolo evidente da marginalidade. A marginalidade é essencial nos personagens também: não há somente o recurso constante a heróis ou mártires, como Domingos Xavier em *A vida verdadeira*, mas são frequentes precisamente os marginais, as vítimas do colonialismo, os humildes que podem ser sapateiros como o pai dele, quitandeiros, operários, ou seja, os explorados, que vêm dos musseques, que vivem na periferia de Luanda. Os marginais em Luandino não são apenas os honestos, mas são representados também os malandros, os ladrões, os que vivem de expedientes.

Toda a produção luandina dos anos de prisão baseia-se na memória e, a partir de *A cidade*, a própria representação do musseque está submetida a um processo ficcional mais evidente:

in his early (pre-*Luuanda*) *estórias* the author sought, above all, to tell the real or imagined story of the real people of the *musseques*. Later Vieira becomes more concerned with the exploration of memory. [...]. As a result, and perhaps also because he was incarcerated, he shifts his attention away from the actual realities of the lives of his characters to the world of imagination where reality and fiction collide and merge. (Chabal, 1995, p. 29)

Dentro do musseque a questão da raça está sempre presente, sendo os bairros de lata angolanos por definição áreas de fronteira entre dois mundos. Isso é bem apresentando no conto *A fronteira de asfalto* contido em *A cidade e a infância*, onde os protagonistas são dois meninos, um negro e uma branca. Nestes bairros não há somente negros africanos mas também europeus brancos e mestiços, sendo o próprio Vieira uma imagem exemplar disso, portanto o musseque é lugar de questões raciais, como a mistura entre raças e as diferenças e as tensões entre elas. Como aponta Chabal, Luandino tem uma capacidade especial de ser credível quando descreve a juventude e a infância no musseque:

it is here that he touches most keenly on the awareness and consequences of racial (cum-social) differences as perceived by children, that is, in the immediate, unreflective moment which captures the reality of 'things as they are'. Children play, dream, speak, fight, are jealous; children form and break friendships for a variety of different reasons. As they do, the reader slowly becomes aware of the relevance of race. (Chabal, 1995, p. 23)

São, portanto, os contos, as histórias, a maneira de Luandino exprimir melhor o seu pensamento. A sua literatura é constituída sobretudo por histórias que bem apresentam o imaginário angolano que ele quer contar:

a história é sempre popular. Se não nos protagonistas, assunto ou ambiente, pela linguagem. Sendo esta tentativa de recriação de ling. literária nessa base [...] deve, com as mesmas leis, transformá-lo em algo de valor estético, artístico e perfeitamente adequado à matéria a narrar. [...]. Sua estrutura se aproximará dos contos mais populares (missosso). (Terça, 25-5-1971) (Vieira Ribeiro, 2015, p. 978)

Para além dessa extraordinária habilidade de contador de histórias, na totalidade da sua obra a política tem um papel fundamental e a mensagem política foi desde sempre um dos fatores determinantes do seu sucesso.

CAPÍTULO III

“O Tarrafal é a prisão em mim”: os *Papéis da prisão*

III.1 - Os *Papéis da Prisão*

Papéis da prisão é uma obra imensa, que demorou mais de dois anos para vir à luz, pois o material que a constitui conta com cerca de dois mil folhas recolhidas em 17 cadernos, intitulados “...ontem, hoje, amanhã...” e cobrem quase a totalidade do tempo que Luandino Vieira passou preso. A obra tem como início o primeiro fragmento datado a 10 de outubro de 1962, enquanto o último é de 6 de julho de 1971, pelo que se pode observar que o começo da escrita não coincide com o da cadeia, que foi em novembro de 1961. A existência de outros fragmentos está mencionada na nota editorial do volume organizado por Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva e Roberto Vecchi e publicado em 2015 mas não chegaram a sere incluídos porque os primeiros apontamentos no acervo pessoal do autor ainda não foram identificados.

Os cadernos estão assim distribuídos cronologicamente: do primeiro até ao quarto, Luandino Vieira estava em Luanda no Pavilhão Prisional da PIDE de São Paulo; o quinto foi escrito parcialmente no Pavilhão e na Cadeia do Comando da Polícia de Segurança Pública (PSP), ainda em Luanda; o caderno número seis também foi escrito em dois lugares diferentes, a Cadeia da PSP e a Cadeia Comarcã de Luanda; o sétimo, escrito entre novembro de 1963 e junho do ano seguinte, data de quando o autor se viu mudar para a Cadeia Central de Luanda; no oitavo e no nono, está de volta à Comarcã, para depois ser transferido para o Campo de trabalho do Chão Bom no Tarrafal, em Cabo Verde. O nono caderno encerra-se precisamente com a partida para a ilha: “encerro aqui esta parte do diário. Agora outra fase se iniciará com esta viagem e depois a permanência em Cabo Verde (31-VII-64)” (Vieira, 2015, p. 540). Todos os restantes cadernos foram escritos durante a estadia em Cabo Verde.

Toda a obra está marcada por elementos de precariedade e urgência, sendo constituída por “fragmentos”, que confirmam a situação que o escritor teve de enfrentar

durante a reclusão. Para iludir, de alguma forma, a censura, o autor recorreu “a uma série de mecanismos necessários para os [papéis] preservar e fazer sair do espaço prisional” (Vieira, 2015, p. 35) e, junto com isso, foi necessário, por razões de segurança e para manter o anonimato, trocar os nomes das pessoas mencionadas por abreviaturas, as letras iniciais ou sobrenomes e várias vezes o próprio autor, para indicar a mesma pessoa, referia-se a esta por nomes diferentes, por exemplo a Linda nos *Papéis* é “L.” ou “K.” e António Jacinto torna-se “J.”, “J.A.”, “Jac.” ou “Jacinto”.

Mesmo sendo textos escritos entre a década de 60 e de 70 e tendo Luandino saído de prisão em 1972, o autor importou-se com a publicação deste projeto somente quarenta anos depois, tendo ele mesmo dúvidas sobre o que fazer com esse material:

Quando comecei a tentar arrumar estes Papéis, a guardá-los, durante vários anos dividi-me entre a tentação que, às vezes, me assaltava de queimar tudo, esquecer. Porque lia e achava que não tinha grande interesse... Quer dizer, com aqueles papéis ou sem aqueles papéis, o que se passou, passou; e aquilo que ficou para o conhecimento da realidade angolana daquele tempo, chega. Achava que aqueles Papéis não acrescentavam nada. Quando cheguei a essa conclusão disse: «Não vale a pena queimar ou não queimar, é a mesma coisa.» Publicar agora... A primeira razão é que a publicar que seja enquanto eu estou vivo porque sendo papéis dum período muito, muito violento, muito controverso, de um período muito difícil da vida das comunidades angolanas, convém que aquilo que foi escrito, que foi registado, nessa época, seja publicado ainda comigo a assumir a responsabilidade daquilo que está escrito. E, por isso, o tipo de publicação respeita exatamente o que está lá escrito. Se o que aqui está publicado tiver valor para permitir pesquisa da história de Angola, da história da literatura angolana, fica justificada a publicação. Quando cheguei a essa conclusão deixei de pensar em destruir os papéis ou de utilizar aquilo como material para ficção. (Vieira, 2015, p. 1074)

Em 2009 o autor afirmou numa entrevista que as memórias do campo não veriam a luz sob forma de livro, porque não via possibilidade de a obra ter valor de herança histórica: o escritor não está de acordo com a expressão latina *historia magistra vitae* pois

“se as pessoas aprendessem alguma coisa com as memórias, não havia guerras há muito tempo”¹⁶.

A obra chegou, por fim, a ser organizada e publicada, por não ser somente um grupo de cadernos manuscritos do escritor, mas porque o próprio Vieira reconheceu a necessidade de “assumir a responsabilidade” e “ser grato, a quem de um certo modo me alertou para o possível valor que aqueles papéis podem vir a ter para os estudos sobre Angola” (Vieira, 2015, p. 1074). A importância da obra, é notável por ser testemunho daquele tempo, da luta dos povos colonizados, com destaque para o angolano, pela independência e a memória de que é testemunho interessa a todos, angolanos, portugueses, cabo-verdianos e guineenses. Margarida Calafate Ribeiro, membro da equipa que realizou a edição dos *Papéis*, afirmou que “esta é uma obra sobre a liberdade e sobre o que temos de fazer, o que temos de lutar quando ela falha”¹⁷.

Sendo este livro constituído por fragmentos recolhidos e escritos enquanto Vieira estava preso, não se pode analisar sem ter em consideração um fator chave, ou seja, a precariedade. O elemento do precário é reconduzível

na anotação rápida aparente, no espaço fugaz da escrita imediata, na voz que emerge das poucas palavras de uma escrita minúscula e sincopada, [...]. Mas é desta precariedade que surge o seu imenso e inesperado vigor. (Vieira, 2015, p. 13)

Porém, a precariedade é visível também em outros aspetos: o que define de forma melhor a precariedade da obra é, sem dúvida, o contexto da obra mesma, pois o clima de clandestinidade tem uma marca profunda nesta obra. Os próprios fragmentos podem ser considerados marcantes, pois são algo “peculiar no contexto do cárcere: as escritas do cárcere são, por contingência, marcadas pelo fragmentário” (Vieira, 2015, p. 14) e são, por isso, precários no sentido que são pedaços e para ganhar forma devem ser reunidos, “a sua acumulação produz uma espessa impressão de história” (Vieira, 2015, p. 14) e, a nível etimológico, pela sua origem latina, “o fragmento remete para o resultado caótico

¹⁶ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

¹⁷ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/11/24/culturaipsilon/noticia/jose-luandino-vieira-isto-nao-e-um-livro-sao-12-anos-de-vida-1715501#gs.I8TFp23n> (atualizado em 25/11/2015)

de uma ruptura” (Vieira, 2015, p. 14); deste modo, os *Papéis* são “uma coleção de pedaços que cortam, e vivem da sequência múltipla em que se encaixam. Emersões do passado. Espaços de uma possível salvação” (Vieira, 2015, p. 15).

Durante o tempo em que estive preso – dos doze anos efetivos, nove se se considerarem apenas os que o livro abrange – o autor conseguiu anotar um acervo de material de indubitável valor histórico-político, literário e social:

anotou a sua visão do cárcere como observatório excepcional da nação angolana, manifestou os seus projetos políticos e literários, evidenciou o projeto comunitário de Angola como o veículo da união e resistência coletiva e expressou as angústias e sonhos pessoais. (Vieira, 2015, p. 17)

O livro não é, na realidade, somente um diário: contém desenhos, cartas e correspondência, artigos de jornais, canções populares, poemas em língua kimbundu e ideias e esboços para outras obras. Definir esta obra um diário seria, portanto, impreciso e redutivo.

A necessidade de anotar tudo não surge em Luandino durante o cárcere e o próprio escritor refere que “já tinha o hábito de escrever clandestinamente e na prisão desenvolvi essa prática”. Essa necessidade procede da importância atribuída à memória, em que é difícil confiar, porque não pode guardar tudo:

os apontamentos, o diário, surgem também porque percebi que muito tivesse sempre confiado na minha memória (tenho muito boa memória), havia coisas que eu tinha que escrever, até porque a memória não podia guardar isso tudo, e, portanto, como já escrevia para a clandestinidade fora da cadeia foi-me fácil entrar na cadeia e dizer «deixa-me continuar a escrever para a clandestinidade». Os apontamentos, as notas já eram feitos pensando nisso, e os bilhetes que recebia, muitas vezes diziam: «Lê, decora e rasga». Eu lia, decorava e indisciplinadamente guardava. (Vieira, 2015, p. 1045)

Por isso, o livro, não é simplesmente um diário, nem propriamente um livro,

o que está aqui não é um livro. São 12 anos da vida de uma pessoa multiplicados por cada segundo, e nesses 12 anos eu multiplicava cada

segundo por tudo quanto me vinha à cabeça e nem sempre eram coisas recomendáveis.¹⁸

E no fim “o tempo falará da importância ou não importância destes papéis. O nome do autor não conta. Aliás, este livro não devia ter autor”¹⁹, declarou Luandino Vieira, remarcando o incómodo ao ver o seu nome junto com memorialistas do cárcere, por achar que o que se passou com ele durante a permanência no Campo de Chão Bom e falar do sofrimento que experimentou, com respeito ao que sentiram outros que combateram e morreram, seria uma obscenidade.

III.2 - A prisão e o campo

Uma das temáticas principais que este trabalho pretende enfrentar através dos *Papéis* concerne ao que já o título da obra nos apresenta, ou seja, a prisão. José Luandino Vieira foi preso em 1961 e acusado “de ser um elemento perigoso para a segurança externa e «intentar, por meio violento e fraudulento, separar a Mãe-Pátria ou entregar a país estrangeiro todo ou parte do território português»” (Vieira, 2015, pp. 16-17). Foi condenado a cumprir catorze anos de prisão, tendo passado o período de 1961 a 1964 nas prisões de Luanda e de 1964 a 1972 em Cabo Verde no Campo de Chão Bom, e quando saiu foi posto a regime de residência fixa em Lisboa por mais dois anos, até à eclosão da Revolução dos Cravos.

Há nos *Papéis* duas fases que representam os dois mundos onde estas se produziram, notando-se uma contraposição entre Luanda e Tarrafal, entre Angola e Cabo Verde, entre cadeia e campo de trabalho, entre preso e exilado. Na época havia pelo menos uma dezena de campos entre as ex-colónias, alguns mesmo em Angola (São Nicolau, Péu Péu, Missombo e em Silva Porto): “a ideia deles era separar os que pensavam daqueles que eles pensavam que não pensavam” (Vieira, 2015, p. 1053).

Há vários exemplos notáveis de literatura de cárcere durante o século XX, sendo os casos mais emblemáticos as *Memórias do Cárcere* do brasileiro Graciliano Ramos,

¹⁸ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/11/24/culturaipsilon/noticia/jose-luandino-vieira-isto-nao-e-um-livro-sao-12-anos-de-vida-1715501> (atualizado em 25/11/2015)

¹⁹ Ibidem

Quaderni del carcere de Antonio Gramsci e *Se questo è un uomo* de Primo Levi. Este tipo de literatura apresenta características recorrentes, a partir do laço entre o espaço e o tempo: o tempo é sempre algo grande, demasiado grande, tão grande quanto lento dentro do espaço em que o tempo para.

Luandino Vieira descreve a máquina da prisão, a violência explícita e implícita, a necessidade da memória para vencer a cadeia e o terror, para suportar tudo o que se passa ali. A memória é um refúgio para não perder a humanidade num lugar que cada dia tira um pedacinho do indivíduo, é a evasão a que Luandino recorre, já que não pode evadir-se na prática. A evasão dá-se também através da literatura e com o apoio da família, sabendo que não pode desistir:

continuaram as torturas tendo estado a espancar um moço das 3 menos 10 até às 4 horas. Nem sei como almocei. Eram berros horríveis e mesmo assim parece que lhe tinha posto um lenço na boca, porque chegavam abafados. Estive quase a vomitar o almoço, o estômago recusa-se a digerir e cada vez me sinto pior. Terei ainda que aguentar isto muito tempo? Ficarei a mesma pessoa? Às vezes tenho medo de perder a cabeça, de enlouquecer. Pensando na tristeza desde ontem naquele súbito sentimento de solidão total descobri que foi devido a uma coisa que a K. me contou (4-4-63). (Vieira, 2015, p. 238)

Este fragmento refere-se a um facto acontecido na época passada em Luanda e é provavelmente um dos fragmentos mais fortes, densos, pesados e marcantes da obra. Lendo esta passagem não há como não perceber o sofrimento do moço vítima das pancadas e o sofrimento do Luandino que inerme está a ouvir tudo, a perceber o que se está a passar sem poder fazer nada, nem parar de ouvir.

O dualismo entre os dois ambientes prisionais, claramente, não acaba no simples espaço geográfico, mas tem marcas bem profundas. Quando ainda se encontrava detido na capital angolana, *A cidade* e *A vida verdadeira* eram obras recentes; *Luuanda* veio a público mesmo nessa altura e com todo o clamor e a propaganda que originou contra o autor, a produção de Luandino teve um período de pausa e ele, entretanto, aproveitou essa situação para obter novas histórias para contar, acumular dados e experiências que a vida na cadeia lhe dava. Aliás, uma das estórias contidas em *Luuanda* tem a ver precisamente com esse tipo de experiência:

A estória do rapaz que roubava os patos (*“Estória do Ladrão e do Papagaio”*) tem a ver com a nossa vida na prisão. Na prisão em Luanda estávamos todos misturados, presos políticos e presos de delito comum. E sempre que entrava alguém sabia-se ou procurava-se saber a causa da prisão. Todos mentiam mais ou menos sobre tudo e sobre as causas reais que os tinham levado à prisão. Eram sempre evocadas coisas mais ou menos viris, tipo ter violado uma moça, ou assim. Mas um dia apareceu um homem aleijado e perguntei ao guarda por que razão é que o pobre do homem estava preso. Foi-me dito que era porque tinha roubado patos. E comecei a escrever a estória do ladrão dos patos, uma estória de amor (Vieira, 2015, p. 23).

Dentro do cárcere, o exercício da escrita permite preencher o tempo e representa a luta do autor, que, mesmo obrigado a ficar no mesmo lugar, continua a escrever como forma de resistência, para sobreviver e sobretudo para não esquecer. O próprio autor afirma: “havia coisas que eu tinha que escrever, até porque a memória não podia guardar isso tudo” (Vieira, 2015, p. 1045). Na escrita emergem, portanto, a experiência daqueles anos, a dor e a perda de tudo, a desilusão, o sofrimento:

Desde que há dias vi no caixote do lixo um bife inteiro, senti uma grande vergonha de mim. E tenho andado a pensar como é possível que eu continue a fazer o que fazia ou tenha arranjado o subterfúgio de nunca ter nada para pôr no caixote. Será que há alguém por muito miserável que seja que mereça menos consideração que um cão? E negaria uns restos de comida a um cão? E não será exactamente fazer alguém pior com esse meu procedimento? Chamem-me fraco se quiserem mas não consigo continuar a proceder da mesma maneira. Não pode haver ser humano que não mereça aquilo que não nos faz falta. (Penso que 2 anos desta vida não chegam ainda para me mostrar tudo. Talvez precise de sofrer mais, se é que já sofri alguma coisa, para ser mais humano) (22-8-63). (Vieira, 2015, p. 353)

O trecho acima revela exatamente a dor, a desilusão, a perda de confiança no mundo e destaca-se o ser humano Luandino, que diz que precisa de sofrer mais para ser

mais humano e que assuma, mais uma vez, o que significa estar preso, ser vítima do sistema colonial português, como todas as suas contradições.

Por um lado, o Tarrafal, e, por outro, as prisões de Luanda apresentam um dualismo que tem repercussões tanto na vida do autor quanto, concretamente, nos *Papéis*. Na capital as estruturas carcerárias são várias, mas todas deixaram as mesmas marcas no Luandino, sobre o Pavilhão Prisional da PIDE o autor conta que:

Do ponto de vista da nossa vida prisional foi um período terrível porque demos cabo da saúde. Não tinha condições nenhuma, era um prédio do século XVII, junto à marginal, cheio de ratazanas do tamanho de coelhos. Durante o dia, não podíamos ter recreio porque os curros davam para a parada, que, por sua vez, dava para a vida da guarnição. Aí funcionava uma oficina de automóveis, de pequena reparações e pintura, e nós levávamos todo o dia com os vapores da pintura celulósica dentro de cela. Fomos mudados para o Comando Central [...]. (Vieira, 2015, p. 1048)

Embora as condições fossem tão precárias, o Campo do Tarrafal foi a estrutura que lhe trouxe mais material literário, tanto que deu origem a *Luuanda* e, como se viu, em particular à *Estória do Ladrão e do Papagaio*.

O próprio autor confirma a diferença experiencial entre os dois espaços: “as prisões de Luanda refletem-se como acumuladores de experiências. O Tarrafal foi já a prática da escrita. Uma escrita muito orientada pelas leituras e por álbuns de pintura” (Vieira, 2015, p. 1050) e mais “no Tarrafal já é meditação sobre o próprio ofício da escrita. Não sobre o ofício de escritor em abstrato, mas sobre os problemas que enfrentava quanto ao que eu queria ser, escritor, naquela época” (Vieira, 2015, p. 1064).

O aumento de presos políticos em Luanda levou a agitações dentro dos estabelecimentos prisionais, pelo que, em seguida, aos presos políticos coube ir para o Tarrafal. Inicialmente a ideia era mandá-los para Caxias ou para Peniche, em Portugal, pois lá já havia angolanos que tinham sido presos em Portugal e que não foram mandados de volta para Angola, ao contrário do que aconteceu com Vieira, Cardoso e Jacinto.

Quando Luandino e os dois camaradas chegaram à caserna do Campo de Chão Bom pela primeira vez, foram postos em isolamento por um mês antes de serem admitidos. Na caserna podia-se dispor do tempo, estudar, rir, conversar, e Luandino

passava o tempo a escrever; havia momentos de recreio livre, em que se fazia ginástica, jogava futebol ou lavava a roupa e por uma certa altura foi permitido ter um galinheiro e uma horta. Pelo contrário, no campo os presos tinham tarefas obrigatórias, como capinar a erva e plantar e regar árvores e plantas.

Dentro do campo, o pessoal que ali trabalhava (guardas, diretores de segurança...) era composto sobretudo por funcionários e não por convictos, os quais mantinham todos os preconceitos da sociedade colonial, evidenciando-se o racismo: o preconceito racial estava totalmente presente mas, segundo o testemunho do autor, a experiência dos funcionários no campo, que durava dois anos, costumava mitigar esse preconceito.

Os guardas provinham todos de um contexto social comum, eram voluntários que fugiam de Luanda ou da província de Benguela e ofereciam-se para trabalhar no campo porque o achavam menos perigoso do que Angola. Na maioria, eram de preferência homens novos e solteiros, sem mulher e filhos, porque as infraestruturas de Cabo Verde, para os que vinham de fora e não estavam acostumados, não permitiam viver facilmente.

Existia na ilha uma estrutura médica, o Hospital da Praia, lugar que se tornou um centro para as células do MPLA, para a troca de informações e notícias, graças sobretudo à presença de Agostinho Neto, que foi médico do hospital por um breve período, ou seja antes de ser novamente preso na cidade da Praia e transferido para a cadeia de Aljube em Portugal. No entanto, as informações continuaram a ser transmitidas pelos enfermeiros. Os presos, inventavam qualquer tipo de doença para poder ir ao hospital e trocar notícias com o mundo exterior. Por exemplo, como não era permitido comprar jornais, quando os presos chegavam ao hospital encontravam já os recortes mais interessantes e depois faziam-nos circular no campo. Para poder fazer isso, foi o mesmo Vieira que inventou o estratagema das botas:

Eu tinha um par de botas e, como o meu pai era sapateiro, aprendi um pouco da arte. As botas tinham sola de borracha, abri-a e consegui fazer um fundo falso. Os outros traziam de outra maneira, mas eu ia à casa de banho, descalçava-me, tirava a palmilha, punha ali os papelinhos.²⁰

²⁰ Cfr. <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

A figura do opositor ao regime do Estado Novo, pertencia tanto a Portugal quanto ao Ultramar português, pois em ambos se encontravam militantes que por diferentes razões se opunham ao salazarismo: nas colónias a motivação fundante para a luta encontrava-se na vontade de obter a independência enquanto em Portugal a oposição se fundava na necessidade de acabar com o fascismo português e as suas políticas. A censura instituída pelo governo tinha, portanto, este papel, acabar com os opositores. Quer nas colónias quer em Portugal, a luta era feita sobretudo pelas elites culturais, como movimentos universitários, partidos e editoras.

A resistência, no entanto, sempre encontrou dificuldades na sua atuação, pois a clandestinidade e a ilegalidade não ajudavam a alcançar os objetivos propostos. Até à década de 40, na verdade, o peso da resistência era bastante fraco, ao passo que a partir da década seguinte a oposição, ligada ao PCP (Partido Comunista Português) começou a ter mais força; nesse mesmo período regista-se um grande fluxo de emigrantes políticos para o Brasil e para outros lugares. As motivações que os levavam a emigrar podiam ser as perseguições feitas pela PIDE como também a falta de perspectivas profissionais por causa das suas atividades políticas; por isso, tratava-se na prática de exilados, ou de refugiados.

Havia porém duas categorias bem distintas de exilados: os que fugiam por própria vontade e os que o Estado desterrava. Luandino Vieira faz parte deste segundo grupo, mas tentou fazer parte do primeiro quando procurou sair de Portugal para a Inglaterra. Os dissidentes acabavam todos por ser mandados para o campo do Tarrafal, pois, de facto, os detidos por razões políticas nesses anos eram todos das colónias e a detenção num lugar longe do país de origem era o modo de Salazar os combater.

III.3 - O Tarrafal, ou o campo da morte lenta

A mudança para a ilha de Santiago marca a principal divisão do livro em análise, como se viu, pois o dualismo entre os dois contextos vividos pelo autor tem uma certa importância com respeito às diferentes experiências tidas nos dois lugares. Os *Papéis* por isso dividem-se em duas grandes partes, a primeira envolvendo o tempo de prisionia

passado em Angola, enquanto a segunda preenche os anos cabo-verdianos. É intenção explícita o autor do próprio marcar uma rutura após o período angolano:

Encerro aqui esta parte do diário. Agora outra fase se iniciará com esta viagem e depois a permanência em Cabo Verde. Voltarei vivo? Morto não posso voltar... Parto calmo e confiante no futuro. Tenho a K., o Xexe, a minha terra, o meu povo e uma luta que é uma das últimas em prol da futura vida nova do nosso planeta. Possa eu, agora, em 1964, Angola, África, ser digno sempre desses homens futuros. (31-VII-64). (Vieira, 2015, p. 540)

Afirma ainda o autor: “O Tarrafal é o corte, é fora do território angolano, para isso é que nos mandaram para lá” (Vieira, 2015, p. 1053) , e, como já dito, o campo é rutura: já a prisão o foi, mas o campo é uma experiência ainda pior, uma rutura tão grande que o mesmo Luandino para se aclimatar precisou de três anos.

Na altura em que o escritor chegou ao campo, muitos começavam a sair, como os do “Processo dos 50”, e o campo ia esvaziando-se até ter somente nove presos em toda a estrutura, número que não demorou muito a subir, pois chegaram novos presos fazentes parte da UNITA. Os últimos a chegarem eram já os da geração seguinte, sobretudo estudantes universitários militantes porque, de facto, a partir de 1969 do campo foram saindo os guineenses e foram substituídos pelos últimos independentistas angolanos. Encontravam-se então, entre os angolanos, os restantes “dos 50”, os presos de 1963-64, incluindo Luandino Vieira e António Cardoso e por fim os presos de 69 que pertenciam ao MPLA e à UNITA.

A vila do Tarrafal encontra-se no arquipélago de Cabo Verde, na ilha de Santiago que é umas das ilhas de faixa Sotavento do arquipélago e é sede do concelho homónimo; a vila fica 75 km da capital cabo-verdiana da Praia e evoluiu a partir da aldeia portuária que antigamente fazia parte do Concelho de Santa Catarina no fim do século XIX. O campo está situado numa planície delimitada pelo mar de um lado e por montes nos outros, ficando a três quilómetros do centro da cidade homónima e a um quilómetro da aldeia de Chão Bom.

À volta do campo não havia casas; existiam, porém, umas barracas utilizadas como dormitórios pelos guardas. Foi escolhido este lugar por motivações estratégicas, devido à sua localização geográfica: era o espaço ideal que dispunha das condições

necessárias para anular o homem preso, pois ficava suficientemente afastado da cidade da Praia e das outras cidades maiores e as possibilidades para as comunicações eram muito limitadas. Era ideal para que ninguém soubesse o que ali se passava, quem via algo estava mesmo demasiado longe para divulgar os factos ao mundo: “há o mar e o inimigo é a natureza contra a nossa condição de seres humanos” (Vieira, 2015, p. 1049) é uma definição que bem descreve aquela situação de isolamento.

A história do Tarrafal começa em 1933 quando surge a necessidade de fazer cumprir as penas de crimes ou infrações políticas, que previam o desterro “em recinto fortificado ou colónia penal estabelecida em uma ilha das colónias, exclusivamente destinada a tal fim, à escolha do Governo”²¹. Daí surge a intenção de criar uma colónia penal em Cabo Verde.

A realização do campo passou por duas fases: a primeira remonta ao período entre 1936 e 1938, quando as instalações eram tendas de lona e o campo era delimitado por arame farpado ao longo todo o perímetro; as condições para os presos eram inexistentes e havia somente um edifício, com a cozinha, construído em pedra; a segunda fase é a época na qual foram colocados os pavilhões com a segunda reabertura de 1961, sendo que em 1967 começou a construção de uma nova muralha para aumentar a segurança. Antes, já existia outra colónia penal cabo-verdiana, na ilha de São Nicolau, para a qual foram deportados membros do exército envolvidos na Revolução da Madeira de 1931 e que é considerada o primeiro lugar de deportação para presos portugueses em regime fechado.

Embora a colónia penal ficasse fora de Portugal continental, respondia ao sistema penal da Mãe-Pátria e dependia do Ministério da Justiça. A 18 de setembro de 1936, chegou, ao recém-criado campo, o primeiro grupo de presos, alguns vinham do Forte de Angra do Heroísmo e os restantes eram sessenta marinheiros desertores. A Colónia penal ficou aberta até 1954 e foi reaberta anos depois, em 1962, por ordem de Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, tornando-se lugar de reclusão para os presos que, com a eclosão da guerra de libertação, faziam parte dos movimentos de libertação das colónias de Angola, Cabo Verde e da Guiné. Por fim, a partir de 2016 tornou-se num Museu e em agosto do mesmo ano o governo do país reconheceu o campo como Património Nacional

²¹ Artigo. 11º. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19869

da República de Cabo Verde, proclamando-se também 28 de outubro o dia da Resistência antifascista.

No Artigo 2º do Decreto-lei 26/539, de 23 de abril de 1936, denota-se já o alvo do campo, que é descrito como “uma colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal, Arquipélago de Cabo Verde”, em particular para presos “perigosos e indesejáveis” e é interessante ver como os regime salazarista e os seus apoiantes, naquela época, defendiam a medida do campo porque oficialmente não era um campo de concentração à moda alemã mas somente uma “colónia penal” que tinha como objetivo

o acolhimento dos condenados a pena de desterro pela prática de crimes políticos e os prisioneiros de delitos comuns que, na Metrópole, mostraram-se intransigentes à disciplina prisional. O Governo justifica ainda que a Colónia Penal do Tarrafal é, em tudo, semelhante às prisões da Metrópole, dirigidas pelo Ministério da Justiça, como os casos de Caxias, Aljube e Peniche.²²

É evidente que as motivações apresentadas pelo então governo resultam hoje bastante fracas e pouco acreditáveis senão com respeito aos tipos de presos que ali eram admitidos, os “perigosos e indesejáveis”, e resulta mais verídico pensar que a decisão de instituir um campo em Cabo Verde tem a ver com o isolamento e a distância que o arquipélago tinha naquela altura do resto do mundo, de modo que não circulariam notícias do que se dava lá.

O isolamento do campo tem um duplo sentido: primeiramente a prisão é, de alguma forma, lugar de isolamento, 3ntendido como afastamento do resto do mundo – definição que aqui se reforça visto que a prisão neste caso é um campo precisamente para isolar os presos; em segundo lugar a ilha em si reflete perfeitamente o conceito de isolamento, sendo, de facto, o símbolo desta condição e etimologicamente “isolamento” vem de “isolar” que, por sua vez, vem do italiano “isola” (ilha)²³.

Durante a primeira abertura do campo houve trinta e dois mortos. Com a sua reabertura, houve uma mudança no nome que passou a ser Campo de Trabalho de Chão

²² Cfr. <http://nosgenti.com/campo-de-concentracao-do-tarrafal-para-uma-historia-da-liberdade-na-lusofonia/> (atualizado em 30/09/2012)

²³ Enciclopedia Treccani. Disponível em: <http://www.treccani.it/vocabolario/ricerca/isolare/>

Bom, só que no sentimento comum continuou a ser conhecido por “Campo da Morte Lenta”, pois, na verdade, não era um campo de extermínio como os do século XX, imagens de lugares sofrimento extremo e morte violenta, mas de facto, na sua segunda vida, o campo já não tinha mais trabalhos forçados para os presos. Eis a morte lenta, o objetivo não era matar, mas aniquilar lentamente os detidos.

A estrutura era uma área de apenas 200 metros por 150. O campo tinha uma cela, chamada “frigideira”, que era um cubo de betão armado cuja altura ia de 0,6 por 1,7 metros e só tinha, para o afluxo do ar, uma greida e era “projetada” para conter duas pessoas. Como o ar não podia entrar, a temperatura podia alcançar facilmente os sessenta graus por ser exposta o tempo todo aos raios do sol, o que deu origem ao seu nome.

Surgiu em seguida também uma outra cela específica para as torturas que ia substituir a primeira, chamada “holandinha” em referência ao pequeno espaço da cela comparado com as dimensões do país para onde muitos cabo-verdianos foram embora. A cela tinha forma retangular, era alta pouco mais de um homem em pé e tinha uma janela de grades; aqui também as temperaturas chegavam a níveis insuportáveis.

O campo apresentava casernas para a detenção de massa e celas individuais e os limites do campo eram protegidos por arame farpado e também um fosso. Fugir era tão difícil que os poucos que tentaram, não conseguiram, sendo colocados em isolamento na “frigideira” por cerca de dois meses.

O campo na sua primeira disposição, tomava como exemplo os outros campos e por isso previa, diariamente, castigos, torturas, trabalho forçado, falta de assistência médica e má alimentação; a água provinha de um poço que ficava a 700 metros do campo, mas era salobra e racionada. Devido a todas estas condições, incluindo o clima inclemente que fazia ultrapassar os quarenta graus nas celas, o campo era o lugar ideal para a proliferação de doenças, sobretudo o paludismo, de que o próprio Vieira sofreu, como se depreende de um fragmento: “continuo doente – eu digo que é paludismo, mas o médico não aceita – e, por isso, são apenas duas linhas. (17-7-66)” (Vieira, 2015, p. 747); aliás, afirma o autor que ali a função do médico era a de “passar certidões de óbito”²⁴. A intenção do governo português, com a reabertura do campo, era uma utilização da estrutura temporária, provisória, enquanto na ilha de Santo Antão, Cabo Verde, não se

²⁴ Documentário *Tarrafal: memórias do campo da morte lenta* realizado por Diana Andringa, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsHkqjOuPKg&list=WL&index=3&t=2889s>

contruísse uma nova prisão. Isso porém não chegou a concretizar-se e o Campo do Tarrafal, de temporário, tornou-se definitivo:

o Tarrafal após a 2ª Guerra Mundial já não é o mesmo campo. Portanto, a fase mais aguda do salazarismo encerrou o campo. Porque tinha que ser sensível à pressão internacional quando se tinha tido uma posição neutral na 2ª Guerra. Quando reabre, é o salazarismo a reagir à questão colonial. É neste contexto que Adriano Moreira reabre o Tarrafal (Vieira, 2015, p. 1054).

O campo ao qual chegaram os presos políticos foi construído pelos deportados portugueses,

vivendo ao ar livre naquele clima, à noite faz frio e de dia faz calor. Depois a água lá...imagino que deviam ter tido toda a espécie de doenças de fígado e rins, doenças tropicais, e portanto era para morrer em morte lenta. (Vieira, 2015, pp. 1056 - 1057)

Esta é a explicação que Luandino dá para a alcunha que distinguia o campo, o que faz sentido, mas vale obviamente só para o físico e a destruição física não era a principal forma de o governo acabar com os presos, era mais uma consequência da destruição psicológica que a vida como afastados do resto do mundo produzia. Era uma ideia comum, de outros presos também, que ficar num lugar assim significava estar morto; porém os presos não se opunham: “estávamos a morrer lentamente e por isso que decidimos morrer sem fazer barulho com as autoridades”²⁵ e para acelerar este processo psicofísico mantinham-se condições higiénicas gravemente insuficientes, agravadas pelo clima cabo-verdiano com os seus ventos secos, que o autor descreve através de uma referência à obra do escritor Manuel Lopes:

Um vento seco e quente varreu por 1/2 horas o campo. O suficiente para dar um tom negro a todo o verde conseguido pelas chuvas e queimar mesmo

²⁵ Documentário *Tarrafal: memórias do campo da morte lenta* realizado por Diana Andringa, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsHkqjOuPKg&list=WL&index=3&t=2889s>

algumas plantas. Percebo «os flagelados do vento leste». (23-IX-1965)
(Vieira, 2015, p. 716)

A viagem para o campo, como conta o escritor numa entrevista de 2009²⁶, foi efetuada pelo navio *Kwanza*, homónimo de um rio angolano, que nos anos 30 se ocupava do transporte de colonos. Os presos foram colocados dentro do que era a enfermaria do navio, tornando-a uma cela para os deter e era permitido aos detidos sair no convés duas vezes por dia por máximo meia hora. A viagem de Angola até São Vicente demorou uns dez dias e, quando chegaram ao campo, havia ali uns oitenta angolanos.

O Tarrafal era o lugar onde chegavam os irrecuperáveis, também os irrecuperáveis dos outros campos, os que era necessário destruir, para “separar a parte pensante da parte executante e de parte militar” (Vieira, 2015, p. 1047) e para Luandino, António Jacinto e António Cardoso havia a agravante de serem brancos e comunistas. Como afirma o autor, “Ali estávamos isolados da nação, o que deu origem a que nós virássemos para dentro de nós” (Vieira, 2015, p. 1049).

Para se manter ocupado durante a estadia no campo, Vieira resolveu aderir a bastantes atividades recreativas, juntou-se ao coro dos protestantes, foi professor e quando foi instituída a biblioteca do campo passou a ser bibliotecário. Por isso chegou a afirmar: “eu era privilegiado porque tinha vários sítios onde pôr os pés” (Vieira, 2015, p. 1049). O emprego de bibliotecário foi-lhe proposto pelo diretor do campo após terem construído a biblioteca, que no começo nem tinha livros, era mais uma “capela-escola”; mais tarde chegaram os textos da Gulbenkian e Luandino pôde lá trabalhar. Além disdo, resolveu ocupar o tempo também com ofícios manuais pois

criei o hábito de, todos os dias, quando estávamos com a caserna aberta, a minha vida ser no exterior. Fazia tudo quanto podia, tudo quanto fosse trabalho. Aprendi coisas de marcenaria com os meus colegas marceneiros, aprendi a fazer cestos, aprendi artesanato de palha com o Fabelo Malongiça, que era da UPA-FNLA²⁷.

²⁶ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

²⁷ Ibidem

Uma das diferenças do campo em relação a Luanda era que, enquanto preso em Angola, todos os presos pertenciam ao mesmo ideal, ao sentimento nacional, havia a consciência geral de que o inimigo comum estava lá fora, não havia inimigo dentro; pelo contrário, em Cabo Verde “o inimigo já era interior” (Vieira, 2015, p. 1049), estava no meio deles, dentro de cada um dos presos.

Os presos que estiveram aí confirmaram as mesmas impressões, como revela o documentário *Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta* de 2011 realizado por Diana Andringa; todos tiveram as mesmas dificuldades que Luandino teve: “ali é só deixar de pensar, porque senão, morre aqui de pensamentos. É só deixar, pronto. Os que têm vida ficam com vida. Nós aqui estamos já mortos”²⁸ e mais

foi um sofrimento. O facto das pessoas estarem privadas de liberdade é um sofrimento enorme. Se isso a junta os maus tratos, as pressões psicológicas, as pressões sobre as famílias... tudo isso torna as coisas quase insuportáveis. Mas acabamos por aprender muito [...].²⁹

Para Agamben, o campo é “la radicale trasformazione della politica in spazio della nuda vita (cioè, in un campo), ha legittimato e reso necessario il dominio totale” (Agamben, 1995, p. 132), o lugar onde o poder e a vida se confrontam, sem qualquer possível mediação dos direitos e onde se encontra a lei de natureza. É um espaço permanente de exceção, um campo de exceção. À sua chegada, Luandino anota a aparência do campo e pinta este retrato do que vê:

O CAMPO – Perplexidade! Parece um sonho vir cá parar. A todo o momento creio que vai desaparecer o que tenho na frente e encontrar-me outra vez em Luanda. Mas não! O campo é o normal de c[ampo]de conc[entração], fiadas duplas de arame farpado com outras transversais, guaritas com sentinelas armados, nas esquinas, cães, luzes e barracas. Tudo tem ar de velho e usado, decrépito. Deve ser este o famoso Tarrafal, que reabriu quando mandaram para cá os angolanos. Chegámos às 18.20 do dia 13, fomos metidos, numa enorme caserna – 3 camas com roupa pouco limpa, um lavatório com jarro e

²⁸ Documentário *Tarrafal: memórias do campo da morte lenta* realizado por Diana Andringa, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsHkqjOuPKg&list=WL&index=3&t=2889s>

²⁹ Ibidem

bacia de esmalte, um bidon de água, um garrafão de água para beber e uma lata de 20 litros para as necessidades e despejos. Não há esgotos, não há água canalizada. Luz elétrica das 6-9, candeeiro petróleo depois. Parasitas, pó, sujidade. [...]. Banho 2 vezes por semana. Correio 2 vezes por mês. (13-14-15-16/Agosto-1964) (Vieira, 2015, p. 548)

Acrescenta, sobre o momento da chegada, sobre as suas sensações e sobre o campo:

eu fiquei chocado. Era tudo muito seco, árido. Aquela montanha à volta, aquela planície, só com umas árvores muito esqueléticas, raquíticas, todas inclinadas para o mesmo lado, porque o vento as obriga. O Tarrafal tinha o fosso e os arames farpados. Agora tem uma muralha, foi construída mais tarde. E havia umas guaritas nas esquinas, onde ficavam os guardas. As casernas eram o que existe ainda hoje, toda aquela estrutura foi a construída pelos presos portugueses nos anos 30. Ficou tudo, a central de energia eléctrica, tudo o quanto eram postes já enferrujados, comidos pelo tempo, as casas tinham um aspecto muito decrépito, a secretaria era uma casinha de madeira assente em pilares. Vínhamos de uma terra em que a vegetação é exuberante. Chegar ali e ver aquilo tudo seco... E via-se logo o isolamento. O campo estava isolado da povoação de Chão Bom e do Tarrafal. Hoje está quase tudo ligado. Era deserto, isolado³⁰.

Nas descrições do campo, complementares uma à outra, Luandino bem apresenta a condição de domínio total que o campo exercita no preso e os poucos confortos que ele tem são a única coisa que marca a diferença entre a condição de bichos e a de presos, mas o campo é isso mesmo. O facto de retirar os direitos fundamentais, ou, neste caso, limitá-los, é a privação da liberdade de ação e de existência das pessoas de que fala Agamben em *Homo sacer*. Já ao cabo de poucos dias começa a surgir no escritor a influência do campo:

³⁰ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

mais adaptado vou caindo em mim. Aumentam as saudades de tudo, mas sobretudo a falta de notícias da K., rói-me por dentro. Sinto, porém, que, mesmo com elas, não serei mais o Zé da C.C.L. Quebrou-se na verdade, qualquer coisa de muito valioso em mim, quando entrei no Quanza, deixei a L., o Xexe e Luanda! Quando voltarei? (19-08-1964) (Vieira, 2015, p. 549)

O propósito do campo, e por consequência do mesmo estado de exceção, é conter as possibilidades de insurreição nacional e manter o domínio colonial, pois:

no curso da guerra colonial, o campo de concentração era o espaço no qual a política de dominação total agia diretamente no domínio e controle do corpo e da vida dos confinados, sobretudo através da destruição da capacidade subjetiva e da possibilidade objetiva de ação individual e coletiva. (Zuin, 2009, .p 399)

Para o filósofo italiano a intenção de controlo e domínio total nas pessoas que o campo faz tem intimamente a ver com o colonialismo europeu:

Gli storici discutono se la prima apparizione dei campi sia da identificare nei campos de concentraciones creati dagli spagnoli a Cuba nel 1896 per reprimere l'insurrezione della popolazione della colonia, o nei concentration camps in cui gli inglesi agli inizi del secolo ammassarono i boeri; ciò che qui importa è che, in entrambi i casi, si tratta dell'estensione a un'intera popolazione civile di uno stato di eccezione legato a una guerra coloniale. I campi nascono, cioè, non dal diritto ordinario (e meno che mai, come pure si sarebbe potuto credere, da una trasformazione e uno sviluppo del diritto carcerario), ma dallo stato di eccezione e dalla legge marziale. (AGAMBEN, 1995, p. 185-186)

De acordo com Agamben, novamente, o lugar do campo é onde se concretiza a dominação e violência do poder do estado. O preso, pelo contrário, fica totalmente desprovido de valores, direitos, a sua própria subjetividade é-lhe retirada, o que permanece é só um corpo, pois a vida, o direito da vida, já não está mais garantido.

O valor que a vida de um preso tem dentro do campo limita-se somente à possível força de trabalho que “pode perdê-lo se não for mais funcional para os negócios coloniais” (Zuin, 2009, p. 401). Os que chegam lá, acabam por ter uma vida sem valor ou não digna de se viver, que pode ser eliminada; de facto, lá são confinados todos os que o estado, o poder, considera insurretos e indesejáveis.

O pensamento de Agamben parte do conceito de *homo sacer*: um sujeito cuja vida não tem valor, representa uma vida eliminável, mas que contém em si o sagrado; o *homo sacer* fica por isso entre o “insacrificabile” e o “uccidibile” (Agamben, 1995, p. 92), portanto a sua morte não é nem sacrilégio nem sacrifício, nem sacro nem profano, nem religioso nem jurídico; ao contrário, existe uma área que precede estes dois conceitos opostos, o estado de exceção. O campo de extermínio representa portanto, na visão do filósofo italiano, o espaço puro da exceção, um lugar de suspensão temporária do ordenamento jurídico onde se materializa esse estado de exceção, e vale a pena apontar que o campo é uma criação voluntária do estado de exceção que se liga a um pedaço físico, do território e torna-se contínuo no nível temporal.

Com a criação das Cidades-Estado na antiga Grécia, a *zoé* (a vida nua) acaba por ser englobada na *pólis*: desta maneira tentou-se tirar a vida natural do campo da política, mas o resultado foi o contrário, determinando uma politização da *zoé* que levou ao conceito de “uccidibile” da mesma. Isso significa que a violência animal, de um contra o outro, foi transferida do estado de natureza para a violência soberana, ou seja, a condição que todos enfrentam constantemente por estarem expostos ao poder soberano, de “*homo homini lupus*” para “*ius contra omnes*”. O filósofo nota ainda que é significativo que os campos surjam juntamente com as novas leis sobre a cidadania e a desnacionalização dos cidadãos (Agamben, 1995, p. 196) e, portanto, a conclusão de Agamben revela que o estado de exceção permanente, representado pelo campo, define uma localização sem ordenamento, uma “localizzazione dislocante”, uma localização deslocadora. O Chão Bom, de alguma forma, representa isso mesmo: a ilha de Santiago onde é localizado o campo é uma localização deslocadora por ficar longe do resto do mundo e deslocadora de pessoas; ali, na altura de Vieira, estão encarcerados homens que são anticolonialistas, apresentando por isso o fator da “cidadania” de que falava o filósofo.

No campo, portanto, a condição de preso impõe-lhe uma análise dupla pois é ao mesmo tempo preso, pelas já mencionadas questões políticas, e escritor e isso faz com

que a sua condição seja diferente da quase totalidade dos outros presos. Se, por um lado está empenhado na luta, no prosseguimento do caminho para a independência, por outro lado, o projeto literário necessita continuar. Os anos transcorridos no campo tornar-se-ão de resto fundamentais para a sua escrita, até porque é no campo que comporá a grande maioria dos textos dos *Papéis* e, exatamente durante a estadia em Cabo Verde, desenvolve a sua formação literária e humana dado que a prática da escrita é como um exercício, é um treinamento mental, porque é evidente que sem uma mente forte, num contexto assim a sanidade mental desfalece. O exercício da memória, tão importante para o autor, toma forma na escrita. Luandino nesses anos evolui como escritor, na direção que ele imaginava e

«Foram dez anos de aprendizagem, de convívio com colegas no campo de concentração: escritores como António Jacinto, António Cardoso, Uanhenga Xitu, Manuel Pedro Pacavira. Uanhenga Xitu e Manuel Pedro Pacavira nunca tinham escrito literatura, começaram a escrever na prisão e confiavam-nos os seus textos». (Vieira, 2015, p. 22)

Ele e outros presos discutiam todos literatura, confrontavam-se; Cardoso “todos os dias fazia poesia, todos os dias escrevia” (Vieira, 2015, p. 1066); com o Pedro Pacavira por exemplo, “o assunto era a necessidade do romance histórico, era o que ele criticava na geração *Mensagem* que achavam que não havia história” (Vieira, 2015, p. 1066). Para Jacinto era assim mesmo, a sua poesia era como que um colega com quem conviver no campo, para continuar a luta e resistir, “resistir! Viver para regressar!” (Jacinto, 1982, p. 10). De alguma maneira, o objetivo era voltar a Luanda, aos musseques, porque, voltando ao dualismo precedente,

podemos dizer que existe um homem com o nome civil de José Vieira Mateus da Graça que, à semelhança de uma parte consistente de presos do Tarrafal, é um prisioneiro político, mas se evade para as ruas de Luanda através dos vários livros que escreve neste lugar sob o nome de José Luandino Vieira (Vieira, 2015, p. 22).

E Chabal é da mesma ideia:

The estórias written after those of Luanda, that is essentially in the Tarrafal concentration camp, emphasize further Vieira's commitment to orality. As distance and time separate the author further and further from his beloved Luanda, his stories become both more firmly rooted in his childhood and increasingly oral in their construction. They oscillate between the attempt to recapture the details of musseque life and the search for the remembrance of a childhood now lost in the mist of an adult memory. (Chabal, 1995, p. 26)

Até impressionam,

nos *Papéis*, as funções múltiplas que a literatura desempenha ao longo da longa detenção de Luandino. Escrever é antes de tudo praticar um modo da memória. A finalidade é aparentemente prática, condicionada pelo objetivo de não perder fragmentos vivenciais, e parece situar-se fora do compromisso estético. A escrita é, assim, um mediador da memória (Vieira, 2015, p. 23).

Na verdade, surge a certa altura uma consideração sobre o assunto por parte do autor que choca com as teorias precedentemente mostradas:

às vezes diz-se «era para resistir!». A esta distância é muito difícil perceber se era para resistir ou se era para fugir. Não sei se a escrita era uma evasão, se era um ato de afirmação. Uma coisa que posso dizer é que havia uma determinação em ser fiel ao projeto de escritor que tinha entrado para a cadeia. Não era ser um grande escritor; mas era, através da literatura e da minha formação como escritor, contribuir para a independência de Angola no sentido muito amplo da independência. Não era a independência só política, era a contribuição cultural para uma identidade nacional, para uma consciência nacional (Vieira, 2015, p. 1050).

De acordo com quanto diz Luandino, praticamente tudo o que a crítica afirma está errado, ou melhor, não está totalmente certo: é claro que a única razão, o fim do seu escrever era sempre o mesmo, sempre a contribuir para a pátria mesmo que se encontrasse numa situação parada, em que não podia concretamente fazer mais do que sobreviver. A

escrita não era algo que fazia para se salvar, como reafirma o autor na já citada entrevista de 2009, em que à clássica pergunta responde: “salvar é muito forte, mas foi um mecanismo de defesa. Era a maneira de estar a fazer qualquer coisa, responder a perguntas que me punha”³¹; mais importante foi adquirir uma rotina, ou seja, “incluir coisas que fossem fazendo diferença”³², o caso da biblioteca, ajudar nas missas, a criação de galinhas, a horta, os trabalhos de artesanato, coisas simples mas que numa tal situação se tornaram necessárias.

O que emerge ainda deste tipo de luta não tradicional é a constante crença que para alcançar o objetivo independentista fosse necessário recorrer às teorias marxistas e isso, sem dúvida, deve-se aos ideais do autor, dos seus camaradas e do partido a que aderiu. Ao apresentar as próprias opiniões sobre as maneiras para como chegar ao fim, defende-as sempre e ao mesmo tempo critica as outras propostas, dado que aquela era a época em que as potências europeias visavam avançar com a descolonização, de tipo luso-tropicalistas ou do apartheid da Rodésia e da África do Sul.

Naquela altura, como salienta o autor,

nós lutávamos pela independência política, a luta era a independência política do território. Assumirmos a responsabilidade de desenhar o nosso próprio destino nacional naquele território, nas fronteiras que tinham sido estipuladas. E isso foi conseguido. Angola é independente... Nestes 40 anos a questão da consciência nacional não se pôs em Angola, somos angolanos. (Vieira, 2015, p. 1050)

Tendo em conta o que aconteceu em Angola depois da revolução e os anos de governo logo depois do fim da guerra civil, é compartilhável o ressentimento que autor tem hoje em dia, porque o alvo da luta do escritor se alcançou mas a maneira como aconteceu e o sangue que trouxe provavelmente fizeram-no mudar de opinião.

Se, como já se viu, as prisões de Angola propiciaram o acesso a novas fontes e histórias e apesar de ter escrito *Luuanda* lá, é dentro do Campo do Tarrafal que Luandino se torna verdadeiramente Luandino: o mesmo livro começa a receber comentários, a ficar

³¹ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

³² Ibidem

conhecido fora dos limites angolanos enquanto o autor se encontrava em Cabo Verde; até o prémio da Sociedade Portuguesa dos Escritores lhe foi conferido naquela altura e todos os eventos que sucederam a entrega do galardão foram o sinal de que, tanto Luandino quanto *Luuanda*, já eram um símbolo contra o colonialismo português e que, de facto, o projeto literário era agora inseparável do político.

III.4 - Luandino, o preso político exilado

De acordo com o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, a palavra “exílio” significa “expatiação forçada ou por livre escolha”, ou seja, qualquer um que foi tirado de seu próprio lugar, o que, de facto, é o que aconteceu com o José Luandino Vieira: ele foi tirado do seu país, como muitos outros companheiros na luta pela independência das colónias. Basta pensar nos já mencionados amigos António Cardoso e António Jacinto, Uanhenga Xitu, Ilídio Machado, um dos fundadores do MPLA, Manuel Pedro Pacavira e António Pedro Bengé, que faleceu no campo por motivos de saúde e que hoje é recordado como mártir. Há portanto uma fratura que abala de maneira evidente os propósitos do autor, tanto os políticos quanto os literários, e esta quebra se deve à mudança do estado físico de Vieira, à sua deslocação, que o vê ser transferido de Luanda, Angola, para o Tarrafal, Cabo Verde. A condição então não é mais somente a de preso, preso político, mas torna-se a de exilado:

enquanto não cheguei ao Tarrafal, eu estava preso não estava exilado; a minha situação era a mesma da nação angolana, mais nada. [...] respeito ao Tarrafal é evidente que estou exilado. E portanto começo a devorar-me a mim próprio. E nós, sem nenhum contacto com a população, a não ser aquele que as próprias autoridades permitiam para lhes facilitar a vida, voltámo-nos para dentro. Enquanto na parte de Luanda registo o que se passava à volta, no Tarrafal registo o que se passava dentro de mim. (Vieira, 2015, p. 1053)

Daí procede a famosa expressão que resume tudo o que o campo significou para o Luandino, “o Tarrafal é a prisão em mim” (Vieira, 2015, p. 1054).

Tudo nos separava. E tudo nos juntou. Isso que nos separava juntou-nos ali. [...]. E era tão o exílio que só o sentimento nacional nos unia e unia-nos ao ponto de estarmos da FNLA, da UNITA, do MPLA, e de quem não era nem de um, nem de outro, nem de ninguém, e funcionar como funcionou até ao fim. (Vieira, 2015, p. 1054)

O Tarrafal, todavia, não foi somente a prisão de Vieira, mas de todos os detidos, inclusive os de ideais políticos diferentes. Com efeito, “aqui não havia partidos diferentes. Era só unidade nacional. Não havia divisão de partido, porque o objectivo era o mesmo: a liberdade e a independência de Angola” e “a única bandeira que nos uniu aqui foi o sofrimento que sofremos juntos”³³. Além dos partidos diferentes, das nacionalidades, não havia homogeneidade nem na idade dos presos, visto que os detidos podiam ter 20 anos como também 70, tanto que não era impossível encontrar entre os detidos pais e filhos.

O campo cumpriu o seu propósito, sem dúvida, mas conseguiu fazer o que em Angola ninguém conseguia e conseguiu, ou seja, tornar todos os angolanos irmãos, unir os mesmos que antes de se encontrarem presos combatiam uns contra os outros. Na verdade, a convivência pacífica entre os detidos não era bem vista, pois “o contacto com os guineenses era mais perigoso, do ponto de vista disciplinar, do que as conversas com os guardas de Angola” (Vieira, 2015, p. 1055), os agentes temiam que a população prisional “virasse a cabeça” contra eles, “estavam sempre atentos, vigilantes” (Vieira, 2015, p. 1055). “Aquela unidade era uma espécie de comunidade que funcionava na base de um sentimento não expresso que era a nação a que pertencíamos” (Vieira, 2015, p. 1074).

O Tarrafal tornou-se a prisão em Luandino, porque não há na vida dele “nenhum momento tão importante” que possa ser parecido ou possa ser comparado àquele; toda essa época entrou a fazer parte, integrou-se à ideia que o escritor tem do mundo, do futuro e da história. Apesar de tudo o que havia de negativo, o campo teve um papel fundamental para ele, até contribuindo para a percepção de Angola numa perspectiva futura porque “as contradições que se jogavam naquele momento jogam-se ainda hoje. Nenhuma foi resolvida porque não podem ser resolvidas neste curto espaço, neste curto tempo histórico” (Vieira, 2015, p. 1055).

³³ Documentário *Tarrafal: memórias do campo da morte lenta* realizado por Diana Andringa, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsHkqjOuPKg&list=WL&index=3&t=2889s>

Para poderem combater contra o isolamento do resto do mundo, além das relações entre presos e as atividades recreativas, a correspondência era um bom exercício, mas chocava com as limitações impostas pelos chefes e pela censura. O próprio autor afirma: “as cartas são outra forma de diário e isso ao mesmo tempo ajudava a manter a família, a coesão, pensava eu, que era uma maneira de manter a sanidade familiar, ajudava-nos uns aos outros” (Vieira, 2015, p. 1060). Contudo as cartas eram sempre todas cortadas, “a gente lia um bocadinho, depois tinha outro pedaço assim, outro pedaço aqui, juntávamos mais ou menos para ter ideia do que é que era... então as nossas cartas eram aquilo”³⁴, sem distinções. António Jacinto confirma, afirmando: “a insularidade pesa sobre nós, porque nós temos uma ilha e, dentro da ilha uma povoação, dentro da povoação um campo de concentração. Esse isolamento é muito elevado” (Laban, 1991, p. 176). Era uma tortura que prejudicava os dois lados que a carta envolvia, ou seja, quem a enviava e quem a recebia porque dava falsas esperanças a ambos, tornando vã a utilidade da carta, que não podia mais dar informações.

O regulamento sobre a correspondência previa que fosse admitida de quinze em quinze dias, o detido escrevia, era entregue ao chefe dos guardas que se ocupava de todas as cartas e fazia a primeira censura. Em caso de dúvida, ou com certos reclusos, entregava diretamente ao direto ao chefe, cumprido este processo podia-se colocar o carimbo «Campo de Trabalho de Chão Bom – Censurado». Vieira, como já estava acostumado a escrever à esposa Linda, continuou a fazê-lo: “eu consegui manter essa correspondência dirigindo-me sempre à Linda, misturando os assuntos que eram correntes, comuns com os assuntos da minha própria vida lá” (Vieira, 2015, p. 1061). Dado que tudo o que devia sair do campo não podia sair sem ter sido controlado, o mesmo sucedia com o que tinha entrar, por isso a correspondência que chegava também era censurada; às vezes nem chegava, mas voltava para trás ou não era entregue. No caso específico de Luandino, as cartas enviadas pela esposa chegavam com cortes, cortes de tesoura, geralmente quando falavam de notícias sobre os amigos. As cartas de qualquer forma tinham um papel importante para a maioria dos presos no campo, tanto que a certa altura a vigilância passou a uma censura mais pesada que obrigou o escritor a suspender a correspondência durante 1968-69:

³⁴ ³⁴ Documentário *Tarrafal: memórias do campo da morte lenta* realizado por Diana Andringa, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsHkqjOuPKg&list=WL&index=3&t=2889s>

Desapareciam muitas cartas... não chegavam as cartas, as cartas com dinheiro desapareciam, foi uma ofensiva exterior ao campo, sobre a Linda, fizeram-lhe visitas a casa... quer dizer, fizeram tudo para a prender. Não conseguiram um motivo plausível para isso e durante muito, muito tempo, mantiveram esse tipo de comportamento em relação a tudo quanto enviava. E eu disse: «Pronto, então se é assim não escrevo mais, a mim não me custa nada!» mas obvio que lhe custava, escrever as cartas, pensar na família, tudo ajudava-o a preservar a sua saúde para não ser derrotado pelo campo. e para se distrair da situação, resolveu também se tornando professor e ensinando a ler a quem não sabia, isto mais jogar futebol, escrever, ter o diário e conversar ajudou-o a manter-se. (Vieira, 2015, pp. 1060 - 1061)

Outra vez o escritor comenta:

Recebi carta da K. Faltam de 283 a 320! E o dinheiro que me enviou. Como penso, é melhor não receber carta – a minha boa disposição para escrever fugiu. [...]. Vai-me ser difícil escrever a carta de resposta. (15-2-1967) (Vieira, 2015, p. 770)

Vale a pena notar como a contradição que existe com as cartas, encontra-se também no ânimo do autor, devido certamente ao campo e a tudo o que aquela condição produziu. Pode-se ver como num dado fragmento Vieira tem crises ou saudades enquanto noutra tudo isso se apaga e volta a entusiasmar-se, ainda que por um breve momento:

Fomos hoje ao banho de mar. 1 hora que deu ilusão de liberdade total. O pior é a ida e a volta: atravessamos campos e campos, granja, de arame farpado onde muitos homens verdadeiros morreram e penaram. Os campos do Tarrafal... Mar! Nadei, brinquei, virei criança: outra vez. E depois veio a tristeza da lonjura da ixi ietu ia Luuanda. (30-IX-1964) (Vieira, 2015, pp. 571-572)

Isto é o campo, com a já citada destruição psicológica que o Estado Novo tentava produzir nos condenados, inclusive, como neste caso, pela ilusão. Para sobreviver ali, então, era fundamental tentar preencher o tempo de todas as maneiras:

estudando sociologia, que é o pior que se pode fazer em solidão, aprendi tufo sobre as cidades medievais com o Henri Pirenne, Criminologia, já não sei com quem... Também tudo o que aparecia na biblioteca eu li, deram-me a autorização para fazer o curso, para fazer as provas, as provas tinham que ser feitas na presença de alguém da embaixada ou do consolado norte-americano, era uma exigência de Berkeley, Califórnia, não sei como eles contornaram isso, mas a verdade é que nos dias em que eu tinha que prestar provas, era levado para secretaria, fechavam-me, e eu ficava a fazer o meu exame e depois aquilo era envidado pelo campo. (Vieira, 2015, p. 1062)

Voltando ao encontro com o escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, marcado pelo embaraço que Luandino gera em Lopes, pois sendo na prática colegas, a condição do escritor angolano põe logo limites por causas das diferentes condições entre os dois, pois um está livre e outro está preso:

[...] dirijo-me de propósito ao Director: «Sr. Director dá-me licença que faça uma pergunta ao Sr. M.L.?». Vejo-o empalidecer por eu ter usado o regulamento, por ter restabelecido as distâncias quando ele se esforçava por eu não ser um preso. E o escritor nota isso, essa minha subserviência e retrai-se olha-me: [...]. (Sexta, 29-5-1970) (Vieira, 2015, 956)

Luandino Vieira está bem ciente da disparidade entre os dois e, apesar disso, não se importa com a situação, com a diferença que há entre os dois. Em Lopes, que não sendo acostumado com o estado de detido de Luandino, a cena instila embaraço e incomodidade, pois se dá conta do tratamento diferente que há entre os dois, até que Vieira quando diz “vejo-o empalidecer” remarca bem isto Após este momento infeliz, a conversa passa para assuntos literários:

perguntou-me então se não tinha escrito mais nada, na cadeia. Respondi que não. «É pena» disse. O director atalhou: «Quando for para a liberdade volta a

escrever». Não disse que sim nem que não. Falou do valor desta experiência para mim e como sempre o desconhecimento fê-lo afirmar que o ambiente é bom para o trabalho. (Vieira, 2015, p. 956)

Neste trecho continua a forma diplomática de Luandino se relacionar com o colega tendo na mente sempre a condição diferente que há entre os dois. É curioso notar como Lopes parece nem se dar conta da perigosidade da sua pergunta, porque a Luandino a escrita durante a reclusão devia totalmente vetada e, portanto, a pergunta resulta demasiado arriscada numa situação já em si arriscada; a intervenção do guarda que desconhece a real posição de Vieira sobre a continuação da obra dentro da prisão, ajuda-o a solucionar o momento. A conversa então prossegue para a obra de Manuel Lopes, sobre a qual Luandino dá a sua opinião: “pareceu admirado por eu preferir o «Chuva Braba» aos «Flagelados»” (Vieira, 2015, p. 956). Daí a pouco chega a hora da despedida do escritor cabo-verdiano:

Até que saiu, despedindo-se e com pena de não poder conversar mais. «Gostaria de ficar convosco uns dias, conviver, comer, viver aqui convosco, mas o tempo é pouco, tudo a correr etc.». [...]. Foi então que lhe ofereci a estatueta que fiz, uma galinha do mato, pequenina, que tinha guardada para a K. Ficou surpreendido e disse-me depois: «Espero que a venha a ver em breve, em minha casa, em Grandola [Grândola]. Lá estará à sua espera». Tomou nota também do nome. «Tenho muita admiração por si» ainda disse e escreveu «Luandino Vieira» e quando o director falou o meu nome completo ele sublinhou o Luandino e disse: Este é que me interessa (Vieira, 2015, p. 957).

O encontro entre os dois denota a condição de detido de Luandino, pondo em realce mais uma vez o que significa a vida de um detido político; mantendo sempre a sua gentileza, transparece veladamente a submissão devido ao campo, tanto que uma coisa tão simples como uma conversa com um colega escritor acaba por ficar marcada pela pena; num primeiro momento, em Manuel Lopes também há constrangimento, devido à sua maneira de relacionar-se com os outros: exemplifica-se bem portanto o processo destruidor que a vida do campo faz, tirando de um homem a sua humanidade.

Como reação às precárias condições de vida dentro do campo e à constante falta de bens primários, Luandino conseguiu arranjar um aliado externo ao campo: os únicos contactos permitidos com pessoas que vinham de fora eram limitados aos médicos e enfermeiros e a umas senhoras autorizadas pelos guardas a venderem bens como frutas, verduras e leite e levarem a roupa suja para a lavar. Luandino obteve, graças ao acordo com uma senhora, o fornecimento de meio litro de leite por dia. Esta senhora era uma cabo-verdiana, mulher de um dos guardas auxiliares, a mesma que guardou os *Papéis*, ou seja, Ana Tchumtchum.

Fomos fazendo amizade. Eu pagava-lhe, ela trazia. Eu falava em crioulo, os guardas europeus... os guardas da PSP diziam: «Oh... estão a falar de fruta.» Nunca passei essa fasquia que era para não ter nenhum problema. (Vieira, 2015, p. 1068)

Entre eles nasce uma amizade, Vieira começa a comprar prendas para dar à Ana pelo Natal: “então ficaram habituados que pelo Natal eu oferecia sempre qualquer coisa. De maneira que aquilo ficou hábito no Natal, depois na Páscoa, depois fazia um queque no dia do meu aniversário” (Vieira, 2015, p. 1068). Com o tempo, os anos, cresce a amizade e a confiança entre eles, até Luandino pedir a ajuda dela para guardar o que tinha escrito até aquela altura: “«Olhe Don’Ana, vou mandar, naquele balaio, uns papéis. Quando receber guarde muito bem que eu, um dia, quando sair, vou buscar. Posso?» «Pode»” (Vieira, 2015, p. 1069). Dessa forma, conseguiram fazer sair o balaio com dentro os papéis sem os guardas descobrirem nada e foi assim que Ana Tchumtchum “guardou *No antigamente, na vida, Velhas estórias, João Vêncio, Nós, os do Makulusu*, guardou os manuscritos” (Vieira, 2015, p. 1069). Portanto Ana Tchumtchum desempenhou um papel fundamental tanto para a vida do autor, como amiga durante o tempo do campo, quanto para a sua obra, que de facto existe e foi em seguida publicada somente graças ao facto de ela a ter guardado. O escritor chegou a afirmar: “se eu sou escritor devo à Ana Tchumtchum” (Vieira, 2015, p. 1069).

Em 1972 o exílio de Luandino acabou, quando ainda faltavam anos para que Vieira cumprisse toda a sua pena carcerária; mas foi-lhe concedida a liberdade condicional que marcou o fim do seu tempo no Campo de Chão Bom. Embora tivesse pedido há mais de um ano, no fim, a espera para que uma decisão fosse tomada alcançou

dois anos de tempo pois ninguém, de Lisboa, de Angola e do campo sabia algo. Havia muitas pressões, do exterior, para que o libertassem, e Marcelo Caetano parecia soltar um pouco a situação. A notícia da saída do campo não envolvia somente Luandino, mas também os dois camaradas, António Jacinto e António Cardoso, o qual, todavia, teve uma desavença com o diretor e acabou por ficar até ao fim do campo, quando saíram todos, no dia 1º de maio de 1974.

A experiência de exílio de Luandino foi mesmo dura, magoante, pesada, mas de acordo com ele mesmo, ele ali foi um

dos mais poupados no meio daquela população toda, [...]. Poupado pelo destino, poupado pela vida. Era um privilegiado à entrada e fui um privilegiado à saída. Não vale a pena estar a negar essas coisas por muito dura que a situação tenha sido para mim. As marcas, a textura, as cicatrizes, tudo isso são muito maiores em quase todos os meus colegas (Vieira, 2015, p. 1071 – 1072).

Isso é frisado também na entrevista de 2009, dando importância à sua maneira de relacionar-se com os outros indivíduos presentes no campo, presos, guardas, cozinheiros, para que todos aí se dessem bem com ele, até se considerarem amigos:

Sentia que beneficiava do facto de ser escritor, mas isso era partilhado com mais dois ou três. E beneficiava por algo que não era em mim deliberado, o modo como trato toda a gente. É evidente que tomo em conta a função que estão a exercer, mas aquele mínimo de respeito humano eu nunca ultrapasso. Em termos humanos, eu tratava o Vieira Fontes como tratava “nho” Pina, o cozinheiro, “nho Alcuíno”, o pombo-correio, como tratava qualquer pessoa³⁵.

Luandino referiu que a sua educação o ajudou durante a estadia no campo pois “no meu caso tinha educação, a minha mãe era católica, criou-me como cristão, estudei no liceu...Pela formação intelectual era capaz de equilibrar, balançar, medir, para não cair na reação contra a outra reação estúpida, bruta” (Vieira, 2015, p. 1072). Para além da

³⁵ Artigo de Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

condição de privilegiado, Luandino pôde também contar com o apoio de Linda, que contribuiu para a saúde geral do marido: “sem essa relação qualquer de nós não seria a mesma pessoa; é a isso que chamo uma relação fundamental” (Vieira, 2015, p. 1072).

Destacam-se, por fim, os últimos instantes, os que preludiam o fim do período do campo, que marcam o retorno à vida civil e a incredulidade pelo evento que ninguém mais esperava e quando chegou a hora nem almoçou “a correr para a liberdade” (Vieira, 2015, p. 1070), tanta foi a felicidade do momento, que infelizmente não está gravado nos fragmentos dos *Papéis*, que terminam logo depois de ter completado a escrita de *No Quinaxixe, na Vida* (publicado como *No antigamente, na vida*):

E agora é tudo. Estou vazio. Só de pegar na estória me agonio, vômitos mesmo. Vai para o monte – até um dia. E o diário acaba aqui. Continué-lo-ei. Não sei. Parece-me que tomarei daqui em diante só nota do que for material literário. E me vou deixar de intimidades. Quando chegará? Como virá? Tremo. (28-6 a 6-7/1971) (Vieira, 2015, p. 980)

A saída portanto chegou com antecipação, já que os termos oficiais que previam outros anos para cumprir no Campo, sem poder contar antecipadamente com a conclusão do regime graças à Revolução. Mas até ao momento certo, a saída continuou a ser somente um flébil desejo do escritor, e obviamente da família, e o autor, já desiludido, questiona-se sempre sobre como se dará com a saída, como algo que um dia futuro poderá acontecer mas de que não há certeza nenhuma. Várias vezes se interroga sobre o futuro:

sairei velho, as oportunidades, de vida, de conhecimento, de convívio, que estou perdendo, e tudo o mais que me segreda ser esta prisão de certo modo inglória para nossa terra – ambas as minhas terras! (20-6-1967) (Vieira, 2015, p. 805)

Ou também como no caso do fragmento de 29 de setembro de 1967:

[...]. Quando terminará? Vejo a vida como uma estrada que foi interrompida em 20/11/61 – e meti por uma picada, e quando não penso a sério, creio, sinto

que, ao sair irei entroncar aonde a deixei. O que não é possível! (Vieira, 2015, p. 816)

A conclusão do último fragmento e do diário é então muito direta e denota um sentimento de profunda desilusão. Acabando assim, de facto, faltam quase um inteiro ano de fragmentos com o autor não chegou a explicar as razões. Provavelmente Luandino simplesmente desistiu de escrever, de anotar os seus dias dentro do campo. O que se nota é que nos cadernos finais as anotações do escritor diminuíram muito; no caso específico, o último caderno abrange um espaço temporal de quatro meses mas é o mais pobre pelo que diz respeito à quantidade de fragmentos contidos.

Concluída a detenção cabo-verdiana, Luandino Vieira mudou-se com a família para Lisboa, em liberdade condicional com a imposição de residência fixa, portanto sempre numa forma de cativo, mas pelo menos junto com a família. O autor declarou que o Tarrafal não o modificou, porém “obrigou a sedimentar aquilo que eu já era, de maneira muito forte”³⁶; em particular, foi determinante entrar para lá sem nada, pois isso fortaleceu-o. Para além disso, afirma o autor não ter ressentimento por nada e ninguém mas, ao contrário, procurar o positivo do que houve naquela altura, como a paciência, por exemplo.

Nas duas épocas prisionais do escritor destacam-se diferentes propósitos que lhe interessavam, que o ajudaram a sobreviver seja fisicamente seja mentalmente durante a permanência longe de casa. Se, por um lado, esta tarefa foi cumprida pela luta, o projeto político e a literatura, por outro lado, importante e quase necessário foi o contributo que a família e os laços pessoais do autor deram à sua estabilidade pessoal durante os anos de cativo. A esposa Ermelinda e o filho Xexe representam os principais interlocutores dos fragmentos e os destinatários da maior parte do que está escrito nos *Papéis*, dado que constituem o “eixo de todos os sentimentos, de felicidade, de remorso, de alegria e de depressão do autor” (Vieira, 2015, p. 29). A família dentro da obra de Luandino, apresenta-se como um ambiente, “um espaço de remorso e de saudade inextinguíveis que reflete as suas sombras [...] no tempo dilatado da prisão” (Vieira, 2015, p. 30); por todo o decorrer dos *Papéis* manifesta-se um clima de risco constante, pela perda, pela

³⁶ Cfr. <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-1377921#gs.yo6JAb2h> (atualizado em 01/05/2009)

possibilidade de nunca mais poder sair e encontrar-se novamente; portanto aquele precariedade que marca a obra no seu conjunto, por ser composta de fragmentos e por ser escrita num contexto temporal e espacial onde a escrita não era permitida, aqui adquire um novo elemento porque se liga à precariedade da relação entre o escritor e a família. A esposa Linda, sobretudo, é o elemento que liga dois níveis nos *Papéis*, sendo o laço que conecta o mundo prisional e mundo quotidiano do escritor e que continua a luta perpetrada pelo escritor pois enquanto ele se encontra impossibilitado, ela consegue fazer publicar *Luuanda* e tem a responsabilidade de criar o filho recém-nascido sem a ajuda e a presença do pai.

O outro laço que marca a obra do autor, até nos *Papeis*, é a terra do autor, a causa política para a libertação de Angola. Vale a pena mencionar este assunto porque Angola é a razão pela qual Vieira se encontrou preso e graças à qual surgiram os *Papéis*; a sua aderência ao projeto independentista define, portanto, a sua experiência pessoal e a sua literatura porque marcará mais de dez anos de vida e o país representa também a fonte primária de tudo o que escreveu, a partir do contexto, pois toda as histórias contadas por Luandino situam-se em Angola. Na detenção, literatura e política unem-se; a militância está parada, mas continua graças à escrita.

O seu papel de escritor tem sempre a ver com o país, pois ele sente a necessidade de criar um certo tipo de cultura que pertence apenas a ele, de moldar uma identidade nova; com a língua também faz isso, numa espécie de *tropicalismo* angolano tendo como modelo o brasileiro: como no caso do *Movimento antropofágico* no Brasil, no qual se previa a assimilação da cultura ocidental, que devia ser mastigada e regurgitada como se fosse algo novo, verdadeiramente brasileiro, após um processo de mescla. Luandino faz, no fundo, a mesma coisa, assimilando o português e o kimbundu e gerando um novo idioma, angolano, acabando assim por ressaltar a identidade daquele povo que já existia, mas que não podia emergir de maneira autónoma e independente. Esse laço entre autor e pátria está resumido num trecho de 1968: “O meu amor à minha terra, Angola, é apenas a forma do meu amor pela humanidade. Nunca serei um mau nacionalista” (8-VIII-1965) (Vieira, 2015, p. 704).

III.5 - O processo de escrita nos anos de reclusão

A quase totalidade da obra de Luandino Vieira até hoje remonta à altura em que esteve detido, portanto se pode afirmar que toda esta literatura é de facto literatura de prisão, composta enquanto preso, na clandestinidade. Os anos de cativo angolano representam a recolha de informações e de histórias, que na época do campo passam de ser ideias e palavras dentro da cabeça do autor para o papel, em verdadeiros manuscritos onde o conceito ainda abstrato se torna concreto.

Nos *Papéis*, o projeto literário surge já desde os primeiros fragmentos e continua ao longo de todo o livro. O autor anota as suas reflexões e dúvidas, os personagens que imagina, as ânsias que ele sente em relação à sua obra, que não pode prescindir da mensagem política, verdadeiro propósito da sua escrita. No livro, as temáticas dos trechos variam, há assuntos diferentes, portanto, além das reflexões sobre a família, sobre Angola, os seus estados de espírito, é fácil encontrar comentários sobre a própria obra no momento em que a está a escrever, em trechos em que o autor discute sobre o seu percurso literário e faz reflexões de caráter linguísticos, como se viu também no segundo trecho citado em III.2.

Na primeira parte dos *Papéis*, nos fragmentos de 1963, pode-se assistir à criação de *Luuanda*, das suas histórias. Por exemplo, comenta no fragmento de 25-1:

Fiz um apontamento para escrever um conto. Título «*A história da galinha e do ovo*», a ser contada com introdução e «moral final» como as histórias tradicionais. (ex. «A história de Job Hamukuaja»). Vou ver se o escrevo (se escrever, é o conto de Fev.). Mas como também me posso arrepender e destruir o apontamento o melhor é copiar o que já está feito: «Vou pôr a história da galinha e do ovo. Esta história passou no musseque Terra Nova, nesta nossa terra de Luanda. Se é bonita se é se é feia, vocês é que me vão dizer. Eu só sei é preciso contar-lhe...». Mais nada (Vieira, 2015, p. 111)

O conto, na versão final, terá exatamente parte desta mesma passagem na conclusão, resultando em “minha história. Se é bonita, se é feia, os que sabem ler é que dizem”. Assistimos, de facto, ao surgimento de *Luuanda*:

Hoje já trabalhei um pouco no conto que está na forja (a galinha e o ovo). Estive a escrever um resumo da acção. Mas como sempre sucede, à ideia original, recta e directa, já se começaram a «pegar» as coisas e as personagens. Que fazer? Tenho que correr com o Zeca e o Xoxo do conto... deixar só a maka de nga Joana (viúva) com vavó Tataxa... (31-1-63) (Vieira, 2015, p. 121)

Um elemento fundamental para a compreensão do processo criativo de Luandino Vieira é o exercício contínuo da autocrítica:

Assim como no que respeita à elaboração do m/ trabalho literário uma maior vigilância do intelecto sobre a intuição inata, não no sentido de a «ordenar» ou «restringir» mas apenas para eu reflectir mais sobre os dados dessa visão intuitiva e refrear os impulsos para poder escrever com mais vagar, mais controlado, para aprofundar as situações, as personagens etc. O que me caracteriza, penso eu, é exactamente a intuição da visão global mais superficial, das muitas personagens a mexerem – e isso é o que de bom traz a intuição ao trabalho literário. [...]. Enfim: preciso de mais auto-confiança, para poder parar onde quero e não pensar que, se não escrever debaixo da febre da intuição, já não sou capaz de escrever. Domínio do trabalho literário – e não ser eu o instrumento. (25-2-63) (Vieira, 2015, p. 152)

Este trecho resume bem o que o Luandino pensa sobre a própria escrita, ou seja, a necessidade constante de refletir sobre o que está a fazer e não reduzir-se somente a escrever numa penada. Destaca-se, portanto, a procura de algo escrito bem, de sentido e não simplesmente escrito. Este aspeto é recorrente ao longo de todos os *Papéis* e manifesta-se inclusivamente quando o autor não consegue mais reconhecer algo que ele próprio fez, como no caso do conto *O usuku, kifumbe*:

Agora quando me lembro do conto «*O usuku, kifumbe*» parece-me que não fui eu que o escrevi. Ontem à noite ao pensar invadiu-me esse estranho sentimento: parece que sou 2 pessoas diferentes... uma que de vez em quando vem à superfície, faz uma coisa como aquele conto e depois recolhe ao silêncio [...]. (3-2-63) (Vieira, 2015, p. 128)

Aqui Vieira mostra, talvez, uma das primeiras crises no que diz respeito à sua escrita, falando de um outro Luandino que escreve coisas que não o refletem, e com o decorrer dos fragmentos essa dissociação de si mesmo, do ponto de vista literário, acontecerá várias vezes. O autor muda frequentemente de ideia sobre um assunto, uma obra ou um tal personagem, como acontece em relação ao conto *Vavó Xíxi* cuja redação muda de um dia para o outro:

Algumas alterações: já não pode ser vavó Tataxa, mas será outra velha: Xíxi Hengele (Cecília das Piadas) e o título é já um pouco humorístico: «*Vavó Xíxi Henguele e seu neto Zeca Santos*» – poderei eu escrever um conto em que o humor esteja sempre latente, um humor de fundo humano, resultado duma simpatia nascida da compreensão dos «casos», que nunca apareça com menosprezo ou atitude de observador superior... Notei que, embora na vida real eu seja um optimista e que todas as m/ conversas têm (quase sempre) um fundo, mesmo remoto, de humor, os meus contos não deixam transparecer isso. Não serei capaz? Vou tentar. (9-2-63) (Vieira, 2015, p. 143)

O título do conto no fim será, como é sabido, *Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos. Luuanda*. O autor continua a pôr em discussão qualquer elemento, mas as crises sobre a escrita não têm somente a ver com as manias de perfeição, porque muitas vezes a vida prisional instala-se nele sob forma de saudade e tristeza, ou melancolia, que o levam a desejar acabar com tudo o que resulta na escrita, como se vê no fragmento do dia 10 de março de 1963:

Hoje tornei a deixar-me invadir pela decisão tentadora de não escrever mais. (Ontem, no fim de fazer os desenhos, apeteceu-me rasgar tudo e foi por isso que mandei mais cedo para a K.). Não me esqueço que em 1959, rasguei todos os papéis que tinha apontamentos, contos antigos, originais etc. Embora a «prisão» fosse outra, a angústia que sentia era do mesmo género, derivada de não poder fazer algo de útil e achar absolutamente inútil todas aquelas historietas. Além do que interrogando-me sinceramente não sei se vale a pena continuar, se poderei algum dia escrever qualquer coisa de jeito, qualquer coisa que não seja só para os júris da C.E.I. e da S.C.A. Não será melhor

orientar a minha vida para ser um pacato cidadão? [...]. Ao fim de 10 anos de trabalho é triste chegar à conclusão que não sei fazer nada de especial. Isso preocupa-me quanto ao futuro da L. e do Xexe. (Vieira, 2015, pp. 167-168)

As anotações do dia terminam, aliás, com um fragmento que pretende confirmar tudo quanto escrito antes: “hoje não vou escrever mais, estou muito triste e nem sei escrever...”. Há portanto dias em que Luandino está totalmente abatido, dias marcados pela impossibilidade de escrever,

pouco trabalho, muita dificuldade em escrever... o que sucede é que ainda não senti aquela «alegria» que costumo sentir quando estou a escrever como devo. Mas o que acontece é que também não sinto ainda aquela vontade que vem do facto das personagens quererem sair, forçar a saída. Mas continuo a teimar. (22-6-63) (Vieira, 2015, p. 336)

Destaca-se de facto, no autor, uma atitude para a perfeição que é quase obsessiva, sobretudo se considerarmos o contexto em que se encontra nesta altura. A escrita é algo realmente sério, sempre, e a procura do estilo que pretende representa um dos objetivos que nunca para de perseguir. Luandino mostra tem sempre receio de se precipitar, temendo que transportar uma ideia para a escrita signifique libertar-se de um assunto. É o que se observa também no fragmento de 26 de junho de 1963, no qual revela que, depois de ter escrito uma nova novela, acabou por rasgar tudo o que fez, não gostando do que tinha escrito até aquele momento:

[...]. Saiu uma porcaria. Terei que ter muito trabalho para fazer daquilo tudo um trabalho decente. Mas a culpa é minha. Não me senti nunca «possuído» pela acção e personagens, tenho estado a escrever forçando-me a isso. O resultado: noto o esgotamento do meu estilo, noto uma dificuldade maior em contar a história simplesmente. (Vieira, 2015, p. 338)

Uma atitude semelhante surge em relação a outra obra. Enquanto aprisionado na capital angolana, teve a oportunidade de reler o seu primeiro romance, *A vida verdadeira* de 1961, após dois anos da publicação, e nem neste caso se poupou a críticas:

precisava dumas limadelas mas reconheço-lhe qualidades que parecem agora afastadas dos m/ mais recentes trabalhos: sobretudo uma maneira não afectada de me exprimir, muito clara, contrastando com os «formalismos» que estão a invadir-me. Esta leitura fez-me bem. Mas há um grande caminho percorrido desde 1961 e hoje não faria uma novela tão «ingénua» nas s/ implicâncias políticas. (3-10-63) (Vieira, 2015, p. 365)

Os comentários sobre a obra continuam na altura do Campo. Ainda com respeito a *A vida verdadeira*, quando Linda foi ao Campo em 1965, refere o autor: “ainda conversa s/ o personagem do engenheiro da novela da «*Vida Verdadeira*». Parece-me cada vez mais justa a inclusão dessa personagem positiva. Mas porquê, às vezes, me parece deslocada? (18-7-1965)” (Vieira, 2015, p. 690).

No quanto diz respeito à sua escrita em Cabo Verde, o primeiro período passado aí pelo autor foi bastante pesado e, embora tenha continuado a escrever o diário, não conseguia escrever algo novo e o seu tempo estava marcado pela vontade de acabar com a escrita. O autor anotava o que é que o impedia e voltar à escrita, escrevendo que “o Luandino parece-me algo que não voltará a ser” e afirmando:

sinto renascer a vontade de escrever qualquer coisa mas o medo ao papel branco tolhe-me... Sinto um vazio muito grande ao imaginar como escreveria certas cenas. Ao mesmo tempo queria não parar, acabar o livro de contos (novelas) s/ Luanda publicar uma obra mais madura: invenção do estilo, criação de uma linguagem c/ base no pequeno português. A saída dos livros do A.S. e M.A. alertam-me para o perigo de ficar parado. Veremos se consigo. (XIII-11-XIV-1965) (Vieira, 2015, p. 724)

Emerge todavia a condição do autor que, parado num limbo, desejaria escrever, voltar à escrita mas que não consegue por causa da sua atitude perfeccionista. Confirma-se, portanto a já referida dificuldade que encontrou na primeira época do campo, que só começa a atenuar-se a partir de 1967, quando volta à escrita com os contos que entrarão a fazer parte de *Velhas estórias*

(1) acabei a história da menina Santa: tudo me parece + claro e alegre à volta. Até vejo com outros olhos as quijilas e mazelas: não há dúvida – zangados connosco é muito pior o mundo. (2) Comecei a trabalhar na estória do livre amor – e cá dentro há tanta coisa! (28-1-1967) (Vieira, 2015, p. 767)

Este fragmento marca portanto o fim momentâneo da crise produtiva do escritor, confirmado pelo trecho seguinte, do dia 30 de janeiro,

(1) Escrevi a 1ª parte da estória. Que alegria essa felicidade reencontrada qdo. me identifico com as personagens. Naninha sou eu – como disse Flaubert. Pressinto que muitos «rácicos» não vão gostar. A nossa gente não é assim, dizem-me quando se toca nessas liberdades naturais – mal deles se não conhecem, mal das meninas se não fazem o que deviam... (30-1-1967) (Vieira, 2015, p. 767)

No entanto, considera ainda longe o alcance da forma final que ele deseja para o conto:

Mas a Menina Santa precisa de muito trabalho, precisa de ser reescrita na quase totalidade: afastei-me demasiado da personagem por portas travessas e dilui-se. Deixo muitas potencialidades por explorar, atendo-me ao mais imediatamente aceitável? É preciso deixar de pensar cada vez menos em termos de «angolano» e ser cada vez mais angolano nas realidades e linguagem – o resto vem por si. (Quinta, 16-4-1970) (Vieira, 2015, p. 943)

Para Luandino, existe sempre um nível superior, melhor, ao qual chegar e uma obra, um conto nunca está concluído, mas, ao contrário, sempre pode ser melhorado. Isso é alo que aprende de Guimarães Rosa, quando diz:

e ele me ensina, para já a lição: um texto nunca está escrito definitivamente, é preciso trabalhar sempre, até que se tenha pesado palavra a palavra. Cortar sem piedade tudo o que não achar bem. As estórias de «*Luuanda*» precisam disso mesmo, para re-edição. (Quarta, 15-4-1970) (Vieira, 2015, p. 941)

Os *Papéis* concluem-se em 1971, sendo que o último fragmento cobre a semana de 28-6 a 6-7, e concluem-se com a notícia da conclusão de algumas obras:

durantes estes dias escrevi «*No Quinaxixe, na Vida*». Apontamentos começados a recolher ainda na C.C.L. era para mim uma estória de exteriores e factos, sobre a sereia do Quinaxixe – crença popular de Luanda. Cheguei a imaginar até uma trama política, à volta. E um romance. Afinal... as estórias escrevem-se elas mesmo por linhas tortas. O caso deu «A.G.» «Sol de Quinaxixi» e agora esta – que bastante me agrada. Início difícil, custou a agarrar o tom – dias houve que patinei. E depois a sofreguidão; o pensar nos alunos sem aulas; e o nervosismo esperando a cada momento ver surgir a L. Já «Os Sóis» se ressentiu desse «medo» de a ver surgir, me interromper o trabalho. Sei que, abandonadas, nunca mais as retomaria. Também: ganho consciência de que preciso sempre meditar mto. Bem o material antes de escrever; que é preciso irem já certas coisas alinhavadas, etc. (Vieira, 2015, p. 980)

No Quinaxixe na Vida não sairá com este título; o conto, de facto, será publicado somente em 1981, fazendo parte da coleção de contos *Lourentinho Dona Antónia de Sousa Neto & Eu como Kinaxixi Kiami!* (Lourentinho).

III.6 - A reflexão sobre a língua

Nos fragmentos que compõem os *Papéis*, registam-se alguns espaços de reflexão em que Vieira se interroga sobre a língua a utilizar nos seus textos, o “instrumento” linguístico, como ele mesmo comenta no fragmento de 19-11-1968

Qto. a mim o problema principal é este: o que nos falta é o instrumento. A língua portuguesa literária não serve a realidade que enfrenta; o dialecto brasileiro macaquea-a; a linguagem popular é de alcance restrito como veículo de difusão e não está ainda afeiçoada pela prática escrita – creio que esta «prática» é o único valor de qto. tenho escrito. Daí a busca constante consciente e inconsciente dum modo de expressão (eu não tenho «dúvidas»

quanto à realidade qto. ao que quero dizer; as m/ dúvidas são no como dizê-la. Aliás a isto se resume o problema de escritor: para além disto o problema é do homem). Qto. às línguas bantas não têm ainda uso literário que as domestique. Aliás estão ligadas ao passado, o seu léxico riquíssimo de nuances expressa porém uma sociedade imobilizada no rural. (19-11-1968) (Vieira, 2015, p. 868)

Este amplo fragmento resume em boa medida o pensamento sobre a sua mesma obra com respeito à linguagem, verdadeiramente angolana, que ele quer alcançar e transpor nas suas composições, “a busca constante consciente e inconsciente dum modo de expressão” porque no fim “deve ser o angolano língua síntese de português e dos dialectos bantu de Angola” (11-1-63) a ficar dentro das obras. Tendo em conta que a língua na escrita, para o autor, se coloca ao mesmo nível dos restantes elementos que a compõem e não pode ser de outra maneira, embora uma parte do público na estreia de *Luuanda* não apoiasse a direção tomada pelo autor, conversando com o António Jacinto autor frisa a sua posição:

A propósito do frio acolhimento do «*Luuanda*» o A.J. alvitrou e parece que com razão o seguinte: não gostam de ver os seus defeitos retratados... e para eles o pretoguês é um defeito – acham que assim não se deve escrever e sentem-se inferiorizados e vexados por isso! (22-IX-1965) (Vieira, 2015, p. 715)

Apesar dos comentários e das críticas, o escritor sempre seguiu o seu propósito linguístico, sem considerar concretamente outras possibilidades, e, em particular, voltar para algo mais parecido com os primeiros trabalhos, como *A cidade e a infância*, ou seja, “ainda quando sofria a influência dos brasileiros (*Cidade e Infância*)” (19-11-1968) (Vieira, 2015, p. 868).

Em 1969, o diretor do Campo admitiu à biblioteca *Grande sertão: veredas*, que não foi submetido a censura por julga-lo incompreensível. Entre os detidos a sua leitura provocou comentários diferentes:

Gaspar Simões persiste, nas suas crónicas, em des-valorizar o «Grande Sertão: Veredas» por, segundo ele, carência de elementos novelísticos afogados ou preteridos pela paixão linguística. Diz mesmo que não é verosímil aquela linguagem em rústicos. Não compreendo como ele pode insistir assim, nesta visão. Ou não leu ou lendo não «compreendeu». Enquanto não perceber que a linguagem é, no livro, também personagem de ficção, é matéria ficta, recriada portanto pelo autor. Que o romance se tornou assim mais autónomo, que o escritor ganhou mais liberdade – a de fazer inclusivé também as ferramentas com que vai fabricar o objecto... Aliás eu estou convencido de que nós, os de Angola, lemos com mais facilidade este autor do que os universitários portugueses (recordo as leituras aqui na caserna sobretudo a compreensão e sensibilidade do Sousa). (Domingo, 21-9-1969) (Vieira, 2015, p. 911)

Vieira, por seu lado, continua a perceber o génio do escritor brasileiro e a importância que tem inclusive para um público como o angolano, por ter uma vizinhança maior com a mentalidade angolana e com a língua também; por isso, na sua opinião, “os universitários portugueses” encontram mais dificuldades em analisar a obra-prima rosiana. O fragmento salienta, por isso, a influência que o escritor brasileiro teve em Vieira:

O que de mais positivo posso assimilar em G. Rosa é a sua atitude frente à língua. I. e.: com a mesma liberdade de um «mineiro» e com a sua cultura. Portanto: com a mesma atitude de um «mussequista» e a minha visão do mundo. Certos resultados serão inevitavelmente idênticos – risco de plágio inconsciente mais do que epigonismo: a língua é a mesma, a necessidade a mesma (por razões diferentes) o que me fez sorrir é que, em ambos os casos, há um «doutrinador» anterior cujo nome é o mesmo... (Sexta, 12-3-1971) (Vieira, 2015, p. 967)

Mantém-se, então, até ao fim, a admiração que o autor brasileiro suscita em Luandino, o qual, tomando-o como exemplo, seguirá na direção marcada por Guimarães Rosa, no contexto de Angola e na especificidade da sua língua literária. Vendo, portanto, este laço que une os dois escritores, mesmo tendo experiências de vida totalmente diferentes, é fácil encontrar elementos em comum em relação ao papel que tiveram para

as suas literaturas nacionais e entender porque, em termos “logotetismo” no âmbito lusófono, eles são os exemplos principais.

Com respeito ao processo da escrita, pode-se apreciar a meticulosidade do escritor em querer alcançar um nível na sua escrita cada vez mais aprimorado, cada vez mais próximo da perfeição e sempre ficando coerente com o seu propósito literário. O espaço prisional, portanto, não teve um papel negativo neste aspeto mas contribuiu para as crises que investiram o autor e que o levaram a momentos de desânimo, em que pensou abandonar a literatura, evidenciando-se nisso a dificuldade quer psicológica quer física por que passou Luandino enquanto se encontrava preso, mas que determinou a qualidade da obra literário que produziu depois do fim do cativo.

CONCLUSÃO

Neste trabalho tentou-se apresentar e analisar a experiência prisional vivida pelo escritor angolano José Luandino Vieira, na altura do regime do Estado Novo, a partir da obra publicada em 2015, *Papéis da prisão*, que reúne de todo o material composto pelo autor enquanto se encontrava preso, entre 1961 e 1972. Em particular, com os fragmentos dos *Papéis* foi possível examinar alguns temas centrais, como o do tempo prisional do autor, o Campo do Tarrafal, a sua dupla condição de preso e exilado e o trabalho literário realizado lá.

Papéis da prisão é uma publicação recente, e por isso ainda pouco tratada, mas permite um olhar diferente, de bastidores, sobre o autor angolano. A nossa tentativa foi, portanto, ultrapassar a crítica tradicional, geralmente focalizada sobretudo em *Luuanda* ou nas coletâneas sucessivas, e assumir como base uma espécie de diário, um género inédito dentro da obra de Luandino. A análise realizada permitiu ver o homem José Vieira Mateus da Graça antes do escritor José Luandino Vieira e aproximar-se da sua visão, do seu ideal, do seu propósito linguístico e literário através do que escreveu durante o cárcere. Além do que concerne somente a Vieira, a leitura dos *Papéis* deixa entrever também o desenrolar-se da história portuguesa e angolana do século passado, graças ao olhar de alguém que viveu em primeira pessoa aquela época ditatorial e que anotou tudo enquanto os factos se passavam.

Os *Papéis* apresentam, de alguma forma, a evolução de Luandino enquanto homem e enquanto, através de imenso material que enfrenta inúmeros assuntos. Neste trabalho, escolheu-se aprofundar parte desta evolução, destacando alguns núcleos de reflexão específicos, em particular: o Campo, como lugar aniquilador para os presos, a figura de Vieira ao mesmo tempo preso e exilado e o processo criativo do autor no cativo.

A partir da análise destes núcleos temáticos foi possível notar a importância que o papel da escrita teve durante aquela época para o escritor: o aprisionamento luandense proporcionou ao escritor novos assuntos para a escrita, enquanto o cativo no campo contribuiu para tornar Vieira na sua forma definitiva de escritor. Noutro plano, os *Papéis* evidenciam as dificuldades vividas pelo escritor, a relação e a falta dos seus queridos

sendo impossibilitado a encontra-los e a impossibilidade de participar ativamente no processo descolonizador e a luta pela independência de Angola.

No que concerne à criação literária, os fragmentos analisados mostram a transposição para a escrita das histórias recolhidas anteriormente pelo autor, sobressaindo a constante vontade de o autor se melhorar, tendo sempre conta do seu papel de escritor e de espalhador de cultura, da necessidade de uma verdadeira “angolanidade”. Tanto com a obra como com o projeto linguístico, assiste-se à luta contínua contra si mesmo para chegar à perfeição, alcançar um nível satisfatório e merecedor da fama obtida com as obras publicadas antes do cárcere.

O tempo dentro do campo foi, de facto, um tempo de estudo incansável e leitura de textos; a vizinhança com os amigos e colegas escritores permitiram-lhe também uma troca de opiniões e conselhos no que diz respeito à direção a tomar no âmbito literário, cujos resultados são visíveis nas obras efetivamente publicadas.

Devido à tipologia da análise e da obra utilizada, a partir dos resultados expostos neste trabalho abrem-se decerto várias oportunidades de aprofundamento quer, ainda, da figura de Luandino Vieira em relação a áreas temáticas que não entraram neste estudo, quer em outros domínios. Evidentemente que, para estudos futuros sobre o autor, o acervo de material contido nos *Papéis* é uma ótima fonte e pode-se tornar fundamental para ver concretamente a evolução pessoal e literária de Luandino.

Outros temas poderão também ser explorados a partir desta obra, tanto na área da literatura comparada como dos estudos linguísticos ou da história. No campo da comparatística as possibilidades são inumeráveis, existindo uma ampla literatura de cárcere do século XX: basta pensar em Graciliano Ramos e as suas *Memórias do cárcere*, ficando na lusofonia, como também Gramsci e Primo Levi. Seria, sem dúvida, interessante analisar situações que apresentam pontos em comum, mas contextos históricos e geográficos diferentes. Tendo em conta a particularidade da linguagem do autor, o seu projeto linguístico, seria interessante aprofundar a questão do “logotetismo” de Vieira e compará-lo mais profundamente com João Guimarães Rosa.

Noutro âmbito, os *Papéis* apresentam materiais interessantes para os estudos sobre as variações do português extraeuropeu, contendo em particular exemplos práticos das características peculiares do idioma nacional angolano, e teorizações para uma nova norma de português angolano.

Por fim, tendo mencionado também o valor histórico dos *Papéis*, para estudos de história angolana, portuguesa e até cabo-verdiana, vale a pena ressaltar que os fragmentos mostram do ponto de vista prisional as medidas do governo colonial, dando, portanto, um olhar diferente dos eventos mas ao mesmo tempo sendo um testemunho certo do que se passava nos lugares de detenção.

Neste contexto, graças à sua obra, contribuirá para a integração linguística e cultural de Angola e ajudar a reconstruir a cultura de um povo que por muito tempo e por causa do colonialismo e da guerra foi fragmentada e desenraizada.

Para além de tudo isso, a análise aqui apresentada confirma o papel extraordinário que este escritor teve para o seu país, seja como escritor seja como lutador pela independência, contribuindo imenso para a cultura e a questão identitária em Angola.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ATIVA

Vieira, José Luandino. *A cidade e a infância: contos*. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1960.

———. *A vida verdadeira de Domingo Xavier*. Lisboa: Edições 70, 1977.

———. *João Vêncio: os seus amores*. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 1987.

———. *João Vêncio, os seus amores: estória*. Lisboa: Edições 70, 1979.

———. *La vita vera di Domingos Xavier*. Napoli: Tullio Pironti editore, 2004.

———. *Lourentinho, Dona Antonia de Sousa Neto & Eu*. Lisboa: Edições 70, 1981.

———. *Luuanda*. London: Heinemann, 1980.

———. *Luuanda*. Milano: Feltrinelli, 1990.

———. *Luuanda: estórias*. Edições 70. Lisboa, 1976.

———. *No antigamente, na vida: estórias*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1987.

———. *Nós, Os do Makulusu*. Edições 70. Lisboa, 1985.

———. *Papéis da prisão: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*. Alfragide, Portugal: Caminho, 2015.

———. *Velhas estórias*. 1a. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

Chabal, Patrick. «Aspects of Angolan Literature: Luandino Vieira and Agostinho Neto». *African Languages and Cultures* 8, n. 1 (1995): 19–42.

Chaves, Rita. «José Luandino Vieira: consciência nacional e desassossego». *Revista de Letras* 40 (2000): 77–98.

Guimarães, Adriana Mello. «Luandino Vieira: O mineiro angolano da memória». *Revista Crioula*, n. 3 (01/05/2008). <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2008.54006>.

Laban, Michel. *Luandino: José Luandino Vieira e a sua obra: estudos, testemunhos, entrevistas*. Lisboa: Edições 70, 1980.

Leite David, Debora. «Two jails, a certainty: the death - a comparative study between the narratives “A vida verdadeira de Domingos Xavier” of José Luandino Vieira and “Memórias do Cárcere” of Graciliano Ramos», 2006. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1577.6245>.

Macêdo, Tania. «O “pretoguês” e a literatura de José Luandino Vieira». *ALFA: Revista de Linguística* 36, n. 0 (1992). <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3917>.

Margarida Calafate Ribeiro. «Remembering Angola. E Agora José, Luandino Vieira? An Interview with José Luandino Vieira*». *CULTURAL STUDIES*, 2006, 10.

Guimarães, Adriana Mello. 2008. «Luandino Vieira: O mineiro angolano da memória». *Revista Crioula*, n. 3. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2008.54006>.

Meneguci, Sebastiana Rodrigues da Cruz. «A guerra colonial e suas contradições representadas por Luandino Vieira em Nós, os do Makulusu e Pepetela em Mayombe».

Revista Athena 11, n. 2 (28/06/2017).
<https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/2122>.

Santilli, Maria Aparecida. «João Guimarães Rosa e José Luandino Vieira, Criadores de Linguagens». *Scripta* 2, n. 3 (01/10/1998): 221–33.

Scaraggi, Elisa. «Escrever é resistir. Práticas de resistência nos Papéis da Prisão de Luandino Vieira». *Literatura e Autoritarismo* 0, n. 31 (31/08/2018).
<https://doi.org/10.5902/1679849X31044>

Topa, Francisco. «Luuanda há 50 anos: críticas, prémios, protestos e silenciamento», 2014, 2.

Trigo, Salvato. «Do Logotetismo ao Genotetismo: José Luandino Vieira, o percurso de uma escrita». http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000010032, 1981. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10853>

BIBLIOGRAFIA GERAL

Agamben, Giorgio. *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995.

———. *Remnants of Auschwitz: The Witness and the Archive*. New York: Zone Books, 1999.

Alambert, Francisco. «Tropical reality». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54 (03/2012): 139–50. <https://doi.org/10.1590/S0020-38742012000100009>.

Andrade, Oswald de, Ettore Finazzi-Agrò, e Maria Caterina Pincherle. *La cultura cannibale: Oswald de Andrade: da Pau-Brasil al Manifesto antropofago*. Roma: Meltemi, 1999.

Cardoso, António. *Baixa & musseques*. Lisboa: Edições 70, 1980.

Chaves, Rita. «O Passado Presente Na Literatura Angolana». *Scripta* 3, n. 6 (01/03/2000): 245–57.

Chaves, Rita, e Jacqueline Kaczorowski. «Pela Voz de Luandino». *Scripta* 19, n. 37 (01/11/2015): 179–202.

Cochicho, Joaquim A. Calado. «A contabilidade e a imoralidade no Estado Novo (anos 30 e 40)». *Pecunia : Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de León* 0, n. 13 (01/12/2011): 83–96.
<https://doi.org/10.18002/pec.v0i13.604>.

Correa, Almir Aquino. «A formação das literaturas nacionais lusofonas em África». Ph.D., 1990.
<https://search.proquest.com/docview/303866216/abstract/F1AFF0308E4A41C5PQ/1>.

Costa Andrade, Francisco Fernando: da. *Literatura angolana: opiniões*. Estudos. Autores angolanos. Lisboa: Edições 70, 1980.

Cunha, Jaqueline Rosa da. «Narrativas Contemporâneas de Língua Portuguesa: A Influência de Guimarães Rosa Nas Obras de Luandino Vieira e Mia Couto = Contemporary Narratives of Portuguese: The Influence of Guimarães Rosa in the Books of Luandino Vieira and Mia Couto». *Letras de Hoje* 47, n. 2 (01/01/2012): 167–73.

De Oliveira Marques, António Henrique. *História de Portugal Vol III: Das revoluções liberais aos nossos dias*. 3º ed. Vol. 3. 3 vol. Lisboa: Palas Editores, 1986.

Ervedosa, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Edições 70. Estudos. Lisboa, 1979.

Hamilton, Russell G. *Literatura africana, literatura necessária*. Vol. 1-Angola. 2 vol. Lisboa: Edições 70, 1975.

Houaiss, António. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa: com a nova ortografia da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Inverno, Liliana. «A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal *», s.d., 12.

Jacinto, António. 1982. *Sobreviver em Tarrafal de Santiago*. Angola: Chã de Caxinde.

———. *Vôvo Bartolomeu: (Conto): Seguido dos poemas Era uma vez... e Outra vez vôvo Bartolomeu*. Edições 70. Lisboa, 1979.

Kafka, Franz. *La metamorfosi; Nella colonia penale*. Venezia: Marsilio, 1993.

Laban, Michel. 1991. *Encontro com Escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Laranjeira, Pires, Inocência Mata, e Elsa Rodrigues dos Santos. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Textos de base 64. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Leite, Ana Mafalda. *Nação e narrativa pós-colonial: Angola e Moçambique. ... Ensaios*. Extra-colecção. Lisboa: Colibri, 2016.

Levi, Primo, e Primo Levi. *Se questo è un uomo: La tregua*. Einaudi tascabili; Letteratura 2. Torino: Einaudi, 1989.

Lopes, Manuel, Riccardo Greco, e Roberto Francavilla. *I flagellati del vento dell'est*. Roma: Albatros, 2010.

Lourenço, Eduardo, Margarida Calafate Ribeiro, e Roberto Vecchi. *Do colonialismo como nosso impensado*. 1.ª edição Abril de 2014. Lisboa: Gradiva, 2014.

Macêdo, Tania, e Rita Chaves. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas. Angola*. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2007.

Machado, Álvaro Manuel. «A Geração de 70: uma literatura de exílio». *Análise Social* 16, n. 61/62 (1980): 383–96.

Maria Raquel Álvares. «Sobreviver em Tarrafal de Santiago, António Jacinto Novos olhares numa poética de retorno». Consultado 20 gennaio 2019. <https://docplayer.com.br/54230261-Sobreviver-em-tarrafal-de-santiago-antonio-jacinto-novos-olhares-numa-poetica-de-retorno.html>.

Martins, Lucas Moraes. «Estado de Exceção Permanente: o campo e a experiência biopolítica». *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos* 36, n. 71 (08/12/2015): 177. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2015v36n71p177>.

Mata, Inocência. «Literatura e política em Angola, hoje: uma leitura da produção ficcional contemporânea». *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ* 19, n. 31 (19/12/2012). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22595>.

Mea, Giuseppe. *Dicionário de italiano-português*. 3. ed. revista e atualizada. Porto Bologna: Porto Editora Zanichelli, 2009.

Pinto, Alberto Oliveira. *História de Angola: da pre-história ao início do século XXI*. 1a. edição. Lisboa: Mercado de Letras, 2015.

Rodrigues, Luís Nuno. «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo». *Ler História*, n. 65 (01/09/2013): 39–56. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.447>.

Rosa, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

Rui, Manuel. *Quem me dera ser onda: romance*. 1.a edição. Lisboa: Guerra & Paz, 2016.

Sequeira, Vania Conselheiro. «Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social». *Psicologia: Ciência e Profissão* 26, n. 4 (12/2006): 660–71. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000400012>.

Silva, Douglas Mansur Da. «A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal democrático” (1956-1975)», s.d., 160. 2000.

Silva Tavares, Celestino Domingos. «O antigo Campo de Concentração do Tarrafal Da opressão à valorização cultural», 2018.

Tavares Pimenta, Fernando. *Storia politica del Portogallo contemporaneo: (1800-2000)*. Firenze: Le Monnier, 2011.

Tenreiro, Francisco, e Pinto de Andrade, Mário. *Poesia negra de expressão portuguesa*. Lisboa: Editor África, 1982.

Thomas, Roger G. «Exile, Dictatorship and the Creative Writer in Africa: A Selective Annotated Bibliography». *Third World Quarterly* 9, n. 1 (1987): 271–96.

Tucci Carneiro, Maria Luiza. «Literatura de imigração e literatura de exílio: realidades e utopias». *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana; Lima* 23, n. 45 (01/011997). <https://search.proquest.com/docview/1298077939/citation/2F23B333B6914ADEPQ/1>.

Ventura, Susanna Ramos. «Violência colonial: uma leitura de dois». *Scripta* 13, n. 13 (15/10/2003): 328–40.

Vieira Da Cruz, Tomaz, e Mário António. *Poesia angolana de Tomaz Vieira da Cruz*. Lisboa: Edição da casa dos estudantes do império, 1950.

Wheeler, Douglas L., e René Pélissier. *História de Angola*. 6a edição. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.

Xitu, Uanhenga. *Os sobreviventes da máquina colonial depoem...* Lisboa: Edições 70, 1980.

Zuin, João Carlos Soares. «Sobre Primo Levi e os espaços de exceção no século XX». *Estudos de Sociologia* 14, n. 27 (25/09/2009). <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1945>.

ARTIGOS ELETRÓNICOS

Centro de Documentação 25 de Abril - Proclamação ao País lida por Spínola: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa3> (último acesso 23/11/2018)

Diniz, Sofia - *Colónia Penal do Tarrafal / Museu do Tarrafal*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19869 (último acesso 10/01/2019)

Ferreira Maia da Silva, José. *A minha terra*. Rio de Janeiro. 1849. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/A_minha_terra

Fortuna, Claudio. *Viriato da Cruz foi o ideólogo da angolanidade, diz académico Carlos Serrano*. Disponível em: <http://www.ueangola.com/entrevistas/item/891-viriato-da-cruz-foi-o-ide%C3%B3logo-da-angolanidade-diz-acad%C3%AAmico-carlos-serrano> (último acesso 11/12/2018)

Marques, Lúcia. “*Monangambé*” e “*Sambizanga*” em Londres com Sarah Maldoror à conversa. Disponível em: <https://proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/monangambe-e-sambizanga-em-londres-com-sarah-maldoror-a-conversa> (último acesso (15/01/2019)

Pereira Bebiano, Deize. *Língua Portuguesa e Identidade Nacional em José Luandino Vieira*. Disponível em: <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/291-l%C3%ADngua-portuguesa-e-identidade-nacional-em-jos%C3%A9-luandino-vieira>
(último acesso 03/01/2019)

SITIOGRAFIA

Angop – Angola Agência Press:

<http://www.angop.ao/>

Ethnologue – Languages of the world:

<https://www.ethnologue.com/>

Fundação Dr. António Agostinho Neto - Biografia de Agostinho Neto:

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=66&lang=en

IMDb - Movies, TV and Celebrities:

<https://www.imdb.com/>

Infopédia – Dicionários Porto Editora:

<https://www.infopedia.pt/>

Nos Genti Cabo Verde – Empreendedorismo, Pessoas e Cultura:

<http://nosgenti.com/>

Público:

<https://www.publico.pt/>

RTP Notícias – Rádio e Televisão de Portugal:

<https://www.rtp.pt/noticias/>

FILMOGRAFIA

“A primeira apresentação pública” - Noticiário RTP de 26 de Abril de 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uDYgN2uut1E&list=WL&index=1>

Andringa, Diana. *Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta*. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsHkqjOuPKg>

Carrasco, Tiago. *O campo do Tarrafal em Cabo Verde*. 2007. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/campo-do-tarrafal-cabo-verde/>

Nova Angola.Leituras: José Luandino Vieira - João Vêncio: os seus amores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h6uOgRNpKhQ>

RTC Rádiotelevisão Caboverdiana - História, O Campo de Concentração de São Nicolau. 2015. Disponível em: http://rtc.cv/index.php?paginas=47&id_cod=44800